



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Secretaria Nacional da Proteção Global
Departamento de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação-Geral de Combate à Tortura e à Violência Institucional
Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

30ª REUNIÃO ORDINÁRIA
COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 26 de novembro de 2020, de 08:30hs às 13h.

Local: virtual.

Telefone para contato: (61) 2027-3337.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Abertura

Horário do início do ponto de pauta: 08h40.

Condução: Min. Damares e Sávio Andrade.

1.1. Registro dos membros

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH	1. CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. CFP
3. SNPPIR/MMFDH	3. Conectas DH
4. MCidadania	4. JG
5. MS	5. RENILA
6. MEC	6. UBM
7. MD	7. MNU
	8. SOMOS
	9. CUT
	10. UFRN
Soma RG: 7	Soma SC: 10
Total: No momento da instalação do quórum foram contabilizados 17 membros do CNPCT	
MRE participa das reuniões como ouvinte até a publicação do Decreto.	

1.2. Adoção da pauta da 30ª Reunião Ordinária CNPCT

Pauta adotada com a inclusão do item 1.5. Retomada das reuniões presenciais (inclusão pelo CF/OAB).

1.3. Aprovação da Ata da 29ª Reunião Ordinária

Por motivos técnicos não foi possível apreciar a ata. O Pleno solicitou à secretaria executiva a disponibilização das atas da 13ª Reunião Extraordinária, da 29ª Reunião Ordinária e 30ª Reunião Ordinária para leitura e posterior aprovação na próxima reunião do colegiado.

1.4. Data da 31ª Reunião Ordinária

A 31ª Reunião Ordinária do CNPCT ocorrerá nos dias 9 e 10 de fevereiro de 2021.

1.5. Retomada das reuniões presenciais

Neste item, o Pleno apreciou seis encaminhamentos.

Encaminhamento 1: revogar a Resolução nº 23, de 29 de julho de 2020 para retomar a realização de reuniões presenciais. Caso seja necessário, a Presidente do CNPCT, Min. Damares, editará nova resolução *ad referendum*.

Favoráveis a revogação	Contrário à revogação da resolução Representantes da sociedade civil
<ol style="list-style-type: none">1. MMFDH2. SNPG/MMFDH3. SEGOV/PR4. MCidadania5. MS6. MEC7. MD8. CFOAB9. CFP10. Conectas DH11. JG12. RENILA13. EDUCAFRO14. MNU15. SOMOS16. COAD*17. CUT18. UFRN	<ol style="list-style-type: none">1. SNPIR/MMFDH
18 votos favoráveis.	
Encaminhamento aprovado.	
SNPIR votou contra, e registrou a importância do CNPCT ter uma normativa que mantém a continuidade dos trabalhos, caso ocorra segunda onda de COVID no DF.	

Encaminhamento 2: realizar reunião extraordinária em dezembro de 2020.¹

Favoráveis: CFOAB, CPF, Conectas DH, JG, RENILA, UBM, MNU, SOMOS, COAD, CUT e UFRN.
Contrários: MMFDH, SNPG/MMFDH, SNPPIR/MMFDH, SEGOV/PR, Ministério da Cidadania, MS, MEC, MD.

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH 2. SNPG/MMFDH 3. SNPPIR/MMFDH 4. SEGOV/PR 5. MCidadania 6. MS 7. MEC 8. MD	1. CFOAB 2. CFP 3. Conectas DH 4. JG 5. RENILA 6. UBM 7. MNU 8. SOMOS 9. COAD 10. CUT 11. UFRN
Soma RG: 8 votos contrários a realização de reunião em dezembro	Soma SC: 11 votos favoráveis a realização da reunião em dezembro.
Encaminhamento aprovado.	

Encaminhamento aprovado.

Encaminhamento 3: incluir como ponto de pauta para a próxima reunião avaliação para relatório de atividades dos CNPCT.

Encaminhamento 4: incluir como ponto de pauta para a próxima reunião planejamento de atividades do CNPCT para 2021.

Encaminhamento 5: incluir como ponto de pauta para a próxima reunião a apresentação do plano de atividade do MNPCT para 2021.

Os encaminhamentos 3, 4 e 5 foram adotados por unanimidade dos presentes.

¹ As votações dos encaminhamentos 2, 3, 4, 5 e 6 ocorreram ao final da reunião.

Encaminhamento 6: incluir como ponto de pauta para a próxima reunião apresentação do plano de atividade do MNPCT com registro de atividades por peritos.

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
<ol style="list-style-type: none"> 1. MMFDH 2. SNPG/MMFDH 3. SNPPIR/MMFDH 4. MCidadania 5. MS 6. MEC 7. MD 	<ol style="list-style-type: none"> 1. CFOAB 2. CFP 3. Conectas DH 4. JG 5. RENILA 6. UBM 7. MNU 8. COAD 9. CUT 10. UFRN
Soma RG: 7 votos favoráveis a apresentação do plano de atividade do MNPCT	Soma SC: 10 votos contrários a apresentação do plano de atividade do MNPCT
O Encaminhamento não foi aprovado	

Registra-se em ata que representante da RENILA informou que na 291ª Assembleia Ordinária do CONANDA foi pautada a minuta de Resolução de Diretrizes para atendimento às adolescentes privadas de liberdade no SINASE, que na ocasião o conselheiro Ezequiel Roque negou que houve debate e processo de elaboração da Minuta de Resolução, bem como o acompanhamento e aprovação por este Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. A representante da RENILA solicitou que ficasse registrada ali a manifestação de repúdio que estava fazendo em nome de todos os membros da sociedade civil do CNPCT. Acrescentou que esteve na última reunião extraordinária do CNPCT do ano de 2018, onde a Minuta elaborada pelo GT foi lida por todos no dia 19 de dezembro, tendo recebido alguns ajustes pelos membros do CNPCT presentes na reunião do Pleno, que ao final da leitura deliberação pela aprovação e encaminhamento para o CONANDA. Sabemos que o áudio dessa reunião não existe, isso já foi discutido em uma reunião desde colegiado e está registrado inclusive na ata daquela reunião extraordinária. É uma pena que tenha esse apagamento da memória e do trabalho realizado por membros deste Comitê, inclusive o Acássio Pereira, representando a ANCED, que muito contribuiu om esse processo como representante do CNPCT no Grupo de Trabalho (GT). Fica nosso descontentamento com o descaso como tem sido feito esses registros de ata, lamentamos que o Comitê Nacional de Combate à Tortura, que tanto contribuiu na elaboração da Minuta, não vai assinar junto essa Resolução, mas é importante deixar que o CONANDA conclua esse processo e aprove na próxima reunião deles.

2. Administrativa

Condução: Sávio Andrade, Vice-Presidente.

2.1. Composição da Mesa Diretora

Realizou-se alteração da Mesa Diretora. São representantes SNPG/MMFDH e Ministério da Defesa, pelo Governo Federal, e MNU e Conectas Direitos Humanos, pela sociedade civil.

2.2. Informes da Coordenação de Apoio ao CNPCT

A Secretaria Executiva criou pasta no Google Drive para dar acesso aos ofícios recebidos a partir dos encaminhamentos dados pelo Pleno do CNPCT. E disponibilizará planilha para registro dos ofícios.

2.3. Informes dos membros e convidados permanentes do CNPCT

Os representantes da RENILA, CPF, ANADEP, APT, Ministério da Cidadania, apresentaram informes, cuja transcrição encontra-se anexa ao sumário executivo.

Encaminhamento 7: agendar reunião com o CNJ para revisão da Resolução CNJ 357/2020, que dispõe sobre a possibilidade de realização de audiências de custódia por videoconferência, possibilitando a participação dos membros e convidados permanentes do CNPCT.

Encaminhamento 8: o representante do SOMOS vai enviar proposta de nota pública à Mesa Diretora sobre Resolução CNJ 357/2020, a ser deliberada pela Mesa Diretora.

Encaminhamentos adotados por unanimidade dos presentes.

3. Administrativa: Seleção MNPCT

3.1. Informe sobre o 5º processo de Seleção do MNPCT

Está para publicação a resolução com a homologação do resultado da seleção. Com a publicação, o próximo passo é entrar em contato com os peritos selecionados para confirmar interesse na vaga e instruir o processo de nomeação para mandato via Presidência da República.

4. Temática: Apoio aos comitês estaduais e distrital

4.1. Subsídios para elaboração de calendário de ações fortalecimento dos comitês e mecanismos estaduais e distrital

O Pleno solicitou à CGCT apresentar proposta de fluxo de denúncias entre os comitês estaduais e CNPCT. A CGCT já está em diálogo com a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos sobre esta questão.

5. Temática: MNPCT

5.1. Definição da Coordenação-Geral do MNPCT

Com base no Decreto 8.154/2013, a Ministra Damares indica Bárbara e Ribamar para Coordenação Geral do MNPCT.

5.2. Missões recentes do MNPCT

- a) Inspeção no município de Itamonte (MG);
Apresentação: Daniel Melo e Andrêza Almeida Fernandes Alves (Frente Mineiro Drogas e Direitos Humanos).
- b) Inspeção no Sistema Prisional Federal
Apresentação: Ribamar Araújo.
- c) Inspeção Nacional LGBTI
Apresentação: Tarsila Flores.

5.3. Os informes sobre Amapá e Goiás serão apresentados na próxima reunião.

O MNPCT vai encaminhar ofício com informações sobre a situação do Amapá, que será distribuído aos membros do CNPCT tão logo recebido pela secretaria executiva do CNPCT.

Na discussão, os membros e convidados permanentes do CNPCT propuseram cinco encaminhamentos. **O Ministério da Cidadania solicitou vistas da matéria, deferido nos termos do inciso III do art. 14 da Resolução CNPCT nº 1/2013. As considerações deverão ser encaminhadas aos membros do CNPCT até 26/12/2020 e a matéria será objeto de ponto de pauta na 31ª Reunião ordinária do CNPCT.**

Encaminhamentos sugeridos, a serem ponderados no pedido de vistas:

- Encaminhamento: que o Comitê encampe as recomendações realizadas pelo mecanismo ao final do seu relatório, se necessário, com a criação de um grupo de trabalho para executar as ações ali propostas (como fiscalização de recursos etc)
Recomendações do Mecanismo: (1) Fiscalizar a aplicação dos recursos públicos destinados para comunidades terapêuticas, apresentar relatórios sobre a execução destes repasses frente ao trabalho desenvolvido nessas entidades, bem como a inspecionada, que conforme este relatório apresenta prática de maus-tratos, tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. (4) Apurar situações de maus-tratos, tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes apresentados no presente relatório.
- Encaminhamento: encaminhar ofício às autoridades do executivo municipais e estaduais, bem como ao ministério público e defensoria pública para que informem quais medidas foram adotadas para interromper as violações enunciadas no relatório do mecanismo.
- Encaminhamento: Conforme o relatório apresentado pelo MNPCT, que apresenta prática de maus tratos, tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, solicitamos esclarecimento ao Senad e Ministério da Saúde da aplicação dos recursos destinados a essa entidade, apresentando um relatório sobre a execução destes repasses à entidade.
- Encaminhamento: Publicar uma resolução que vede a atendimento de criança e adolescentes em CT
- Encaminhamento: Conforme o relatório apresentado pelo MNPCT, que apresenta prática de maus tratos, tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e

degradantes, solicitamos a suspensão do repasse de recurso público e interdição da entidade.

5. Encerramento.

5.1. Registro dos encaminhamentos

Leitura e registro dos encaminhamentos.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

DEGRAVAÇÃO
30ª Reunião Ordinária do Comitê
Nacional de Prevenção e Combate à
Tortura

Dia: 26/11/2020

(Realizada por videoconferência)



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

DEGRAVAÇÃO

30ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

Legenda:

- 1) **Palavras, nomes, siglas ou expressões sublinhadas** – Houve dúvida na
1. compreensão;
- 2) **(ininteligível)** – Não compreendida a palavra ou expressão;
- 3) **Reticências (...)** – Frase não concluída;
- 4) **(intervenções fora do microfone)** – Várias falas fora do microfone em que
não foi possível a compreensão;
- 5) **(intervenções simultâneas)** – Várias falas ao mesmo tempo,
impossibilitando a compreensão;

1 **1ª parte zoom 0**

2 **Interlocutora não identificada** – Dá para me ouvir Karol?

3 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
4 **Tortura e Violência Institucional)** – Sim.

5 **Interlocutora não identificada** – Beleza. A gente tem um contrato de degravação,
6 que a gente solicita a transcrição das reuniões, com as demandas de reuniões
7 virtuais, a empresa deu uma atrasada na última entrega da nossa 29ª, porque a
8 gente tinha na fila da 13ª que já estava atrasada, então eles encaminharam à da
9 13ª, mas não conseguiram encaminhada à 29ª. A degravação da 13ª está na pasta
10 com os documentos da... Dessa reunião, e a da 29ª eles vão entregar até o final da
11 próxima semana. E aí se alguém tiver algum questionamento sobre essa entrega,
12 normalmente são 30 dias para essa entrega, a gente fez a cobrança para o



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

13 departamento responsável, mas a gente ainda não recebeu o retorno. E é isso,
14 acho que é isso.

15 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
16 **Tortura e Violência Institucional)** – Então, podemos dar a pauta que consta na
17 lista de documentos da reunião como... A ata, desculpa. Ata que consta na lista dos
18 documentos do Comitê como aprovado?

19 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** –
20 Inscrição Karol.

21 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
22 **Tortura e Violência Institucional)** – Sim Vitória.

23 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** –
24 Sem a degravação da 29ª Reunião, o Conselho da OAB é contra a aprovação a ata
25 da última reunião.

26 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
27 **Tortura e Violência Institucional)** – Não Vitória, eu estava mencionando a outra
28 reunião que a Luana mencionou que está na pasta.

29 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** –
30 Da 13ª?

31 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
32 **Tortura e Violência Institucional)** – Isso.

33 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** –
34 Essa degravação eu não achei na pasta do Drive, eles compartilharam com a gente.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

35 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
36 **Tortura e Violência Institucional)** – Está bem. Então, a gente coloca... Já que nem
37 todos tiveram acesso, gente então disponibiliza na próxima reunião a 13^a e com a
38 chegada da degravação da 29^a, então fica para a próxima reunião a aprovação
39 desses documentos. Todos de acordo?

40 **Interlocutor não identificado** – Karol, com licença. Tu disse que nem todos
41 tiveram acesso, mas alguém teve acesso? Porque no link que eu recebi no e-mail
42 com a convocação para reunião, para esta reunião, tem um link ali do Google Drive,
43 mas nesse link do Google Drive que a pasta se chama 30^a Reunião Ordinária, não
44 tem degravação, tem uma minuta de resolução que eu acho que está sendo
45 construído o relatório de inspeção e uma pasta chamada resposta dos
46 encaminhamentos. É apenas isso que tem na pasta.

47 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
48 **Tortura e Violência Institucional)** – Está bem. Então, eu peço desculpas, à nossa
49 informação é que a gente tinha colocado esse documento para consulta de todos.
50 Então, para a próxima reunião ficamos com três documentos para a avaliação, a
51 pauta da 13^a Reunião Extraordinária, a da 29^a Reunião Ordinária do Comitê, e a
52 degravação, ata e degravação da 30^a reunião que essa reunião agora. Então,
53 inclusive, esse último ponto foi feito um pedido pela Ministra. Então, podemos
54 seguir? Colocar esse ponto para a próxima reunião? Bom, não havendo
55 manifestações, a gente havia colocado o item 1.4 que seria a data da próxima
56 Reunião Ordinária, isso foi definido na última reunião da Mesa Diretora. Então,
57 teríamos aqui um calendário no dia 14 de dezembro, a próxima reunião da Mesa
58 Diretora, no dia 19 de janeiro mais uma reunião da Mesa Diretora, para então uma
59 Reunião Ordinária do Comitê, não é? No dia 9 de fevereiro de 2021, que ainda seria
60 uma reunião virtual, isso foi deliberado no âmbito da Mesa Diretora para que então a
61 31^a reunião ocorra no dia 9 de fevereiro de 2001, 8 h30 no período da manhã, ainda



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

62 virtual, lembrando que o ponto que a Vitória havia pedido para inclusão na pauta e o
63 retorno das reuniões, seria o próximo ponto, só para observar aqui se não ficou de
64 fora. A Vitória pediu a palavra.

65 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) –**
66 Obrigada Karol. Eu queria defender a que o meu ponto de que nós devemos definir
67 o calendário do próximo ano nessa reunião, porque se a Mesa Diretora não tomou
68 essa providência para si, que é uma obrigação da Mesa Diretora definição do
69 calendário do ano, eu não vejo como a gente possa encerrar esse ano sem
70 definição de calendário, não digo de data da próxima reunião, mas eu acho que nós
71 obrigação enquanto plenária, já que a Mesa Diretora não apresentou isso na última
72 reunião do ano, faz a definição do calendário, não é nada complicado, é uma
73 reunião a cada dois meses a partir de fevereiro, não vejo nenhuma complicação
74 nisso, mas eu sou então pela definição de calendário nesse momento.

75 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) –** A minha sugestão
76 até para facilitar, viu Vitória? Essa colocação sua, se o calendário do ano passado
77 foi condizente com calendário deste ano também, poderíamos apenas replicar para
78 facilitar e não travar a nossa pauta aqui, que tem outros informes também
79 importantes do Mecanismo, enfim. Então, pedi para algum colega do administrativo
80 verificar se as datas previstas para este ano de 2020 podem ser aplicadas em 2021
81 também, e aí aprovaríamos de uma forma mais simples, não é? Essa é a minha
82 sugestão.

83 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
84 **Tortura e Violência Institucional) –** Só estou fazendo uma conferência aqui. A
85 gente tinha uma previsão no Regimento Interno, para que a data das reuniões
86 fossem aprovadas na primeira reunião do ano. Então, só estão conferindo isso aqui
87 no Regimento Interno, é claro que foi pensando nessa resolução que a Mesa



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

88 Diretora não deliberou todas as datas, mas de qualquer forma a gente pode acatar a
89 sugestão do sabe, na leitura dos encaminhamentos fazer uma sugestão das datas,
90 caso todos estejam de acordo. Só o registro aqui. Na resolução nº 1 do Comitê
91 Nacional, o artigo 7º, no parágrafo 2º: *"Na primeira reunião do ano do Comitê, o*
92 *plenário definirá um calendário anual respeitado a periodicidade prevista no caput."*
93 Que são de reuniões de dois em dois meses. Então, foi com base nesse item que a
94 Mesa Diretora não deliberou por reuniões e, por data de todas as reuniões do
95 CNPCT, mas claro que não vislumbramos nenhum óbice em relação a isso, vamos
96 propor então até o final da reunião a nossa sugestão candidatas para a gente
97 trabalhar já com o calendário preliminar para o próximo ano. Algum comentário?

98 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Karol, dentro
99 dessa... Eu não lembrava do dispositivo realmente da previsão da consolidação do
100 calendário na primeira reunião do ano. Então, diante do exposto aí, eu acho que é
101 interessante a gente manter o que já foi pactuado por uma resolução, se a Vitória
102 também um tende dessa forma aí, eu acho que a gente poderia apenas usar esse
103 calendário como indicativo para a próxima reunião de fevereiro, para consolidar os
104 termos da resolução um.

105 **Interlocutora não identificada** – Eu estou de acordo Sávio. Não havia me
106 atentado para esse dispositivo da nossa lei. Então, eu acho que podemos deixar
107 para a primeira reunião do ano que vem já fixado essa data, não é? Que a Mesa
108 Diretora sugeriu, deixarmos para aprovar o calendário na primeira reunião do ano
109 que vem, sem problema.

110 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
111 **Tortura e Violência Institucional)** – Bom, se não temos mais nenhuma
112 observação sobre esse item, eu consulto se os colegas, para a gente entrar então
113 nos itens sugeridos pela Vitória no início da reunião, sobre a realização das



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

114 reuniões não mais... Para cessar as reuniões virtuais e retomar as reuniões
115 presenciais. Temos inscritos? Consulto. Temos inscritos nesse item?

116 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Eu me
117 escreveria brevemente.

118 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
119 **Tortura e Violência Institucional)** – Caio, por favor.

120 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Seria
121 apenas para fazer uma rápida defesa do ponto da Vitória, dizer que eu concordo
122 com ela, eu acho que é muito importante a gente tem as medidas necessárias de
123 cautela no momento, porém nós... Eu verifico, eu acho que vários colegas aqui tanto
124 da cidade civil, como o governo vão concordar que o formato de reunião virtual ele
125 traz um certo prejuízo para execução dessa política pública, especialmente porque
126 nós tínhamos um ritmo de trabalho que envolvia aí dois dias de reunião a cada dois
127 meses, e hoje nós estamos trabalhando com reuniões que duram em média 4h a
128 cada dois meses. Então, eu acho que isso traz um prejuízo, um atraso bem grande
129 assim para os trabalhos aqui do colegiado.

130 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
131 **Tortura e Violência Institucional)** – Temos inscrição da Virgínia, e da Márcia.

132 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
133 **Luta Antimanicomial)** – Bem, a bom-dia, bom-dia a todos, a todas, bom-dia
134 Ministra. Eu também faço minhas as palavras da Vitória, do Caio, porque as
135 reuniões virtuais, elas têm um outro tempo além do desgaste, além de serem
136 virtuais, nós temos aí o prejuízo realmente desses dois dias de um outro tipo de
137 organização. Então, penso que é necessário voltarmos ao formato presencial,
138 evidentemente tomando todos os cuidados e falo isso com muita propriedade,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

139 porque nós estamos trabalhando, nós não paramos de trabalhar, nós estamos
140 trabalhando, estamos visitando locais de trabalho, estamos acompanhando
141 fiscalizações. Então, necessário, é evidente também com todos os cuidados, e
142 penso que é necessário voltarmos ao formato presencial dos dois dias, porque nós
143 teremos bem mais tempo para organizar as nossas tarefas e as nossas ações.
144 Então, eu também defendo o retorno das nossas reuniões presenciais. Obrigada.

145 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
146 **Tortura e Violência Institucional)** – A Márcia também é inscrita.

147 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
148 **Luta Antimanicomial)** – Tem uma questão, uma observação rápida que queria só
149 colocar, que geralmente na última reunião do ano, se tiver na pauta administrativa,
150 avaliação internamente dos planos de ação do CNPCT, e mesmo que nos anos
151 anteriores, a gente sempre na última reunião do ano, a gente realização avaliação
152 internamente das atividades, com o plano de ação, e nesse plano de ação tem
153 também aclamação da qualidade das atividades do CNPCT para o ano, não é?
154 Para o ano seguinte, e acabou que nós não realizamos essa ação que é
155 extremamente importante. Então, eu acho que nós estamos... Lógico, em um
156 momento, em um contexto muito desfavorável de pandemia, mas eu acho que por
157 isso mesmo a extremamente necessário a gente se organizar para esse plano de
158 ação, não está ocorrendo agora nessa última reunião, mas eu coloco como uma
159 proposta para o ano que vem, além do calendário que vai ser colocado hoje nos
160 encaminhamentos, o calendário com as datas para o ano que vem, que a gente
161 passa a incluir também o plano de ação, de querer que esse plano de ação para o
162 ano seguinte, não vai ser possível ser feito esse ano, mas que seja uma pauta para
163 o próximo ano, e assim a gente consiga constituir as ações para o ano de 2021. É
164 isso.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

165 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
166 **Tortura e Violência Institucional)** – Márcia, fiquei com uma dúvida, você se refere
167 a um plano de ação a partir de um planejamento ou você se refere, na verdade, a
168 um relatório de atividades do Comitê?

169 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
170 **Luta Antimanicomial)** – Bom, seguindo as ações que a gente teve, inclusive...
171 Seria a avaliação, não é? Encerramento das atividades do CNPCT e a discussão do
172 relatório das atividades, eu acho que seria importante é uma pauta administrativa a
173 apresentação desse relatório de atividades desse ano, incluídas... Os
174 encaminhamentos para o ano que vem, sabe Karol? E a partir disso aprovação de
175 um calendário de atividades, que atividades são essas, abstenções, enfim, como a
176 gente fez nos dias anteriores, certo? Incluindo isso para o ano que vem, a primeira
177 reunião, seria a avaliação das atividades e a construção desse plano de ação
178 apresentado pela coordenação do CNPCT.

179 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
180 **Tortura e Violência Institucional)** – A Ministra se inscreve? Sim Ministra, a
181 senhora...

182 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**
183 **Humanos)** – O som da Márcia está muito ruim aqui. A Márcia compõe na próxima
184 reunião uma avaliação das ações do Mecanismo, seria isso? Uma apresentação
185 das ações do Mecanismo, das atividades do Mecanismo?

186 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
187 **Tortura e Violência Institucional)** – Seria um apanhado das atividades do
188 Comitê...



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

189 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
190 **Luta Antimanicomial)** – Não do Mecanismo, mas o CNPCT, incluindo... Do
191 CNPCT, não é do Mecanismo, mas ações do Comitê Nacional de Prevenção ao
192 Combate à Tortura, não é do Mecanismo.

193 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**
194 **Humanos)** – Não é o Mecanismo, é o Comitê, é isso?

195 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
196 **Luta Antimanicomial)** – Do Comitê, isso.

197 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**
198 **Humanos)** – Ok. Mas aí a gente podia sugerir também Márcia, que o Mecanismo
199 apresentasse também, a gente podia aí apresentado uma proposta Karol, Comitê
200 apresenta também seu relatório, eu Mecanismo também apresentar seu relatório,
201 cada perito apresentar o seu relatório de ação na próxima reunião, eu acho que
202 ficaria bem... E a gente fazer essa avaliação, ok?

203 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
204 **Luta Antimanicomial)** – Raramente o Mecanismo, ele consegue elaborar esse
205 plano de ação para as atividades, eu acho interessante.

206 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
207 **Tortura e Violência Institucional)** – Então, só para o nosso registro aqui, seria
208 então um encaminhamento, um ponto de pauta já para a próxima reunião, uma
209 indicação, relatório de atividades do CNPCT referente às atividades de 2020,
210 também um relatório de atividade para estruturar um plano de ações do Comitê
211 Nacional para 2021, e o terceiro item seria relatório de atividades do Mecanismo, aí
212 Ministra, relatório de atividade, plano de ação de atividades do Mecanismo,
213 incluindo, uma avaliação individual?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

214 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**
215 **Humanos)** – Assim, a gente precisava que processo do relatório do Mecanismo,
216 mas separada por ações individuais de cada período, é a minha proposta.

217 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
218 **Tortura e Violência Institucional)** – Perfeito.

219 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
220 **Luta Antimanicomial)** – Eu acho que em relação ao Mecanismo...

221 **Interlocutora não identificada** – Karol, eu posso falar? Eu estou inscrita.

222 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
223 **Luta Antimanicomial)** – Nos anos anteriores... Rapidinho. O Mecanismo, na
224 verdade, não seria uma avaliação do Mecanismo é diferente, não é isso, não é isso
225 que a gente tem construído ao longo desses anos aqui no Comitê, seria
226 apresentação também do plano de ação para o ano seguinte, assim como o Comitê
227 realiza essa ação, ele apresenta um plano de ação das atividades ano seguinte, o
228 Mecanismo também se organiza nesse processo, seria mais só isso mesmo, uma
229 apresentação do plano de ação para o ano seguinte, não seria uma avaliação
230 minuciosa e, de perícia dos relatórios, até porque isso tem que ser ao longo dos
231 anos nas reuniões, certo?

232 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
233 **Luta Antimanicomial)** – A Vitória tinha pedido a palavra.

234 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** –
235 Obrigada Karol. Quanto a essa sugestão da Márcia, eu proponho então uma é
236 extraordinária ainda para 2020, para a gente fixar essa... Para a gente continuar
237 com esses relatórios de fechamento de ano, que realmente fazíamos e a gente não
238 se atentou para isso esse ano, eu sugeriria então uma extraordinária ainda em



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

239 dezembro para gente consegui fazer... Dar conta disso um, é não sobrecarregar
240 nossa primeira reunião do ano que vem com isso.

241 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**
242 **Humanos)** – Oh Vitória, discordo de você, se a nossa primeira reunião do ano que
243 vem vai ser de 2 longos dias, eu acho que dá para a gente incluir o na primeira
244 reunião do ano, se aprovar, se a gente tiver condições, para a gente fazer sim a
245 avaliação, a gente otimiza a reunião para fazer a apresentação desses relatórios, e
246 avaliação. Agora se não concordarem em avaliar os peritos, a gente volta aqui e
247 discorda, não vota, mas é uma proposta minha. Eu pediria para doutor Sávio
248 continuar essa condução, eu preciso sair, mas eu acho que eu volto no máximo
249 meia hora, tudo bem?

250 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
251 **Tortura e Violência Institucional)** – Então, temos inscritos? Bom, aqui pelos meus
252 registros, eu verifico então algumas propostas, o que a Ministra pontuou agora é
253 que não tenha uma Reunião Extraordinária, que essas discussões possam ser
254 feitas na primeira reunião do ano que vem, mas a Ministra fez questão... Frisou um
255 relato das atividades do Mecanismo como um todo, mas que também tenha relatos
256 sobre as atividades de cada um dos peritos. A Vitória então faz uma sugestão da
257 extraordinária, para além da sugestão do ano que vem, que tenha então uma
258 reunião e... Que tenha pontos de pautas específico para falar do relatório de
259 atividades do Comitê, e uma avaliação do plano de atividades do Comitê como um
260 todo. Então, o consulto o Sávio, como ele gostaria de proceder em relação a essa
261 proposta de regular as propostas na mesa?

262 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** –
263 Karol e Sávio, desculpa, eu só queria ajeitar a minha proposta de encaminhamento.
264 Por favor, a minha proposta é sobre a volta da presencial, é pela revogação da



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

265 resolução, é uma resolução eu acho que propõe... Que fala das reuniões por
266 videoconferência. Então, meu encaminhamento é que a gente pode a revogação
267 dessa resolução.

268 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Karol, eu acho que
269 tem mais pessoas inscritas, não é? Para fazer o uso da palavra aí, eu acho que
270 depois poderíamos fazer o balanço. Só aproveitando o gancho da fala Vitória, eu
271 acho que esse é um anseio muito grande de todo mundo retomar os nossos
272 encontros com o tempo maior para os debates, para o raciocínio em conjunto, mas
273 ao mesmo tempo eu tenho uma preocupação, uma preocupação porque nossas
274 atividades também, está condicionada a abertura do Distrito Federal, não é? Todos
275 estão acompanhando aí uma possível segunda onda, aumento de casos. Então, eu
276 acho que qualquer reunião nossa presencial estaria condicionada a um decreto do
277 Distrito Federal, se tivermos limitação no Distrito Federal, inclusive, atrapalha a
278 nossa reunião presencial, seria mais prudente mantermos a primeira reunião como
279 reunião virtual, fevereiro, porque fevereiro e está aí, nós temos mais três meses,
280 não é? Se contar. E aí se iniciar normalmente essa atividade.

281 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
282 **Tortura e Violência Institucional)** – O Daniel pediu a palavra.

283 **Sr. Daniel Caldeira de Melo (Assessor do Mecanismo Nacional de Prevenção e**
284 **Combate à Tortura)** – Bom dia a todas e todos, não é? Cumprimento todos em
285 nome do doutor Sávio que agora está presente na reunião na ausência da Ministra,
286 só fazer um lembrete relação à proposta que a Ministra traz sobre avaliação do
287 Mecanismo. Acho que a gente está lidando com dois órgãos que têm sua
288 independência de atuação, acho que é sempre importante Comitê sim terá pelas
289 ações do Mecanismo, mas pela lei 12.847, o relatório anual como é estabelecido lá
290 ele dá conta das atividades que foram desenvolvidas ao longo do ano. Então, eu



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

291 acredito que a partir desse documento assim a gente pode fazer esse diálogo com o
292 Comitê sobre o que foi desenvolvido dentro do ano de 2019, claro como a gente
293 sempre fez todo ano, apresentação do planejamento de 2021, acho que sim cabe
294 para esse espaço, tendo em vista que o nosso período de planejamento previsto é
295 agora final de dezembro e ao longo de janeiro. Então, acho que é importante a
296 gente tem esse cuidado pelo que estabelecido também na própria lei sobre os
297 limites de cada órgão, para a gente também não criar um espaço também de
298 avaliação, e talvez partir de... Pauta a partir do próprio documento que já é esperada
299 por lei, que é o relatório anual que é produzido pelo órgão, só gostaria de fazer esse
300 lembrete e deixar essa contribuição para vocês. Muito obrigado.

301 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
302 **Tortura e Violência Institucional)** – Temos inscrição do Caio também. Caio, por
303 favor.

304 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Não,
305 primeiro dar bom-dia para o Sávio que não cumprimentei ainda que está presente
306 na reunião agora, eu entrega do a preocupação Sávio, mas os colegas de Brasília
307 podem falar melhor, mas me parece que no momento não existe qualquer tipo de
308 limitação, inclusive, o trabalho presencial dos servidores públicos aí no Distrito
309 Federal, inclusive, a Ministra está em reunião aí com a equipe de forma presencial,
310 ela eu acho que nós pensando as medidas necessárias do local para a realização
311 da reunião, das medidas sanitárias aí que são adequadas, eu não vejo nenhum
312 óbice para realizar já a primeira reunião do ano de 2021 de forma presencial,
313 inclusive, me parece que esse também... Essa também foi a sugestão da própria
314 Ministra que discordou da Vitória em realizar uma Reunião Extraordinária deste
315 ano, prevendo que a Reunião Ordinária do ano que vem já será realizada a
316 presença aumente com dois dias de reunião. Então, me parece que é possível sim a
317 gente jazz fazer a próxima Reunião Ordinária, a primeira de 2021 presencial.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

318 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito. Tenha
319 inscrição da Isabel, eu estou vendo que a Isabel também está inscrita. Mas só para
320 esclarecer, a minha ponderação principal é no sentido de por precaução não
321 revogar agora essa resolução, porque pode ser que precisemos dessa resolução
322 ainda, porque nossas atividades presenciais elas estão condicionadas, tem estado
323 aí que está falando já de um novo fechamento. Então, acho que seria prematuro a
324 gente revogar a nossa resolução e depois com alguma restrição ficarmos sem um
325 instrumento para poder realizar, inclusive, nossa Reunião Ordinária. Então, acho
326 que seria importante da gente ir com esse norte de retomar as atividades
327 presenciais, mas com a possibilidade, com a flexibilidade para reunião virtual.

328 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** –
329 Compreendi sábado, mas aí nessa situação que do coloca qual seria na sua opinião
330 o instrumento normativo aí que a gente deveria utilizar? A gente deveria fazer outra
331 resolução?

332 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Essa resolução
333 nossa, eu acho que a Vitória pode até falar melhor, não sei se ela está com limite
334 agora para esse ano, porque ele está vinculado com aquele ato do Congresso, não
335 é? Teria que renovar essa resolução, mas sim, teríamos que ficar com isso pronto já
336 em caso de alguma restrição aqui no Distrito Federal, não é?

337 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Só para
338 complementar. Me parece que talvez o uma possibilidade fosse revogar a resolução
339 como estar, e havendo algumas medidas sanitárias e mais dura no Distrito Federal,
340 a gente ainda tem a prerrogativa da Presidência de ad referendum pedir a
341 resolução. Então, um caso de urgência, se houvesse, à Presidência parou na
342 ausência, a vice-Presidência poderia aí ad referendum tornar novamente as
343 reuniões virtuais.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

344 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
345 **Tortura e Violência Institucional)** – Só para registrar. A Isabel tinha pedido a
346 inscrição.

347 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Bom dia todos e todas. Estão me
348 ouvindo?

349 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
350 **Tortura e Violência Institucional)** – Sim.

351 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Não, só me inscrevi então para falar
352 sobre o ponto que o Daniel trouxe. Então, agradecer ao Daniel pela fala, ele queria
353 reforçar a importância de a gente respeitar a autonomia do Mecanismo Nacional,
354 observar esse limite da atuação de órgão do Mecanismo e do Comitê, em reforçar
355 então que não é papel do Comitê, concordando aí com a fala do Daniel, a avaliação
356 individual dos peritos, queria registrar também esse ponto.

357 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
358 **Tortura e Violência Institucional)** – Nós temos o registro da Márcia, observando
359 que foi encaminhamento da reunião anterior o retorno das atividades presenciais
360 em 2021. Eu estou sistematizando a que os encaminhamentos, eu avalio que a
361 gente tem algumas questões para deliberar, mas antes eu queria passar a palavra
362 para o gabinete da... Bom, está aqui gabinete da Ministra, mas eu não sei se quem
363 vai pedir a palavra é a Mayra ou o Dr. Marco.

364 **Sra. Mayra** – É a Mayra. Bom dia, bom-dia doutor Sávio, bom-dia a todos. Só para
365 reforçar o artigo 11 da nossa lei, fala que o MMPCT trabalhará de forma articulada
366 com os demais órgãos, conforme a CNPCT e anualmente prestar contas das
367 atividades realizadas do CNPCT. Então, acredito que seja nesse sentido também a
368 proposta que a Ministra tinha colocado anteriormente.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

369 **Interlocutora não identificada** – Karol, eu acho que a gente está com duas
370 discussões paralelas aqui, uma de avaliação e etc., que Mayra acabou de
371 mencionar, e a outra sobre a volta da presencial, seria bom dar uma sistematizada
372 aí para gente conseguir votar.

373 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Tem mais alguém
374 inscrito Karol? Aqui pela sequência. Está sem o som Karol, está sem o som.

375 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
376 **Tortura e Violência Institucional)** – Opa, desculpa. Está com a manifestação aqui
377 no Chat do Daniel e também tenho um pedido de inscrição da Márcia.

378 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem. Márcia
379 colocou agora, não é?

380 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
381 **Tortura e Violência Institucional)** – Isso.

382 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – O colega, o
383 Rodrigo colocou a questão do Decreto Legislativo nº 6/2020, que trata sobre o
384 estado de calamidade. Nós temos que trabalhar também com essa possibilidade de
385 renovação desse decreto e extensão desse prazo, não é? Então, nossa reunião é
386 logo no início do ano. Então, acaba ficando condicionada a extensão de outras
387 normas, seja do Distrito Federal ou no âmbito federal, com relação a colocação da
388 Maira, muito bem o lembrada na nossa lei que instituiu o Sistema Nacional de
389 Prevenção e Combate à Tortura, a 12847, é na entrada no seu artigo 11 sobre essa
390 prestação de contas anual do Mecanismo, eu acho que o que foi colocado aqui está
391 vinculada com aquela norma que alguns colegas já estão trabalhando sobre a
392 recondução de peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura,
393 quando se coloca um critério de avaliação individual, seria para facilitar os critérios



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

394 objetivos nessa análise de recondução, mas isso ainda não está pronto, não é
395 madura, preciso de alguns destaques, não é? O texto, nós ainda não temos o texto
396 ainda disso. Então, eu acho que para o próximo ano nós poderemos desenvolver
397 esse GT realmente para verificar essas condições de normatizar essa questão de
398 recondução, essa questão de avaliação e para efeitos de recondução no. Então, eu
399 acho que poderíamos que separar esse ponto agora, e focar anos na questão da
400 nossa primeira reunião do próximo ano.

401 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
402 **Tortura e Violência Institucional)** – Sávio, eu consegui então sistematizar 5
403 encaminhamentos desse item, sendo o primeiro: Aprovar nova resolução para
404 revogação da resolução das reuniões virtuais, que a demanda da Vitória e uma
405 observação do Caio que seja necessário a Ministra pode ad referendum criar uma
406 nova... Editar uma resolução. Encaminhamento nº 2: Incluir como ponto de pauta o
407 relatório de atividades do CNPCT e, ponto de pauta para a próxima reunião.
408 Encaminhamento nº 3: Incluir como ponto de pauta para a próxima reunião, plano
409 de atividades dos CNPCT. E aí eu só queria fazer um link com essa proposta da
410 Márcia, com o item 4 da nossa reunião hoje, só para a gente ter isso em mente. O
411 encaminhamento 4: Incluir como de pauta a apresentação do plano de atividades do
412 MMPCT, o mais genérico. Encaminhamento 5: Incluir como ponto de pauta
413 apresentação do plano de atividades do Mecanismo com registro de atividades por
414 peritos. Aí a minha consultar agora é se a partir da sua observação Sávio, se então
415 a gente deixa esse item 5 para uma avaliação das GT que vai trabalhar então nessa
416 reflexão sobre a seleção de recondução dos peritos. E a gente trabalharia só com
417 esses quatro encaminhamentos que eu li.

418 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – A Márcia está
419 inscrita, eu acho que ela poderia continuar na fala dela até para a gente amadurecer
420 esses pontos aí para uma votação, uma definição. Márcia, tem a palavra.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

421 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
422 **Luta Antimanicomial)** – Obrigada Sávio. Só para alinhar, está bom? A minha
423 proposta. A minha proposta é... Não tem nada de complicada, é exatamente o que
424 a gente vem fazendo ao longo dos anos, do biênio, exatamente a condução do
425 plano de ação do CNPCT, calendários das atividades do CNPCT que a gente faz
426 sempre, se a gente for olhar o registro das atas anteriores, sempre a gente realiza
427 as atividades, não tem nada de avaliação no sentido de avaliar as atividades do
428 Mecanismo, até porque isso é algo que o Mecanismo também apresenta no início
429 dos anos para nós, no sentido de apresentar as inspeções e o plano de ação para o
430 ano seguinte, não é? Então, a minha proposta... Eu discordo... Totalmente, eu acho
431 que o que eu propus é simplesmente o plano de ação do CNPCT para o ano
432 seguinte, como a apresentação do calendário das atividades e das datas que é o
433 que a gente vai fazer hoje, inclusive, essas datas se forem fechadas hoje nos
434 encaminhamentos, a contento à parte desse planejamento, não é? Na verdade,
435 seria um plano de ação das atividades do CNPCT para o ano seguinte. Seria isso. A
436 Vitória propor uma Reunião Extraordinária para esse ponto específico, eu acho
437 interessante, acho importante, acabou que... Não sei se isso vai entrar como ponto
438 de pauta para o ano que vem, inclusive, o encaminhamento em relação a isso. Mas
439 a minha proposta é essa... Ao que a gente do vem fazendo ao longo dos anos aqui
440 no CNPCT. Só isso, que não foi apresentado nesse ano.

441 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
442 **Tortura e Violência Institucional)** – Márcia, só para contextualizar, tanto no
443 primeiro biênio quanto no segundo biênio, a gente foi que relatório de atividades dos
444 anos segundo ano de atividades, está bem? Então, a gente teve instalação do
445 Comitê em 2013, a gente foi ter o relatório de atividades só tem mês 1015, e a
446 mesma coisa com o segundo biênio. Então, só para contextualizar... Só para
447 contextualizar que não foi necessariamente todos os anos, mas que de acordo com
448 a legislação deveria ter todos os anos, está bem?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

449 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
450 **Luta Antimanicomial) –** Deveria ter todos os anos... 2018 também Karol.

451 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
452 **Tortura e Violência Institucional) –** Fizemos 2018. Agora em 2018 teve uma
453 facilidade de acompanhamento desse plano de ações, porque de fato a gente se
454 engaja eu tenho uma atividade e de planejamento do Comitê. Então, hoje
455 efetivamente a gente não tem o que avaliar em termos de planejamento do
456 colegiado, porque a gente não fez um planejamento. Então, a gente pode...
457 Obviamente a gente tem um registro, a gente faz o compilado dos registros do
458 Comitê, mas não tem uma avaliação e de planejamento, porque a gente não fez o
459 planejamento no início do ano por inúmeras razões, só para colocar aí os pingos os
460 I. E eu vou incluir aqui o encaminhamento 5 que era o da Vitória, que de fato ficou de
461 fora da minha sistematização, a realização da Reunião Extraordinária em
462 dezembro.

463 **Interlocutora não identificada –** Karol, você poderia repetir os quatro outros
464 encaminhamentos, por favor?

465 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
466 **Tortura e Violência Institucional) –** Eu coleí no chat.

467 **Interlocutora não identificada –** Ok, obrigada.

468 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
469 **Tortura e Violência Institucional) –** E enquanto estão registrando aqui o da
470 Vitória, se tiver algum voluntário para ler e me ajudar, eu agradeço.

471 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) –** Está bem. Com
472 relação ao primeiro ponto, só uma observação. Nós temos que verificar se a nossa
473 resolução de reuniões virtuais, elas estavam lincadas de alguma forma no Decreto



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

474 Legislativo, que institui o estado de calamidade pública. Então, se a nossa
475 resolução tiver vinculada, ela cai naturalmente com o prazo do Decreto Legislativo.
476 Então, não sei se algum dos colegas do administrativo poderia checar isso aí para a
477 gente, até para evitar uma votação desnecessária, não é? Uma revogação das
478 necessária.

479 **Interlocutora não identificada** – Está checando Sávio.

480 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
481 **Tortura e Violência Institucional)** – Se eu não me engano, a gente fez essa
482 previsão com o decreto, eu acho que, inclusive, quem fez o registro do decreto foi o
483 Rodrigo que fez essa inclusão no texto da resolução. Só para registro então, eu
484 coleí os encaminhamentos 1 a 6 na discussão, e aí eu tenho a responsabilidade de
485 chamar a atenção para o tempo da reunião, agora são nove áreas e 31 minutos, e
486 inicialmente a gente deveria... A gente já estaria no quarto item da nossa reunião, e
487 ainda estamos no primeiro item. Então, a gostaria de chamar a atenção dos
488 colegas, e sugerir ao Sávio que a gente avalie então a eventual votação desses
489 encaminhamentos de forma que a gente possa...

490 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Bem observado
491 Karol.

492 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
493 **Tortura e Violência Institucional)** – E encaminhar para os outros temas.

494 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Bem observado
495 Karol. Eu acho que a pauta como nós temos aí apresentação do Mecanismo,
496 definição de Mesa Diretora, eu acho que como já está anotado aqui, a gente pode
497 deixar essas votações mais para o final e seguir o nosso planejamento ordinário,
498 que venha o próximo ponto de pauta, seria a Mesa Diretora, não é?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

499 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
500 **Tortura e Violência Institucional)** – Isso. Só que... Mas aí eu vou pedir ajuda para
501 os colegas, porque nas nossas reuniões... Na ótima reunião que eu participei o,
502 ainda era presencial, a gente voltava sempre os encaminhamentos ao final do ponto
503 de pauta. E aí a minha dúvida é se agora nessa dinâmica acione mais virtuais, se os
504 encaminhamentos estão sendo votadas ao final da reunião. Só pedir ajuda aí.

505 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Karol, nós não
506 temos o impedimento nem a de concentrar os encaminhamentos na final.

507 **Interlocutor não identificado** – Estou em reunião.

508 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Até porque... Tem
509 um microfone aberto. Até porque ainda passaremos por outros debates que podem
510 nos auxiliar nos esclarecimentos aí desses pontos. Então, minha sugestão é a
511 gente continuar na pauta da porque já tem um atraso considerável aí de 8h45, na
512 recondução dos representantes na Mesa Diretora.

513 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** –
514 Sávio, pela ordem eu vou pedir que a gente realize a votação como sempre foi feito,
515 não entendi essa intenção de colocar para o final da reunião essa votação para a
516 gente atrasar no final da reunião? Ou para reunião acabar e a gente não conseguir
517 votar isso, não entendi. Eu sou/como sempre fizemos e que a reunião se realize
518 agora depois da discussão de cada item.

519 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Na previsão da
520 Mesa Diretora, eu acho que você não participou dessa ótima reunião da Mesa
521 Diretora, já tinha... Faltava o Henrique, perdão. Foi colocado uma margem um
522 pouco maior ali na pauta, para gente conseguir terminar antes de ficar com tempo
523 para debate encaminhamento. Então, aí ideia é para não atropelar os outros pontos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

524 aqui, a gente seguir, porque nós começamos um debate aqui que, inclusive, não
525 estava na previsão da nossa pauta, foram inclusões extras. Então, minha sugestão
526 é a gente continuar e votar esse ponto, após a apresentação do Mecanismo a gente
527 vota todos os encaminhamentos, inclusive, consolidando alguns, talvez a gente
528 precise consolidar outros encaminhamentos.

529 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) –**

530 Eu vou reafirmar de que eu gostaria que a votação fosse procedida agora como
531 sempre foi na história do Comitê, no final a gente a faz a leitura e aprovação da ata,
532 e não a leitura e aprovação de todos os encaminhamentos juntos. Então, eu não sei
533 de onde veio essa discussão que está gerando polêmica de avaliação dos peritos,
534 eu não sei aonde isso surgiu, mas a minha proposta de votação está de acordo com
535 o item 1 da pauta, que é justamente a reunião, a 31ª reunião, que eu estou
536 sugerindo que seja feita de forma presencial, e isso está na ata e a minha sugestão,
537 é uma sugestão de encaminhamento de um ponto que está na pauta da reunião de
538 hoje. Então, eu estou pedindo a votação do meu encaminhamento.

539 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) –** Esse ponto eu

540 acho que é bem tranquilo, eu acho que poderíamos até usar, enfim, alinhar mais
541 esse ponto para documentar, eu acho que é consenso de todo mundo que tenha se
542 anseio como Caio mesmo colocou, o prejuízo do nosso não encontra presencial.
543 Então, eu acho que poderíamos já alinhar, aqui essa primeira reunião pode ser
544 presencial, claro não há manifestação de todos, desde que tenhamos um condições
545 sanitárias para a realização dessa reunião presencial, não tiver nenhuma restrição
546 normativa no âmbito do Distrito Federal ou do Governo Federal, apenas colocar
547 esses condicionantes, e está ok para vocês? Para todo mundo? Alguma
548 observação com relação a esse ponto?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

549 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) –**
550 Não Sávio, não está ok, se você quiser fazer essa proposta de encaminhamento, eu
551 sugiro que a Karol anote como proposta de encaminhamento número 6. Porque a
552 minha proposta de encaminhamento a revogação da resolução, sem nenhum
553 condicionante a questões sanitárias, se houver um condicional a questões
554 sanitárias, eu sugiro que em janeiro ou fevereiro do ano que vem, você passou a
555 Ministra coloca que ad referendum uma resolução com esse sentido, a minha
556 proposta de encaminhamento a revogação da resolução. Eu gostaria que isso fosse
557 posto em votação.

558 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) –** Não, perfeito, eu
559 acho que você não compreendeu Vitória, vou ser um pouco mais claro aqui, está
560 bem? Com relação a resolução, nós pedimos para ele que administrativa para
561 verificar se elas tinham tempo de vigência normal, nós podemos votar sim, ela pode
562 cair naturalmente aí por causa do decreto, mas se for do entendimento de todos,
563 nós podemos revogar e depois buscar um novo texto, no que está sendo colocada
564 aqui agora de um consenso a de uma reunião presencial, uma reunião presencial já
565 em fevereiro, caso tenhamos condições sanitárias para a realização, se não tiver
566 nenhum impedimento normativa no Distrito Federal ou no governo federal, esse
567 seria o encaminhamento que me parece que pega... A Karol pode esclarecer aqui
568 dois pontos, não é?

569 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
570 **Luta Antimanicomial) –** O artigo terceiro, não é? Inclusive, da resolução, acho que
571 a Karol até postou ali, a última reunião fala que essa resolução terá vigência a
572 durante o quadro de pandemia da Covid-19 no Brasil, cessando seus efeitos e
573 imediatamente após o retorno das e condições de participação presencial de
574 membro nas reuniões do plenário.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

575 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Exatamente. Esse
576 era o esclarecimento. Então, ela já está vinculada cessar seus efeitos do estado de
577 calamidade, não é?

578 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Sávio,
579 eu queria te pedir, porque no meu entendimento e está bem madura a questão em
580 relação a fazer reuniões presenciais, eu acho que a gente deve votar isso, e eu me
581 filio ao encaminhamento da Vitória, e gostaria que ele fosse colocado em votação.
582 Eu entendo que a gente deve revogar a resolução, e sendo necessário à
583 Presidência emite a outra resolução ad referendum, porque essa resolução é muito
584 genérica quanto diz aí de questões sanitárias, o que... Qual é o parâmetro dessa
585 resolução? É Organização Mundial da Saúde? É quando a OMS diz que a gente
586 está em estado de pandemia? É um decreto do governo federal? Não diz claro.
587 Então, essa resolução ela pode ficar vigendo eternamente durante muito tempo, a
588 gente não tem como prever até onde vão os efeitos dessa resolução, por isso eu
589 entendo que eu encaminhamento adequado seria a gente revogar a resolução que
590 nos colocou em trabalho virtual, está bem? Para que a próxima Reunião Ordinária
591 de fevereiro já seja presencial, e se nesse meio tempo acontecer alguma coisa, se a
592 situação piorar, se Distrito Federal decretar lockdown, algo do tipo, aí a Presidência
593 no uso das suas prerrogativas vai editar outra resolução, suspendendo novamente
594 os trabalhos presenciais, que eu acho que assim a gente mantém o processo de
595 trabalho como já vinha sendo feito.

596 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito Caio. Eu
597 não sei se tem mais alguém inscrito aí, me parece que não, não é?

598 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
599 **Tortura e Violência Institucional)** – Não.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

600 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – O que foi colocado,
601 inclusive, pela Maira lá foi o artigo específico falando que ela estava vinculada ao
602 estado de calamidade, que termina formalmente agora em dezembro, não é? Mas
603 tudo bem, se todos entendem que a gente revogue, e aí caso necessário a Ministra
604 pode ad referendum a esse novo texto, podemos trabalhar nesse sentido, está
605 bem? Alguma oposição a essa sugestão de encaminhamento da Vitória e do Caio?
606 Então, por unanimidade a gente a aprovação essa revogação dessa resolução a
607 observação de caso necessária a Ministra adotará as medidas para ad referendum
608 para a nova resolução. Karol, qual que é o próximo ponto?

609 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
610 **Tortura e Violência Institucional)** – E estou colocando a aqui no Chat. Essa então
611 foi a deliberação do encaminhamento um, que foi então a revogação da resolução
612 com observação de caso necessária a Ministra adotará nova resolução ad
613 referendum.

614 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Ou se preferirem
615 para manter o padrão também, podemos fazer essa votação individual como
616 aconteceu nos outros casos, eu até prefiro, viu Karol? Se puder fazer... Coletar o
617 registro individual de cada representante sobre a revogação do texto, podemos
618 começar.

619 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
620 **Tortura e Violência Institucional)** – Então, vamos fazer... Eu gostaria de pedir
621 então o registro dos membros aqui no Chat em relação à adoção desse
622 encaminhamento, sendo encaminhamento revogação da resolução que cria...

623 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Karol, só uma
624 observação. Vamos a votação oral, está bem? A gente mantém a votação para,
625 está bem?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

626 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
627 **Tortura e Violência Institucional)** – Ah, oral? Ah, está bem, desculpa. Está bem.
628 Então, o pedido então do registro dos colegas com o nome e a entidade e o voto,
629 para a adoção do encaminhamento número um. Que diz: A revogação da resolução
630 com observação, caso necessário a Ministra adotará nova resolução ad
631 referendum.

632 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Karol, a
633 gente tem feito o chamamento nominal, que está conduzindo a reunião chama o
634 membro e o membro vota.

635 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
636 **Tortura e Violência Institucional)** – Está bem. Eu vou pedir então ajuda do Danilo
637 ou da Luana para fazer esse apoio, por favor. Alô, equipe, ajuda.

638 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
639 **de Prevenção e Combate à Tortura)** – Oi, estão aqui, desculpa. Ministério da
640 Mulher, Família e Direitos Humanos. Como

641 **Interlocutora não identificada** – Presente.

642 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
643 **de Prevenção e Combate à Tortura)** – Secretaria Nacional de Proteção Global?

644 **Interlocutora não identificada** – Favorável.

645 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
646 **de Prevenção e Combate à Tortura)** – Secretaria Nacional...

647 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Pelo menos o
648 nome... Pegou o voto do gabinete ou não... Eu não ouvi o registro aqui Mayra.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

649 **Sra. Mayra** – Vai Sávio. Favorável pela SNPG.

650 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito. Luana,
651 pode dar sequência.

652 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
653 **de Prevenção e Combate à Tortura)** – SNPIR. Secretaria Nacional de Proteção e
654 Promoção da Igualdade Racial.

655 **Interlocutor não identificado** – Eu sou contrário à revogação da resolução, só
656 fazendo um parêntese que isso não tem a ver de ser contrária às reuniões
657 presenciais como todo mundo está colocando aqui, eu só acho que nesse momento
658 não é possível a gente definir o cenário para fevereiro do ano que vem, e a
659 resolução como foi dito aqui ela acaba dando uma cobertura para isso. Então, eu
660 sou contrário em relação a revogação dessa resolução.

661 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
662 **de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ótimo. Secretaria Geral da Presidência da
663 República. Secretaria de Governo na Presidência da República.

664 **Interlocutora não identificada** – Secretaria de Governo é favorável.

665 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
666 **de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ministério da Justiça e segurança pública.
667 Ministério da Cidadania. Ministério da Saúde.

668 **Interlocutor não identificado** – Ministério da Cidadania, favorável.

669 **Interlocutora não identificada** – Ministério da Saúde, favorável.

670 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
671 **de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ministério da Educação.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

672 **Interlocutor não identificado** – Favorável.

673 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
674 **de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ministério da Defesa. Doutor Sávio. Vota.

675 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Nesse momento
676 agora... Correto Karol? Acho que não tem a votação da Presidência,
677 Vice-Presidência nesse momento, não é?

678 **Interlocutora não identificada** – Vota, vota sim Sávio.

679 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Bom, então eu
680 acompanho também pela revogação após o debate, fazendo a rezava da
681 importância da observação do Rodrigo lá, não é? Sobre a manutenção... Da
682 necessidade da manutenção, mas acompanho.

683 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
684 **de Prevenção e Combate à Tortura)** – Seu voto é favorável doutor Sávio?

685 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
686 **Tortura e Violência Institucional)** – Ah, beleza.

687 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Isso, acompanha a
688 revogação. É.

689 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
690 **de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ah, está bom. Ministério das Relações
691 Exteriores. Conselho Federal da OAB.

692 **Interlocutor não identificado** – Favorável.

693 **Interlocutora não identificada** – Conselho Federal da OAB é favorável.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

694 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
695 **de Prevenção e Combate à Tortura) – CFP?**

696 **Interlocutor não identificado – Favorável.**

697 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
698 **de Prevenção e Combate à Tortura) – CONECTAS.**

699 **Interlocutor não identificado – Favorável.**

700 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
701 **de Prevenção e Combate à Tortura) – De Justiça Global.**

702 **Interlocutora não identificada – Favorável.**

703 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
704 **de Prevenção e Combate à Tortura) – RENILA.**

705 **Interlocutora não identificada – Favorável.**

706 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
707 **de Prevenção e Combate à Tortura) – UBM. UBM. EDUCAFRO.**

708 **Interlocutor não identificado – Favorável.**

709 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
710 **de Prevenção e Combate à Tortura) – MNU.**

711 **Interlocutor não identificado – Favorável.**

712 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
713 **de Prevenção e Combate à Tortura) – SOMOS.**

714 **Interlocutor não identificado – Eu estou de acordo.**



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

715 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
716 **de Prevenção e Combate à Tortura) – COADE.**

717 **Interlocutor não identificado – Favorável.**

718 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
719 **de Prevenção e Combate à Tortura) – CUT.**

720 **Interlocutora não identificada – Favorável.**

721 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
722 **de Prevenção e Combate à Tortura) – UFRM.**

723 **Interlocutora não identificada – Favorável.**

724 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
725 **de Prevenção e Combate à Tortura) –** Tivemos só um voto contrário, que foi a
726 SNPIR, isto, não é? Em qual a justificativa do Rodrigo. Então, em relação ao
727 segundo encaminhamento, incluir como ponto de pauta o relatório de atividades do
728 CNPCT. Sávio, fica aí para a sua avaliação. Se esse... Se você vai querer chamar a
729 votação.

730 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) –** Me parece que
731 esses encaminhamentos, eu volto de novo, nós temos que... Porque nós temos
732 agora uma pauta para seguir aqui, nós já fizemos uma votação de revogação e foi a
733 mesma votação, não é Karol? Você me corrige esse já para essa... Que está
734 vinculada para uma reunião presencial, já em fevereiro tem a data certa Karol? Já
735 para registrar?

736 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
737 **Tortura e Violência Institucional) –** Sim, dia 9 de fevereiro, aí voltado então
738 presencial seria 9 e 10.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

739 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Exatamente. Então
740 assim, com essa definição eu acho que nós podemos voltar agora para a pauta,
741 senão nós não vamos conseguir realmente terminar a nossa pauta, e os demais
742 pontos a gente coloca no final.

743 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** –
744 Sávio, me faz um esclarecimento, por favor? Que eu acho que eu não entendi. A
745 nossa reunião, a 31ª ficou presencial para o ano que vem então? Isso tem que ser
746 votado, não, não é?

747 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu acho que
748 estava vinculada, não é Vitória? A gente revogar essa resolução, conforme foi
749 aprovado aí.

750 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** –
751 Está bem, entendi.

752 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – E também a nossa
753 reunião presencial dia 9 de fevereiro que a Karol colocou. Então, condicionado,
754 claro, a gente tem que ter condições sanitárias para isso, se tiver algum fato que
755 impeça essa realização presencial no próximo ano, e aí a gente traz uma nova
756 resolução para prever essa reunião virtual, mas esse é o impedimento, eu acho que
757 já pode ser consolidado na ata pela manifestação dos colegas. E aí peço para a
758 gente passar agora para a Mesa Diretora, está bem? Por favor, Karol.

759 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
760 **Tortura e Violência Institucional)** – Então, o item... O próximo item era a pauta
761 administrativa, o item 2,1. Recondução dos representantes de governo da Mesa
762 Diretora. Hoje são membros da Mesa Diretora o representante da CNPIR, o



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

763 Ezequiel e o Rodrigo e da SNPG a Mayra e o Alexandre, ambos vinculados aqui ao
764 Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

765 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Pode colocar
766 também os representantes da sociedade civil para a gente... Como está sendo feito
767 uma atualização, para indicar quem são os representantes da sociedade civil, para
768 relembrar os colegas.

769 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
770 **Tortura e Violência Institucional)** – Da sociedade civil a CONECTAS e MNU.
771 MNU é o Vanderson, não é?

772 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Isso, isso. Está
773 bem, perfeito. O gabinete tem alguma observação com relação aos representantes,
774 foi solicitado uma alteração, correto?

775 **Interlocutor não identificado** – Sim, sim. O Ezequiel, ele... Eu não sei se me
776 pediram... Trabalha lá como secretário da igualdade racial, limitaram várias outras
777 vias de trabalho, me pediram que a gente fizesse reivindicação da substituição. E aí
778 a reivindicação se recaía sobre o Savio, para que ele pudesse compor a Mesa
779 Diretora, está certo?

780 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Bom, não, perfeito.
781 Eu já aceitei a função aí no início, eu acho importante até a Vitória também quando
782 estava na vice-Presidência também, exerceu a função na Mesa Diretora, eu acho
783 que auxilia a compreensão e a composição da pauta. Então, a gente apresenta
784 recondução em SNG, SNPG a Mayra e o Alexandre, e eu assumo também na Mesa
785 Diretora a representação do governo perfeito?

786 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
787 **Tortura e Violência Institucional)** – O próximo item da pauta são então informes



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

788 da coordenação de apoio aqui do Comitê, eu queria pedir para a Lu começar um
789 breve apanhado dos encaminhamentos, e depois eu posso fazer uma pontuação
790 final.

791 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Karol, nós não
792 tivemos a oportunidade, ainda com relação ao item anterior, se algum dos colegas
793 do governo coloca à sua candidatura para assumir a essa função da Mesa Diretora
794 também, o que pese o argumento que eu coloquei na construção da pauta, mas
795 abro a agora para os colegas do governo, se alguém gostaria de exercer essa
796 função dentro de uma rotatividade natural, não é? Bom, então não temos os
797 membros do governo ali e o Ministério da Defesa também entra na Mesa Diretora,
798 pode continuar Karol.

799 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
800 **Tortura e Violência Institucional)** – Peço desculpas então para os colegas do
801 governo que eu tinha dado essa leve atropelada. Então, eu passo a palavra para a
802 Luana que trabalha conosco na coordenação de combate a tortura, e para ela fazer
803 com um brevíssimo apanhado em relação aos encaminhamentos.

804 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
805 **de Prevenção e Combate à Tortura)** – Num dia de novo, não é? A todos e a todas.
806 A gente nas duas últimas reuniões, e a 28^a e na décima terceira, no que deliberou
807 por alguns encaminhamentos de encaminhar ofícios ao tribunal de justiça, os
808 tribunais de justiça dos estados e a secretaria de administração penitenciária, e
809 esses encaminhamentos geraram o envio de ofícios, se eu nome engano foram
810 mais de 60 ofícios e aí a gente, na verdade, eu criei uma família para poder fazer o
811 controle do recebimento dessas respostas, a gente teve encaminhamento de
812 recomendar os tribunais de justiça que garantissem as autoridades da Sistema de
813 Justiça a fiscalização em cumprimento das medidas que estão na recomendação 62



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

814 do CMJ, a gente também teve o encaminhamento sobre a publicação... Força, em
815 especial como emprego de armamentos menos letais também, e uma solicitação de
816 algumas informações relacionadas ao controle de acesso e as violações de direitos
817 humanos, no âmbito da pandemia, a gente recebeu alguns ofícios, não é? A maioria
818 desses ofícios vem com o relatório, vem com documentação, vem com instrução
819 normativa, e aí eu tentei encaminhar aos membros do colegiado, mas por algum
820 motivo, eu não sei se foi a nossa caixa ou a caixa de alguns representantes que não
821 receberam os e-mails devido ao tamanho. Então assim, a solução que tinha dado
822 seria a gente subisse todas essas respostas para uma pasta no Drive do Comitê, e
823 aí vocês teriam acesso, vocês poderiam ler cada resposta, cada ofício enviado,
824 cada relatório ou a gente encaminharia... Por e-mail não dá, porque tem documento
825 que vem pelo SEI, que devido ao tamanho dos arquivos, não sobe para as caixas de
826 e-mail. Então, Comitê deveriam da... A minha opinião, até conversei com a Karol, de
827 vocês deliberarem uma forma de vocês analisarem esses encaminhamentos, não
828 sei se seria por um grupo de trabalho, como é que Comitê e a gerenciar essas
829 respostas, e o que seriam feitas com elas, eu não sei se fui breve e resumidamente
830 clara, mas eu acho que é isso.

831 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
832 **Tortura e Violência Institucional)** – Obrigada Lu. Exatamente. Eu acho que a
833 gente tem um grande volume, nós demandamos os órgãos, tanto membros...
834 Representantes do executivo, membros do judiciário, nós recebemos algumas
835 respostas aí com variados níveis de informações trazidas nesses documentos, ação
836 arquiva os que são muito longos para a gente ficar via e-mail. Então, nossa
837 sugestão seria então essa caixa virtual que todos possam ter acesso, para que
838 possam ser lidos e uma avaliação conjunta dos membros de como então seguir na
839 avaliação... Desses documentos que nós recebemos nós informações, que o
840 Comitê Nacional recebe, aqui no Chat, seu nome engano, tem inscrição... Opa, não.
841 Da Vitória.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

842 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) –**
843 Obrigada Karol e Luana pelo repasse. Eu acho que isso que é com uma excelente
844 sugestão, eu iria um pouco além de deixarem a gente tenha acesso, inclusive, a
845 planilha. Então assim, a gente sabe que ao final de cada reunião nós temos que...
846 Vocês enviam uma série de ofícios que tem o número. Então, a gente teria acesso a
847 essa planilha a saída do ofício, se foi, se chegou no local, se houve resposta, se até
848 hoje não houve resposta, eu sei que vocês fazem essa planilha de
849 acompanhamento, mas a agência gostaria de ter acesso também, não só aos
850 ofícios de resposta, mas também a planilha para a gente ter uma noção do que falta
851 ser respondido e etc. Então, eu acho essa é uma excelente ideia que a Luana
852 propôs, porque é uma demanda antiga nossa de conseguir ter um controle maior,
853 sobre GT, eu não seria favorável, porque essa é uma... Eu entendo as dificuldades
854 da nossa coordenação de apoio, mas essa é uma função específica da
855 coordenação de apoio, de fazer esse acompanhamento de remeter e receber o
856 ofício e etc., eu não acho que é para sobrecarregar os membros com essa função,
857 que é uma função puramente administrativa, e aí vem uma demanda antiga do
858 Conselho Federal da OAB, que toda reunião, repito e toda a reunião nós saímos
859 sem um encaminhamento, e nenhuma promessa da Ministra em relação a isso, que
860 é justamente ter mais gente na nossa coordenação de apoio, porque por mais que o
861 pessoal se esforce e eu sei, porque eu acompanho o trabalho de vocês, que vocês
862 estão sempre muito atarefado nos, nós não damos conta de fazer o
863 acompanhamento desses ofícios e etc., e não só, como repasse para plenária de
864 tudo que está sendo feito. Então, vem aqui mais uma demanda antiga do Conselho
865 Federal da OAB, que é de dizer que nós precisamos de mais gente na coordenação
866 de apoio, porque nós não podemos jogar essa responsabilidade para os membros
867 da plenária, porque nós temos poucos membros da coordenação de apoio, não é?
868 É que não é essa coordenação de apoio, vocês são coordenação geral, inclusive,
869 tem outras funções para além da plenária.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

870

871 **2ª parte GMT20201126-130101 30---Reuni**

872 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
873 **Tortura e Violência Institucional)** – Uma demanda muito grande, eu não dou
874 conta de ler todos os relatórios que chegam, entendeu? Então, assim, não é
875 questão de fazer o acompanhamento, a tramitação dos ofícios, porque isso a gente
876 consegue fazer, mas é só um norte do que a gente vai fazer com essas respostas.
877 Entendeu?

878 **Interlocutor não identificado** – O computador da Karol travou, eu não sei se ela
879 conseguiu retornar.

880 **Interlocutora não identificada** – Ainda não, ela está reiniciando o computador,
881 doutor. Se o senhor puder ir dirigindo enquanto ela reinicia, eu estou segurando a
882 gravação aqui no zoom para não prejudicar a reunião, se o senhor puder... Enfim.
883 Vitória, a planilha, essa planilha desses encaminhamentos específicos desses
884 ofícios, eu fiz separado, porque como eram muitos ofícios, não dava para a gente
885 colocar na mesma planilha que a gente faz o controle dos encaminhamentos, mas a
886 gente pode disponibilizar as duas, tanto a que a gente tem dos encaminhamentos
887 de cada reunião, quanto essa planilha específica desses encaminhamentos da 28ª
888 e da 13ª extraordinária.

889 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Bom, aguardando, então, a Karol
890 retomar, eu acho que o Pedro fez, o Pedro escreveu, a Márcia tem uma inscrição, é.
891 Primeiro a Márcia, depois o Pedro. Por favor, Márcia.

892 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
893 **Luta Antimanicomial)** – Obrigada. A minha fala é exatamente para esse ponto, é
894 um informe, certo? Informa que houve uma reunião, uma reunião do CONANDA



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

895 que ocorreu no dia 18 de dezembro, agora de 2020, nessa reunião o CONANDA,
896 ele decidiu pela aprovação da minuta de resolução que estabelece as diretrizes
897 para o atendimento socioeducativo aos adolescentes privados de liberdade, o
898 SINASE, certo? Essa minuta, ela foi elaborada de forma conjunta por
899 representantes do CNPCT, Mecanismo do próprio CONANDA que já havia sido
900 apresentadas em diversas vezes nas reuniões ordinárias, reunião extraordinária,
901 nós temos o registro dessas apresentações, eu mesma participei de diversos
902 momentos onde os relatórios, a partir do momento em que essas equipes se
903 reuniam, esses representantes se reuniram, eles apresentaram os relatórios e o
904 conteúdo dessa minuta de resolução. Pois bem, na reunião do CONANDA, e o
905 CONANDA decidiu pela aprovação dessa minuta na última reunião. E na reunião
906 que houve, houve a manifestação de um membro do CNPCT, Sr. Esequiel, que ele
907 argumentou que essa minuta, ela não havia sido discutida no colegiado, ela não
908 havia sido analisada pelo CNPCT, mas mesmo assim, com essa fala de Ezequiel, o
909 CONANDA entendeu que a temática é extremamente prioritário, e é uma atribuição
910 do CONANDA essa pauta prioritária. Então, independente do que foi colocado na
911 reunião, apesar dessas análises e avaliação desses relatórios feitos por nós, em
912 conjunto, do CNPCT, terem acontecido, o Esequiel nesse momento falou que não
913 havia sido analisada, mesmo assim o CONANDA decidiu, entendeu que a temática
914 é prioritária, ele vai aprovar de qualquer maneira a resolução, certo? E
915 independente, ele vai levar adiante essa pauta, certo? E eu queria só registrar aqui,
916 que eu acho que o que eu vou falar tem muito a ver com o que a gente discutiu no
917 início da reunião, que são os registros, a importância dos registros e organização do
918 nosso conselho para esse processo. Eu queria dizer assim, que a sociedade civil,
919 eu estou aqui em nome da sociedade civil, quer registrar o descontentamento e o
920 repúdio em relação à forma como essa situação foi tratada pelo CNPCT, inclusive, e
921 impondo essa situação do CONANDA, assim, o nosso repúdio é exatamente
922 porque não há registro na ata da discussão desses relatórios, a discussão da



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

923 aprovação dos relatórios, mesmo, embora ela tenha ocorrido, não é? Ao mesmo
924 tempo, a gente mostra a importância, ao mesmo tempo o CONANDA mostra e
925 defende a importância dessa pauta e vai aprovar de qualquer forma, não é? Só
926 registrar que houve a criação de um GT, de uma comissão que nós aprovamos isso
927 no colegiado para elaboração desse documento em conjunto, CNPCT, CONANDA
928 e Mecanismos. Nós validamos esse GT, nós validamos o processo todo que
929 aconteceu ao longo, isso iniciou em 2018 e foi feito em grupo. Então, foi uma
930 decisão do colegiado por todo esse processo e que a gente repudia é exatamente a
931 fala de Esequiel numa reunião do CONANDA, dizer que esse processo não
932 aconteceu no nosso colegiado, e aconteceu. Inclusive, no dia, na última reunião
933 extraordinária de 2018 é um absurdo, porque essa resolução foi aprovada nesse
934 dia, eu lembro, eu estava presente nessa reunião. Eu não sei se você estava, se
935 você se lembra, mas a gente pegou o documento, a gente avaliou o documento,
936 inclusive, nós fizemos qualificação nesse documento com a mudança de alguns
937 trechos, alguns termos aliás, termos, conceitos, coisas rápidas, após a aprovação
938 dessa resolução. E o que é pior: na ata não há registro disso, não há registro,
939 inclusive desse debate e nem da aprovação da minuta. Então, eu quero mais uma
940 vez, a sociedade civil, o nosso repúdio, nosso descontentamento em relação a esse
941 processo de organização do registro e do que a gente decide. Eu acho que na ata,
942 no sumário executivo precisa estar todo o processo que a gente discutiu de forma
943 minuciosa. A Luana apresentou no início da reunião exatamente essa problemática,
944 não há o registro, acho que houve um problema, nós não recebemos a ata da
945 reunião passada, houve um problema da gravação, inclusive nessa reunião aqui
946 extraordinária de aprovação dessa minuta, não há a gravação, não há degravação,
947 houve um problema técnico e a gente, como a gente não viu isso na ata, a gente
948 pensou assim: "Então, vamos ver a gravação." Não há gravação, porque houve um
949 problema técnico. E novamente, na reunião passada, acho que na reunião anterior,
950 não sei, Luana até expressou isso, houve novamente esse problema na



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

951 degravção. Então, a gente quer registrar nosso descontentamento, desaprovção
952 ao posicionamento do Esequiel na reunião, de dizer que isso nunca foi discutido no
953 nosso colegiado e de qualquer maneira, acho que o impacto disso para nós, é
954 porque o nosso nome, do CNPCT, depois de todo o trabalho, de contribuição que
955 nós tivemos com a capacitação desse GT, com os representantes dos Mecanismos
956 que participaram desse GT, o nosso nome não vai sair na resolução, não vai sair.
957 Infelizmente, vai sair só do CONANDA, porque o CONANDA vai acolher as nossas
958 contribuições no texto dessa minuta e vai aprovar de qualquer forma, enfim, só que
959 o nosso nome, do CNPCT não vai sair na resolução, e isso eu acho muito triste, não
960 condiz com o nosso trabalho, eu acho que nós tivemos ao longo... Teste da 2018,
961 processo de cuidado, de elaboração desse documento e no final, nosso nome não
962 vai sair, por que não há o registro na ata dizendo que a minuta foi aprovada pelo
963 nosso colegiado, mesmo isso ocorrendo. Então, é isso.

964 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Perfeito, Márcia. Eu não sei se a Karol
965 já retornou, pode dar sequência na nossa condução. A sua observação é pertinente,
966 a gente tem que melhorar a forma de registro dos nossos encaminhamentos. Por
967 isso que até eu acho que nós temos que melhorar para o próximo ano, buscando o
968 momento oportuno para consolidar e fazer todos os encaminhamentos e checar
969 isso no final, passo a palavra agora para o Pedro, o colega Pedro...

970 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
971 **Luta Antimanicomial)** – Quem está registrando esse informe que o de agora? A
972 quem está fazendo esse registro?

973 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Salvo engano a Luana, não é? Não
974 sei. Karol já se encontra aqui na nossa reunião?

975 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
976 **Luta Antimanicomial)** – É importante saber, porque depois de uma fala, de uma



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

977 manifestação da sociedade civil a gente não ter novamente esse registro? Está
978 entendendo, Fábio? Só você me confirmar quem é a pessoa que vai fazer o registro
979 desse informe, dessa manifestação da sociedade civil.

980 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**
981 **de Prevenção e Combate à Tortura)** – Sou eu, Márcia. Sou eu que estou fazendo
982 o registro.

983 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
984 **Luta Antimanicomial)** – Está ok.

985 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Depois até se você quiser colaborar
986 na objetivação desse registro, Márcia, na nossa ata, depois pode entrar em contato
987 com a Luana para objetivar esse registro. Pedro, passo a palavra ao colega Pedro.

988 **Sr. Pedro Paulo (CFP)** – Bom, muito bom dia a todas e todos. Eu me inscrevi para
989 fazer um repasse em relação a minha participação, representando o CNPCT no
990 grupo de trabalho do CNDH, do Conselho Nacional de Direitos Humanos sobre as
991 EAPs, eu já vou explicar o que significa isso. Bom, esse é um tema que dialoga com
992 a questão da inimputabilidade penal motivada por sofrimento psíquico, é bom
993 lembrar que historicamente essa discussão, ela tem sido construída no Brasil a
994 partir da privação de liberdade, no Brasil que nasce em 1921 o primeiro manicômio
995 judiciário da América latina no Rio de Janeiro, esse manicômio judiciário, que era o
996 Heitor Carreiro, ele foi extinto em 2013, mas o fato é que a lei da reforma
997 psiquiátrica brasileira, a lei 10.216/2001 como sendo a ilegalidade dos manicômios
998 judiciários a partir de todo movimento de luta antimanicomial que no Brasil foi
999 consolidado através dessa lei, que no ano que vem vai completar 20 anos. Apesar
1000 disso, e apesar de também de uma série de autores e autoras que apontam que a
1001 constituição brasileira, ela não recepciona a ideia dos manicômios judiciários, haja
1002 vista que na regra constitucional, diz que nenhuma pena passará da pessoa do



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1003 condenado, mas apesar disso, os manicômios judiciais, eles sobrevivem. Nós
1004 sobrevivemos a eles, mas eles também sobrevivem. Então, as medidas de
1005 segurança, historicamente tem sido entendidas como não somente em
1006 constitucionais, mas principalmente em desacordo com a lei da reforma
1007 psiquiátrica. Bom, um paliativo em relação a isso foi a construção de 2014 da
1008 portaria 94 que construiu o serviço de avaliação e acompanhamento de medidas
1009 terapêuticas aplicadas a pessoa com transtorno mental em conflito com a lei, a ideia
1010 desse serviço que com esse nome grande, ele é conhecido por nós como as EAPs,
1011 as EAPs, elas têm como função pensar não somente um processo de
1012 desinstitucionalização da inimputabilidade penal relacionada às medidas de
1013 segurança, mas principalmente que as equipes de EAPs, sejam equipes de
1014 matriciamento, de conexão entre o SUS, o SUAS e a justiça criminal e que sirva
1015 também como porta de saída para ajudar no fechamento gradual dos manicômios
1016 judiciais. Bom, no dia 18 de maio de 2020, a sociedade civil, na verdade o Brasil
1017 como um todo ficou bastante perplexo, exatamente porque 18 de maio é o dia que
1018 nós comemoramos o dia da luta antimanicomial e simbolicamente, no dia da luta
1019 antimanicomial essa portaria 94, ela foi revogada. Portanto, evocando também a
1020 existência das chamadas EAPs, depois disso, do dia 18 de maio houve a
1021 desrevogação da revogação de modo que hoje, então, a portaria 94 de 2014 está
1022 mantida, mas o fato é que todo movimento e toda visibilidade que se for produzida a
1023 partir da perplexidade da revogação no dia 18 de maio, isso fez com que muitas
1024 entidades aproveitassem, então, esse momento de visibilidade das EAPs, para
1025 tornar as EAPs, então, com um momento de discussão e com isso, foi criado um GT
1026 no Conselho Nacional de Direitos Humanos, no qual o CNPCT é parte desse GT,
1027 onde eu, então, representa o CNPCT desse GT e CGT, ele foi criado e a partir da
1028 criação do GT nós já tivemos até esse momento cinco reuniões. Estão previstas
1029 mais três reuniões que vão acontecer ainda no mês de dezembro e talvez ainda,
1030 uma no mês de janeiro, portanto, é um GT temporário, é um GT que tem alguns



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1031 objetivos. Um deles é o mapeamento do que já existe nos estados brasileiros em
1032 relação a equipes de EAP, são na verdade, apenas onze equipes que estão
1033 presentes em sete estados. Nós verificamos uma demanda bastante grande, não
1034 somente de expansão das equipes EAPs nesses estados que já existem, mas
1035 também da implementação de outras equipes EAP em outros estados. Com isso
1036 nós realizamos uma série de reuniões nesse GT, reunião com Ministério da saúde,
1037 reunião com as próprias equipes das EAPs, com o CNJ, com DEPEN, e uma das
1038 questões mais prementes que ficou para nós é o fato de que também com muita
1039 perplexidade nós percebemos que não existe uma rubrica específica e portanto,
1040 não existe um orçamento específico para essas equipes, isso torna muito mais
1041 difícil esse objetivo de expansão de implementação nos estados em que não
1042 existem EAPs e mais ainda, com mais perplexidade nós percebemos que dessas
1043 onze equipes, apenas duas estão nesse momento recebendo o orçamento,
1044 recebendo financiamento do Ministério da saúde. Então, fica aqui não somente o
1045 registro, não é? Da participação do CNPCT nesse GT, mas também queria produzir
1046 como encaminhamento possível, que nós pudéssemos nos manifestar em relação a
1047 dificuldade de implementação de uma política pública que não tenha uma rubrica
1048 específica, portanto, também não tem um orçamento específico e eu queria aqui
1049 lembrar que o enfrentamento a tortura no Brasil, em especial nas discussões que se
1050 referem à inimizabilidade penal, elas são bastante caras a nós e é importante que
1051 equipes como essa, que têm como previsão os processos de desintitucionalização e
1052 processos de matriciamento que elas sejam não somente mantidas, mas
1053 principalmente expandido. Entendo que essa é uma pauta bastante importante para
1054 nós aqui, que temos como norteador das nossas práticas o enfrentamento a tortura
1055 no Brasil. Então, como representante do CNPCT, eu entendo que esses repasses,
1056 eles são necessários, obrigado.

1057 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Perfeito. Pela manifestação aí pelo
1058 CFP, nós temos mais duas inscrições, talvez até sobre a mesma temática, viu



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1059 Pedro? A Fernanda Quirino, 3 inscrições e a Sylvia também, não é? Nesse ponto de
1060 pauta que agora são os informes dos membros e convidados. Fernanda, por favor.

1061 **Sra. Fernanda** – Maravilha, obrigada Sávio. Bom dia a todos e todas. Bom, eu vim
1062 aqui me manifestar no sentido de endossar a fala da Márcia e da vitória no que diz
1063 respeito a dificuldade de registro das atividades que foram desempenhadas pelo
1064 Comitê durante todo esse ano, obviamente a gente tem toda essa dificuldade que
1065 advém das reuniões virtuais, mas é inegável que mesmo com as reuniões virtuais
1066 nós tivemos um monte de deliberações extremamente importantes, tanto quanto a
1067 recomendações, relatórios que foram apresentados pelo Mecanismo, grupo de
1068 trabalho que tiveram sua constituição aprovada em reuniões, mas ao mesmo tempo
1069 a gente não tem o acompanhamento dessas deliberações que foram essenciais
1070 nesse ano no que tange ao tema de enfrentamento a tortura. E aqui eu cito por
1071 exemplo, as recomendações que foram expedidas há até em deliberações
1072 unânimes, quando por exemplo, a entrada de ongs é, para providenciar o
1073 atendimento diferenciado a população LGBTI dentro das unidades prisionais, e
1074 ainda cito até deliberações em reuniões mais recentes, como por exemplo, a
1075 necessidade de retomada das autorizações para a entrada de sacolas, ou conforme
1076 se anuncia em cada estado a nomenclatura respectiva de cobal, etc., que nesse
1077 momento de pandemia são essenciais. Então, Sávio, não sei se seria possível a
1078 gente novamente colocar como encaminhamento a necessidade de uma reunião
1079 extraordinária ainda esse ano, uma vez que estando em situação de pandemia em
1080 todo esse ano, as poucas deliberações que tivemos são essenciais realmente
1081 quando a questão de enfrentamento a tortura e se a gente não retomar poupou o
1082 que foi deliberado, às vezes até em reuniões com votações unânimes, a verdade é
1083 que como a Márcia e a vitória bem colocaram aqui, a própria atividade do CNPCT
1084 fica em xeque, não é? Fica colocada aí sem nenhuma conclusão prática, não é?
1085 Quanto a que foi efetivamente deliberada. Então, considerando que esse ano foi um
1086 ano realmente muito difícil, que a própria pandemia trouxe considerações



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1087 específicas quanto à questão de enfrentamento a tortura dessas unidades,
1088 principalmente privação de liberdade, seja de adolescente, seja de adulto, também
1089 quanto essa questão da saúde mental e, eu imagino que seja realmente necessário
1090 a gente pensar nessa reunião extraordinária para que as poucas deliberações que
1091 tivemos no âmbito dessas reuniões virtuais também não se percam e não permitam
1092 por exemplo, o que a Márcia colocou aqui, de posicionamentos inclusive
1093 contraditórias, não é? Como membro do CNPCT em outras reuniões. Então, é
1094 apenas essa reunião que eu coloco aqui para que de fato, a gente possa ter nesse
1095 ano, até uma avaliação de uma forma mais geral das atividades do CNPCT antes
1096 que a gente chegue no ano que vem com muita demanda logo para a primeira
1097 reunião, só esse a consideração, obrigada.

1098 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Perfeito Fernanda, já fica aí o registro
1099 também para apreciação a questão da reunião extraordinária. Lembrando que
1100 como o tempo é curto para o fim do ano também, às vezes tenhamos alguma
1101 dificuldade de mobilização dos representantes, ou seus suplentes, mas de qualquer
1102 forma, fica também o registro junto da solicitação da Vitória. Passo a palavra agora
1103 para o Quirino, o colega Quirino pediu a palavra.

1104 **Sr. Quirino Cordeiro Junior (Ministério da Cidadania)** – Sávio, peço apenas a
1105 gentileza de que o próximo inscrito possa falar. Eu estou ajustando aqui a minha
1106 câmera. Eu entro na sequência, pode ser?

1107 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Perfeito. Então, passo a palavra para
1108 a Sylvia. Por favor.

1109 **Sra. Sylvia Dias (Delegada da Associação para Prevenção da Tortura no**
1110 **Brasil)** – Oi, bom dia a todas e todos, bom-dia Sávio. Então, eu queria fazer um
1111 informe, encaminhamento, mas é diferente do que já foi colocado. Então, bom, mas
1112 vou colocar logo aqui. Eu queria trazer para esse colegiado que acho que muitos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1113 estão, devem estar cientes, que nessa terça-feira, faz dois dias, não é? Está
1114 aprovado um ato normativo no plenário do Conselho Nacional de Justiça, que altera
1115 o artigo 19 de uma resolução anterior que justamente proibia a realização, vetava a
1116 realização das audiências de custódia por videoconferência. E esse novo ato agora,
1117 basicamente autoriza que durante a pandemia que os tribunais realizem audiência
1118 de custódia por vídeo conferência, caso assim desejem, não é? E insere alguns
1119 requisitos para essa realização. Claramente isso gerou uma grande indignação e
1120 mobilização por parte, tanto da sociedade civil, como também das Defensorias
1121 Públicas por diversas razões. Uma razão que o esse tema estava inclusive,
1122 judicializadas perante o STF, havia já uma ação direta de inconstitucionalidade,
1123 justamente para tratar dessa questão a PP inclusive, entrou com Amicus curiae
1124 sobre esse tema perante o STF, já que o plenário a pouquíssimos meses, o plenário
1125 do CNJ exatamente quatro meses atrás já tinha aprovado, já tinha deliberado essa
1126 vedação e agora vem um novo plenário CNJ e muda algo que tinha sido deliberado
1127 há pouco tempo. Então, quando nós soubemos, quando fomos informados que isso
1128 voltaria, que esse assunto voltaria ao plenário do CNJ, as entidades da sociedade
1129 civil e também defensorias, se colocou de forma veemente, contrária a essa
1130 revisão, inclusive, não sei se alguns conseguiram ler na segunda-feira, nós
1131 lançamos uma nota assinada por 78 entidades, foi encaminhada ao CNJ, pedindo
1132 que as audiências de Custódia retornem, obviamente, mas de forma presencial, não
1133 de forma por videoconferência, essa nota saiu em diversos veículos, saiu na folha
1134 de São Paulo, no Globo e algumas entidades, incluindo a APT, nós nos
1135 apresentamos inclusive, como Amicus curiae para ter um momento de sustentação
1136 oral durante o plenário do CNJ e poder de intervir, poder digamos, discutir esse
1137 assunto no plenário do CNJ. Bom, o plenário do CNJ acabou aprovando, mas nós
1138 colocamos claro, de maneira clara, tanto na nota, como no plenário, todas as razões
1139 de que é simplesmente inaceitável, basicamente uma audiência de Custódia virtual,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1140 por diversas razões, a audiência de Custódia, ela pressupõe em exatamente a
1141 presença física. A normativa internacional...

1142 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Eu acho que tem algum microfone
1143 aberto, se puderem...

1144 **Sra. Sylvia Dias (Delegada da Associação para Prevenção da Tortura no**
1145 **Brasil)** – Só um minuto. Era eu mesma, desculpa.

1146 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Ah não Sylvia, tudo bem, desculpa.

1147 **Sra. Sylvia Dias (Delegada da Associação para Prevenção da Tortura no**
1148 **Brasil)** – Eu estava aqui... Desculpa. A audiência de Custódia pressupõe
1149 exatamente a presença física da pessoa custodiada, normativa internacional é
1150 muito clara nesse sentido, todas as convenções internacionais dizem conduzir a
1151 pessoa custodiada perante a autoridade judiciária, acho que não tem a menor
1152 dúvida de que conduzir é levar presencialmente uma pessoa perante outros, o
1153 objetivo da audiência de Custódia é justamente você retirar aquela pessoa digamos,
1154 do âmbito de Custódia, de controle dos agentes de segurança exatamente para
1155 colocar perante uma autoridade imparcial e que vai poder fazer o controle dos
1156 requisitos daquela detenção. Isso que está por trás da audiência de Custódia.
1157 Então, quando você deixa uma audiência de Custódia virtual, a pessoa vai
1158 continuar, então, por exemplo, numa delegacia, ela vai continuar sob a custódia dos
1159 agentes de segurança durante a audiência de Custódia? Então, é totalmente assim,
1160 a lógica da videoconferência para a audiência de Custódia é totalmente
1161 inconciliável, a gente não consegue conciliar. A quem cabe o controle, é
1162 exatamente o controle da detenção e da custódia é a autoridade judiciária, cabe ao
1163 poder judiciário, cabe ao juiz, a juíza, sem falar que em termos assim, digamos até
1164 bastante práticos, se torna praticamente impossível detectar, documentar a tortura
1165 não um espaço assim, de videoconferência como nós estamos agora, por exemplo.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1166 Num espaço como esse você não vê, não ver o custodiado entrar, você não
1167 consegue ver a postura do custodiado, você não consegue ver o custodiado por
1168 inteiro, você não sabe exatamente os sons que estão ocorrendo naquele ambiente,
1169 você não consegue ter esse controle, você não consegue ter o controle inclusive, de
1170 todos que estão no ambiente. Então, tem várias razões, que simplesmente tornam
1171 praticamente impossível realmente que se detecte como deve ser a tortura e
1172 qualquer tipo de maus-tratos ou violência e institucional no momento da audiência
1173 de Custódia, se ela é feita dessa maneira remota, não é? E por último, um aspecto
1174 muito importante ressaltar, que nós levamos ao plenário do CNJ, foi que nove
1175 estados da federação já retornaram a audiência presencial, 9 estados, posso depois
1176 aqui mencionar os nove, já estão realizando eventos presenciais, audiência de
1177 Custódia exatamente porque consideram que é um serviço essencial e claramente,
1178 eles colocaram em prática, implantaram algumas medidas de biossegurança, como
1179 por exemplo, medir a temperatura de todas as pessoas antes de entrar na sala,
1180 colocar aquelas, como é que se diz? Aqueles protetores de acrílico, a questão do
1181 distanciamento, também estão fazendo as audiências de Custódia em salas mais
1182 ventiladas, salas maiores. Então, isso mostra, esses nove estados terem retornado,
1183 demonstra exatamente que a gente pode conciliar, conciliar o direito da pessoa
1184 presa ser conduzida perante a autoridade judiciária e a saúde e a preservação da
1185 saúde física de todas as pessoas envolvidas naquele ato, não é? Então, existem
1186 hoje medidas de biossegurança que já foram identificadas e que podem garantir a
1187 realização de audiências de Custódia presenciais garantindo a segurança, a
1188 preservação da saúde de todas as pessoas. Então, o que eu queria colocar aqui
1189 para esse Comitê, que acho que a gente está falando exatamente de um Comitê de
1190 prevenção e combate à tortura e não há dúvida que a audiência de Custódia é
1191 realmente, acho que um dos principais Mecanismos, principais instrumentos que a
1192 gente tem hoje para identificar a violência policial e para combater a violência
1193 policial, que esse Comitê possa tirar uma nota, uma manifestação apoiando o



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1194 retorno às audiências presenciais, tendo em vista que nove estados já estão
1195 realizando suas audiências, que há medidas de biossegurança já identificadas e
1196 reforçando o caráter realmente essencial da presencialidade da audiência de
1197 Custódia, porque é a presencialidade que realmente pressupõe todo o instituto, a
1198 existência de todo o instituto. Então, eu queria colocar isso aqui como
1199 encaminhamento, um informe e um encaminhamento ao Comitê, que seja feita essa
1200 manifestação apoiando o retorno presencial das audiências de Custódia e
1201 repudiando o uso da videoconferência como um meio idôneo para realização das
1202 audiências de custódia. Obrigada.

1203 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Perfeito Sylvia, agradeço a palavra.
1204 Nossa pauta está um pouco prejudicada aqui já, não é? Porque nós temos até que
1205 repensar esse sistema para o próximo ano das inclusões extra pauta, nós temos
1206 que alimentar os membros da mesa sempre para trazer uma pauta mais fidedigna
1207 possível. Sylvia, eu vou te pedir para que esse encaminhamento, você passe para
1208 algum membro, para que apresente para a mesa diretora, para a gente, nos termos
1209 da resolução 4, para que vi uma manifestação do CNPCT, seguindo aquele
1210 procedimento que nós já debatemos, algum membro compre essa manifestação
1211 para a gente levar para a mesa já o texto pronto, para que se trate como uma
1212 manifestação do CNPCT. Vou passar agora a palavra para o doutor Quirino, depois
1213 tem também a Andresa está inscrita. Doutor Quirino, por favor.

1214 **Sr. Quirino Cordeiro Junior (Ministério da Cidadania)** – Muito obrigado Sávio,
1215 bom-dia a todos. Eu gostaria de fazer uma manifestação aqui em relação às
1216 palavras do representante do Conselho Federal de Psicologia, proferidas a pouco.
1217 Em relação aos hospitais de Custódia e tratamento psiquiátrico, é importante que
1218 fique claro aqui que não há nenhuma inconstitucionalidade. Nem no seu
1219 funcionamento, nem na sua existência, no que diz respeito à lei 10.216, conhecida
1220 também como lei da reforma psiquiátrica, publicada no ano de 2001, que ano que



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1221 vem faz 20 anos, é importante que fique claro aqui, diferente do que foi dito pelo
1222 representante do CFP, que no seu artigo sexto, constam todas as modalidades e
1223 internações psiquiátricas, seja internação em hospital de Custódia, tratamento uma
1224 psiquiátrico, os hctps, não é proibido, muito pelo contrário. E existe previsão legal na
1225 lei 10.216 para internação desse serviço, por meio da internação compulsória.
1226 Novamente, o artigo 6º da lei 10.216 prevê a possibilidade em alguns casos a
1227 necessidade da realização de internações psiquiátricas, as modalidades voluntária,
1228 involuntária e também compulsória, que são aquelas realizadas nos hospitais de
1229 Custódia. Uma outra questão que também precisa ficar claro aqui é que existem
1230 outros respaldo os legais para realização do tratamento desses serviços, esse
1231 respaldo no código penal, no código de processo penal brasileiro. Outra questão
1232 também que é importante dizer é que no mês de dezembro de 2017 com a
1233 publicação da nova política nacional de saúde mental, foi incluída na RAPS na
1234 âmbito do SUS, os hospitais psiquiátricos, devido à sua necessidade para o
1235 tratamento integral as pessoas que apresentam transtornos mentais graves,
1236 quadros clínicos agudizados, e que se colocam em risco, ou colocam em risco
1237 outras pessoas. É importante também esclarecer que neste ano que passou, 2019,
1238 no mês de abril, a publicação da nova política nacional sobre drogas, por meio do
1239 decreto presidencial 9761, os hospitais psiquiátricos também passaram a fazer
1240 parte da rede de assistência, da rede de cuidado integral as pessoas que
1241 apresentam dependência química em nosso país, compondo o sistema nacional de
1242 política sobre drogas, o SISNAD. Desse modo, então, fica muito claro que na
1243 verdade, não há que se pensar em fechamento mais de hospitais psiquiátricos.
1244 Essas medidas irresponsáveis não podem mais ter lugar na nossa sociedade, e isso
1245 tem causado grande de assistência, isso tem acontecido em desfavor das pessoas
1246 que apresentam transtornos mentais graves e dependência química no país. O que
1247 fazemos no Brasil é aumentar a quantidade de disponibilidade de leitos para o
1248 tratamento, cuidado dessas pessoas e qualificação desses serviços, por conta



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1249 dessa política totalmente equivocada, ideológica, irresponsável que causou grande
1250 desassistência no Brasil ao longo de quase três décadas, o que acabou
1251 acontecendo hoje no país é que nós temos menos de um terço do número de leitos
1252 psiquiátricos no país, menos de um terço do mínimo necessário para o tratamento
1253 apropriado das pessoas que apresentam agudização dos seus quadros clínicos.
1254 Existe vasta literatura científica internacional e nacional dando conta que escassez
1255 de leitos psiquiátricos, para internação de pessoas com transtornos mentais graves,
1256 agudizados leva ao aumento de mortalidade dessas pessoas, o que vem
1257 acontecendo no Brasil, principalmente pelo aumento do suicídio, isso leva também
1258 a aumento de pessoas com transtornos mentais graves em situação de rua, o que
1259 também infelizmente tem acontecido no Brasil e isso leva também a pessoas que
1260 apresentam transtornos mentais graves nesse momento de agudização dos
1261 quadros clínicos não encontrando o leito de internação, essas pessoas se
1262 vulnerabilizam, acabam entrando em conflito com a lei, e sabe o que acontece? As
1263 pessoas que não foram internadas, elas são presas e a maioria, a imensa maioria
1264 delas não vai para o hospital de Custódia para tratamento psiquiátrico, essas
1265 pessoas vão para unidades prisionais comuns. Essa é a realidade que a gente tem
1266 no Brasil, as pessoas com transtornos mentais graves, com quadros clínicos
1267 agudizados, acabaram tendo como destino a morte, as ruas e o sistema prisional.
1268 Hoje a estimativa é que nós temos mais de 65.000 pessoas com transtornos
1269 mentais graves em unidades prisionais comuns, por conta dessa política
1270 equivocada. Então, não faz sentido mais acolhermos esse tipo de demanda que o
1271 CFP, insistentemente tem colocado. Nós temos literatura, como eu já disse
1272 internacional e nacional sobre todas essas questões, especificamente sobre essa
1273 que de maneira contraditória, ou seja, tenta fazer políticas públicas para que as
1274 pessoas com transtornos mentais graves acabem não sendo privadas de liberdade,
1275 elas acabam na verdade, indo parar no sistema prisional, eu sugiro aqui a leitura de
1276 três artigos nacionais produzidos por universidades brasileiras de grande



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1277 importância, universidade federal de São Paulo, universidade federal do Rio Grande
1278 do Sul, um publicado no ano de 2017, aliás, dois deles publicados no ano de 2017
1279 na revista PLOS ONE, e o outro publicado em 2014 na revista British Journal of
1280 Psychiatry da, ou seja, nós não podemos mais por questões ideológicas levarmos
1281 desassistências, sofrimento, desamparo e morte das pessoas com transtornos
1282 mentais e dependência química no Brasil.

1283 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Perfeito, agradeço Quirino a
1284 manifestação dos colegas aí. Engrandece o nosso raciocínio aqui no colegiado as
1285 diversas posições, acho que ajudam no nosso raciocínio. Agora, passando para
1286 fechar esse ponto sobre os informes, passo para a agressão, por favor.

1287 **Sra. Andresa** – Eu acho que é bem oportuno o informe que eu vou repassar nesse
1288 momento, que é sobre o ato público virtual em defesa da saúde mental e da luta
1289 antimanicomial. Eu acho que frente a corrida não tem muito o que se colocar, haja
1290 vista que o senhor Quirino sugeriu, inclusive leituras, não é? Acho que a gente
1291 precisa também lembrar a história da psiquiatria e por que lutamos pelo que
1292 notamos, não é? Então, hoje, dia 26/11, às 18h haverá um ato virtual para que a
1293 gente se manifeste contra os retrocessos dessa nova política, que na verdade é
1294 antiga, porque quando a gente tem forças conservadoras que sugerem a retomada
1295 do encarceramento de pessoas e da retirada do trabalho de liberdade, a gente
1296 precisa de reafirmar nosso lugar e a nossa luta. Então, quem quiser acompanhar,
1297 ela será transmitida, as informações estão no Instagram da Rede Nacional
1298 Internúcleo da Luta Antimanicomial no Instagram, Facebook com os links do ato
1299 público que será promovido hoje. Muito obrigada.

1300 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Perfeito. Nós vamos passar para o
1301 próximo ponto, só fazendo um esclarecimento aí ao frei, o frei colocou, a Sylvia
1302 apresentou um assunto importante, que nós temos que nos debruçar sobre ele, as



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1303 audiências de Custódia, mas lembrando que nós temos aquele procedimento, frei,
1304 da resolução 4, a Sylvia na verdade, como convidada não poderia passar essa
1305 manifestação, mas o senhor pode comprar a manifestação da ATP e com a
1306 redação, já que a Sylvia, se poder fornecer, viu Sylvia? Vai para a mesa diretora já
1307 que esse texto nós vamos incluir na pauta para a próxima reunião, para
1308 manifestação. Então, nós temos que seguir aquela, a normativa da resolução 4, já
1309 passo agora para o próximo, não temos mais inscritos, fechamos esse ponto.
1310 Vamos tratar sobre o processo de seleção do Mecanismo, não sei se o presidente, o
1311 Caio que presidiu teria algum informe inicial ou a gente já passa para a equipe, para
1312 as últimas manifestações, Caio? Caio, nós não conseguimos te ouvir aqui, tá?

1313 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade) – E**
1314 agora? Alô?

1315 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) – O áudio está desligado.**

1316 **Interlocutora não identificada – Estou ouvindo. Estou ouvindo.**

1317 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) – Estou ouvindo agora, perfeito.**

1318 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade) – Não, só**
1319 **ia dizer que é melhor passar para a Karol, porque o processo depende agora de**
1320 **ações do Ministério, não é? Administrativas para encaminhar a posse das pessoas.**

1321 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) – Perfeito, então, Karol, por favor.**

1322 **Sra. Sylvia Dias (Delegada da Associação para Prevenção da Tortura no**
1323 **Brasil) – Vou pedir a palavra, uma questão de ordem, desculpa. Só porque tem a**
1324 **ver com algum, teve a sua fala, Sylvia... Sávio**

1325 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) – Sylvia, só vou pedir para ser breve,**
1326 **porque a nossa pauta já está muito prejudicada. Por favor, Sylvia.**



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1327 **Sra. Sylvia Dias (Delegada da Associação para Prevenção da Tortura no**
1328 **Brasil)** – Sim, é breve. Só porque um comentário que você fez, eu fiquei um pouco
1329 assim, na dúvida. Porque assim, eu entendo que nós como convidados
1330 permanentes, a gente tem direito a voz e fazer propostas, assim, tradicionalmente,
1331 historicamente, não é? Tem sido assim, eu não entendi muito o comentário que a
1332 gente não pode fazer propostas? Assim, eu acho que nosso papel aqui é esse.
1333 Obviamente o Comitê pode não aprovar as nossas propostas, pode negar o que a
1334 gente pedir, pode não estar de acordo, mas eu acho que um dos grandes ganhos de
1335 vocês, do Comitê contar exatamente com esses convidados permanentes é que a
1336 gente possa se manifestar e também propor, não é? E claro que o Comitê tem todo
1337 direito de falar: "Não estamos de acordo." Assim, para qualquer proposta, mas
1338 assim, que a gente não pode fazer uma proposta, que a proposta é
1339 desconsiderada? Assim, isso que eu não entendi.

1340 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Só para esclarecer, talvez eu não
1341 tenha... Por preocupação da nossa pauta, talvez eu não tenha colocado de forma
1342 clara. Os convidados, eles agregam bastante aí, o seu exemplo, a Fernanda, vocês
1343 sempre trazem assuntos importantíssimos para o colegiado. O que eu coloquei foi
1344 que pela nossa resolução vigente, esse assunto tem que ser levado para a mesa
1345 por um membro. Então, como o frei até colocou, o próprio frei, como membro do
1346 CNPCT, ele pode levar essa minuta, você falou em uma manifestação. Essa
1347 manifestação, a leitura que eu faço dentro da possibilidade de atos do CNPCT seria
1348 uma nota pública, correto Sylvia? Seria uma nota pública, correto?

1349 **Sra. Sylvia Dias (Delegada da Associação para Prevenção da Tortura no**
1350 **Brasil)** – Sim.

1351 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Tá. Então, para esse texto da nota
1352 pública ser levado à votação, ele precisa passar, você é formada, apresenta para



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1353 um membro, pode ser o frei ou qualquer outro colega, e aí a mesa vai incluir isso em
1354 pauta, já com essa proposta de texto, e aí a gente vota na próxima resolução, na
1355 próxima reunião. E isso é o que está na nossa resolução nº 4, tá? Resolução
1356 vigente. Enfim, voltando aqui agora, a Karol que estava apresentando os informes
1357 sobre a seleção, não é Karol?

1358 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
1359 **Tortura e Violência Institucional) –** Isso. Bom...

1360 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) –** E permite, desculpa, é que eu
1361 esqueci, aproveitando já tenha a fala da Sylvia, a ouvidoria, isso passou pela mesa
1362 diretora, a ouvidoria vai começar a acompanhar nossas reuniões também como
1363 convidada, a ouvidoria para trazer dados. Isso foi um diagnóstico da importância da
1364 proximidade da ouvidoria junto ao CNPCT, então, hoje eu acho que já tem alguém
1365 aqui acompanhando nossas reuniões como convidado, nos próximos anos também,
1366 no próximo ano também a ouvidoria participará das reuniões como convidado.
1367 Karol, por favor.

1368 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) –**
1369 Sávio, Karol, eu vou te interromper por uma questão de ordem.

1370 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) –** Por favor, Vitória.

1371 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) –**
1372 Sávio, a ouvidoria acompanha como convidado. As nossas reuniões são públicas,
1373 não é? Qualquer um pode ingressar e acompanhar a vontade, não há nenhum
1374 impeditivo. A minha questão é se a ouvidoria acompanha como convidado
1375 permanente, não é? Se passou pelos trâmites que todo convidado permanente é
1376 obrigado a passar, ou se está aqui apenas acompanhando, então, como ouvinte,
1377 não é? E não como convidada permanente.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1378 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – É, passou pela mesa essa questão.
1379 Acho que os colegas da mesa podem esclarecer melhor, mas não sei se hoje tem
1380 alguém aqui da ouvidoria, mas nós temos essa faculdade de convidar para
1381 participar das ações do CNPCT, mas para não interromper a questão da pauta aqui,
1382 a Karol vai continuar, aí depois a de que pode trazer pelos colegas da mesa o
1383 procedimento, tá?

1384 **Sr. Wanderson (MMU)** – Sávio, só uma pontuação que eu acredito que seja até
1385 pertinente, só a possibilidade de inserir dentro dos encaminhamentos a proposta
1386 feita pela Sylvia. E aí, ainda que não tenha a redação, já fizemos isso em outras
1387 reuniões, inclusive, traga a possibilidade dessa manifestação ser feita
1388 possivelmente, a gente vai votar só a possibilidade de fazer essa manifestação pelo
1389 colegiado.

1390 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Perfeito, Wanderson. Isso já vai
1391 entrar na Degravação, não é? Qualquer colega, como foi dito, pode pegar, se a
1392 Sylvia já tiver um texto, não se Sylvia, você tem um texto já? A previsão desse
1393 texto?

1394 **Sra. Sylvia Dias (Delegada da Associação para Prevenção da Tortura no**
1395 **Brasil)** – Para a agora o texto final, não. Mas eu posso tentar.

1396 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Qualquer colega já pode passar isso
1397 para a mesa diretora para a gente ter essa redação para incluir. Isso aqui que eu
1398 estou colocando está lá na resolução 4. Então, se os colegas tiverem alguma dúvida
1399 para consultar depois, retornem, então, para a Karol, por causa do adiantado da
1400 hora. Karol, por favor.

1401 **Interlocutora não identificada** – Mas só desculpa... Questão de ordem, mas só
1402 para entender. Então, seria apresentado à mesa diretora e a própria mesa diretora



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1403 pode falar Ad referendum, não sei, aprovar a nota? É isso? Eu estou preocupada
1404 com a questão do tempo em si, porque é algo que também... Dois meses.

1405 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – O procedimento está na resolução. A
1406 Vitória chegou até a tratar, Vitória, não sei se você tem algum esclarecimento sobre
1407 isso, mas o procedimento está na resolução 4, apresenta-se o texto para a mesa, a
1408 mesa trabalha nesse texto também, paritário, sociedade civil e governo e aí leva-se
1409 para a pauta da próxima reunião para aprovação, esse é o procedimento de forma
1410 geral, tá? De aprovação de manifestações públicas. Por favor, Karol.

1411 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
1412 **Tortura e Violência Institucional)** – Então, só para falar um pouquinho do
1413 processo de nomeação dos peritos, os peritos, eles passam de 2 agora uma vez
1414 que o Comitê fez a deliberação sobre a de seleção é publicada uma resolução com
1415 a homologação dos resultados, essa resolução, se não foi assinada, está para a
1416 assinatura da Ministra que deve acontecer super urgente, que a gente já havia
1417 dialogado lá com a assessoria da Ministra, ela também obviamente tem muito
1418 interesse na celeridade dessa resolução. Então, o primeiro item é agora a resolução
1419 com a homologação dos resultados, uma vez com a resolução publicada, nós
1420 entramos em contato com os membros, com os candidatos que foram selecionados.
1421 Para consultar em relação ao interesse da vaga. Então, uma vez que a gente
1422 recebe o retorno dos candidatos, inclusive, algumas das pessoas que já foram
1423 selecionadas já entraram em contato com a coordenação consultando sobre esses
1424 próximos passos, uma vez que a gente recebeu o ok, a manifestação do interesse
1425 nas vagas, nós iniciamos o processo para a nomeação do mandato. Esse processo,
1426 ele já está estruturado, a gente só está esperando mesmo agora confirmação dos
1427 nomes, uma vez que a gente tem, a gente tem que preparar uma série de
1428 documentos, nota técnica, minuta de decreto, a exposição de motivos, que é um
1429 documento quando a gente tramita de um Ministério para a presidência da



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1430 república. Então, a gente já iniciou todos esses documentos, e estamos aguardando
1431 a confirmação dos nomes e isso passa por uma consulta da jurídica, à jurídica
1432 devolve e com os ajustes finais a Ministra assina e encaminha para a presidência da
1433 república. Então, já adianta amos várias coisas do que a gente pode em relação a
1434 esse processo, mas agora realmente, o que a gente está pendente é com a
1435 publicação dessa resolução que deve acontecer em breve, o contato com os peritos
1436 selecionados e de fato, então, a instrução desse processo para a presidência da
1437 república, observando que dada a natureza... Pela estrutura criada na lei 12.847,
1438 são duas nomeações, uma nomeação do mandato que é feito pelo presidente da
1439 república e uma segunda nomeação no cargo, que é feita pela Ministra Damares,
1440 uma vez que os cargos estão vinculados aqui ao Ministério. A nomeação dos
1441 cargos, ela é feita somente com a nomeação do decreto via evidência da república.
1442 Então, é um pouco esse o atual estado da haste, isso está como prioridade número
1443 um da nossa coordenação e de fato, a gente já está tocando tudo que a gente
1444 consegue adiantar para que assim que a gente tiver os nomes, isso possa tramitar o
1445 mais rápido possível. Se alguém tiver alguma dúvida, não sei se ficou claro.

1446 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Caio, alguma observação, Caio com
1447 relação ao procedimento? Eu acho que a parte do Comitê de seleção, acho que
1448 finalizou, não é? Então, conforme a Karol apresentou, apenas essa parte
1449 burocrática agora, não é?

1450 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
1451 **Tortura e Violência Institucional)** – Só uma observação, a gente tem um mandato
1452 de segurança que foi impetrado por uma...

1453 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Candidata.

1454 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
1455 **Tortura e Violência Institucional)** – Foi fornecido, acho que logo quando eu voltei



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1456 da licença, isso já estava em tramitação, a gente não recebeu nenhuma provocação
1457 nova da consultoria jurídica até o momento da realização da reunião.

1458 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Perfeito. Então, passando para o item
1459 4.1, com relação aos subsídios, eu não sei se alguém teria algum questionamento
1460 sobre o procedimento do Mecanismo. Sylvia, por favor. Eu estou tentando
1461 acompanhar aqui, colocaram muita coisa aqui agora no Chat, não é? Mas Sylvia, e
1462 por favor.

1463 **Sra. Sylvia Dias (Delegada da Associação para Prevenção da Tortura no**
1464 **Brasil)** – Oi Sávio, na verdade, o meu ainda é sobre o item anterior, porque assim, o
1465 item anterior da pauta, que eu também não entendi se já fechou, mas a questão é
1466 porque você falou da questão da aprovação do artigo 14, procedimento para a
1467 aprovação de nota pública, e lendo, então, esse artigos subsequentes, fala que
1468 pode aprovar a nota pública, a própria mesa diretora de fala mesa diretora, tendo
1469 presentes comentários poderá aprovar a nota pública, o encaminhar ao plenário.
1470 Então assim, assim como eu falei, a minha preocupação realmente é porque tenho
1471 um time, se acabou de sair essa decisão do CNJ, acho que aprovar uma nota assim
1472 daqui a sei lá, dois meses,³, eu ainda não entendi muito bem quando vai ser a
1473 próxima reunião.

1474 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Tem uma proposta de extraordinária,
1475 não é? Tem uma proposta de extraordinária, mas quando você colocou, esse texto
1476 vai ser encaminhado para a mesa diretora e tem essa faculdade da mesa já chegar
1477 a esse ponto final, não é? Essa redação final.

1478 **Sra. Sylvia Dias (Delegada da Associação para Prevenção da Tortura no**
1479 **Brasil)** – Sim.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1480 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Então, apenas a gente observar
1481 aquele procedimento lá da resolução 4, está bom? Então, eu não quero aqui
1482 prejudicar a apresentação de Mecanismo, que eu acho que é o nosso ponto
1483 principal é realmente ter um diagnóstico da situação do sistema prisional, não é?
1484 Então, eu passo já para o item 4.1, registro aqui a rodada de reuniões sobre
1485 Comitês e Mecanismos com as regiões, foi finalizada. Então, esse ponto veio para a
1486 pauta para o Comitê de pensar uma ação proativa para o próximo ano, para os
1487 estados, o que o Comitê pode fazer? O Comitê Nacional pode fazer no sentido de
1488 fortalecimento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Seja com
1489 os Comitês e Mecanismos, então, eu vou pedir para a Karol, por favor, a Karol
1490 discorrer sobre esse item 4.1?

1491 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
1492 **Tortura e Violência Institucional)** – Eu vou pedir ajuda para a Natália e para o
1493 João, que participaram das reuniões junto com os Comitês estaduais, se eles
1494 podem fazer a síntese da síntese da síntese dessas reuniões, porque esse pedido
1495 de pauta, ele vem a partir de uma provocação da Ministra para fortalecimento e
1496 instalação, para fortalecimento dos Comitês e instalação dos Mecanismos.

1497 **Sr. João** – Bom-dia a todos e todas, eu vou tentar ser bem breve na apresentação.
1498 Em essência, essa foi uma demanda surgida no âmbito deste Comitê, já havia sido
1499 sugerida logo no começo desse ano, mesmo em razão da pandemia, não é? A
1500 possibilidade de aproximação da coordenação geral do Comitê com os Comitês
1501 estaduais, ou seja, entender melhor como funciona a política no âmbito dos
1502 estados, de que forma as ações estão sendo construídas no âmbito dos estados
1503 com participação da sociedade civil, dos atores do governo local para prevenção e
1504 combate à tortura e especialmente quais as principais dificuldades, desafios e,
1505 sobretudo estruturais do funcionamento estaduais. Essa foi, então, uma agenda
1506 estabelecida conforme a orientação e vontade desse Comitê Nacional e



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1507 procedemos, então, a diversas reuniões com as cinco regiões geográficas, ou seja,
1508 com os Comitês estaduais das cinco regiões geográficas do país. Ao longo desse
1509 período a coordenação apresentou um pouco dos dados que foram levantados no
1510 primeiro relatório, não primeiro levantamento nacional sobre o funcionamento dos
1511 Comitês estaduais, relatório esse que apontou algumas dificuldades estruturantes
1512 no funcionamento desses mesmos Comitês, no que diz respeito a regularidade das
1513 suas reuniões, as dificuldades com as transições governamentais, o acesso à
1514 Internet, computador e tecnologia, a produção de dados e monitoramento das
1515 situações de privação de liberdade e da tortura, da tortura nos espaços de privação
1516 de liberdade nos estados, enfim, uma série de apontamentos que se encontram no
1517 âmbito do relatório, vou encaminhar para vocês depois no Chat o link do relatório
1518 para aqueles que não tiveram contato. De qualquer forma, as reuniões apontaram
1519 para uma mesma direção, tema que já foi levantada junto a este Comitê Nacional,
1520 mas que parece também ser uma dificuldade dos Comitês estaduais, no que diz
1521 respeito ao efetivo monitoramento das atividades... Desculpa, da situação da
1522 privação de liberdade nesses espaços, nos espaços de privação de liberdade,
1523 sobretudo das denúncias que são encaminhadas a esses Comitês, da mesma
1524 forma, a questão da divulgação dos dados do disque 100, o esforço que o Ministério
1525 tem feito para sistematizar os dados numa plataforma, de forma nacional, auxiliaria
1526 bastante esse Comitê Nacional na identificação das situações de tortura e maior
1527 número de denúncias recebidas e ainda é que em ambiente privado, mas a gente
1528 sabe que os espaços institucionais também são um gargalo fundamental para a
1529 atuação desse Comitê e nos estados da mesma forma, isso serviria como
1530 instrumento e auxílio ao funcionamento dos Comitês estaduais, de qualquer forma,
1531 também há uma crítica por parte dos Comitês estaduais, isso a gente também tem
1532 trabalhado no âmbito da coordenação, sobre o encaminhamento dado as denúncias
1533 recebidas pelos Comitês e repassados eventualmente a Ouvidoria Nacional e aos
1534 órgãos responsáveis, ainda não há uma clareza quanto a esse fluxo, a organização



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1535 desse fluxo de informações que é muito variado, mas de qualquer forma, essa foi,
1536 enfim, um ponto levantado pelos Comitês estaduais da necessidade de
1537 racionalização desse fluxo, sobretudo de que a Ouvidoria Nacional dos direitos
1538 humanos também funcione como um ator estratégicos nas respostas a esses
1539 encaminhamentos, a gente sabe, conversamos com a ouvidoria também nesse
1540 sentido para conhecermos melhor o sistema que existe e de que forma esses atores
1541 todos que integram o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura podem
1542 acompanhar especificamente os casos denunciados e os encaminhamentos dados
1543 a cada um deles. Então, essa é uma realidade que a gente conseguiu constatar nos
1544 estados também de dificuldades apresentadas pelos membros dos Comitês
1545 estaduais. Eu acho que em linhas gerais é isso, a gente, claro, cada região tem uma
1546 realidade muito própria, a gente sabe que hoje a criação dos Comitês estaduais,
1547 talvez a rede de atores mais enraizada que temos nessas institucionalidades ainda
1548 não temos Comitês em todos os estados, recentemente até o Acre encaminhou a
1549 criação desse Comitê, mas é o que temos, não é? Ainda não temos Mecanismos
1550 em todos os estados, mas sabemos também que da mesma forma essa rede de
1551 parceiros é essencial para o monitoramento do trabalho realizado pelo Mecanismo
1552 nacional e também nos, enfim, o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à
1553 Tortura. Eu acho que em síntese é isso, aí se alguma colega, algum colega tiver
1554 algo a complementar, mas eu acho que tem sido uma boa experiência, a intenção
1555 nossa é manter esse diálogo constante também, porque sabemos da importância
1556 estratégica desses atores na ponta, nos estados.

1557 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Perfeito João, agradeço as
1558 informações, o João fez um trabalho com excelência na consolidação desses dados
1559 aí junto aos estados e agora seria importante que os membros do Comitê pudessem
1560 encaminhar sugestões de atuação a presidente, a Ministra pretende passar nos
1561 estados para trabalhar o fortalecimento, seja criação de Mecanismo dos Comitês
1562 estaduais, essa tratativa próxima com as autoridades locais. Não sei se algum



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1563 colega tem alguma sugestão, alguma observação com relação a esse ponto de
1564 pauta. O Wanderson escreveu e também tem uma ponderação da Fernanda com
1565 relação a reunião extraordinária, que alguns colegas pediram. Eu peço já para a
1566 equipe de apoio verificar uma data possível data agora em dezembro para uma
1567 reunião extraordinária, eu acho que é importante também nesse pedido de reunião
1568 extraordinária constar uma pauta mínima, porque a extraordinária às vezes a gente
1569 não tem o tempo daquele acionamento do Mecanismo de passar pela mesa, é um
1570 trabalho ali e efetivo da mesa na pauta. Então, o pedido da reunião extraordinária,
1571 ele deve vir acompanhado de uma sugestão de pauta já para essa reunião. Então,
1572 passo aqui para inscrição. Wanderson, não é Wanderson? Por favor.

1573 **Sr. Wanderson (MMU)** – Sávio, eu peço desculpas ao colegiado, que eu estou com
1574 um probleminha aqui com a minha câmera, mas aproveitando o ensejo para
1575 parabenizar o João e retocar o relatório que ele fez em relação as reuniões com os
1576 Mecanismos estaduais e Comitês, reiterando a necessidade desse colegiado aqui
1577 poder pensar uma resolução em parceria com a Ouvidoria Nacional de direitos
1578 humanos no intuito de poder de regular o fluxo dessas denúncias, tendo em vista
1579 que é um gargalo muito grande desse Sistema Nacional de Prevenção e Combate à
1580 Tortura, foi algo que foi de forma reiterada apresentada nas reuniões com os
1581 Comitês das regiões. Então, seria essa a contribuição que eu queria fazer, para que
1582 pudéssemos voltar aqui que seja um grupo de trabalho para pensar o formato dessa
1583 regulamentação e obviamente, junto com a Ouvidoria Nacional de direitos
1584 humanos, que é quem de fato, vai operacionalizar isso.

1585 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)** –
1586 Wanderson, eu vou sugerir o contrário. Em vez de a gente ter um grupo de trabalho,
1587 a ouvidoria tem todo um procedimento com relação ao fluxo. A gente poderia
1588 esperar uma minuta que a ouvidoria pode mandar para a gente, e a gente discutir no
1589 próprio colegiado, não é não é nada muito complexo não, Wanderson. Nós estamos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1590 fazendo isso com o conselho nacional da justiça, conselho nacional do Ministério
1591 público, de procuradores gerais, a gente pode trabalhar o mesmo formato, está
1592 dando muito certo. Eu tenho pressa nisso. Então, eu tenho muito medo de grupos
1593 de trabalho e as coisas não avançam, o que nós podemos pedir para na próxima
1594 reunião já do colegiado a ouvidoria manda para nós antes esse documento de como
1595 seria o fluxo, a gente manda para todo mundo do Comitê na próxima reunião a
1596 gente já a prova, já trabalhando, a coordenação já está se reunindo com a ouvidoria.
1597 Então, na segunda reunião, não é Natália? Segunda reunião com a ouvidoria, esse
1598 grupo já está construído e a gente só coloca aí já com uma proposta de pauta da
1599 primeira reunião, aprovação, eu acho que vai ser um ACT entre o Comitê e a
1600 ouvidoria, a gente ganharia muito tempo, Wanderson. E outra coisa gente, que eu
1601 queria só deixar claro, já foi votado que a gente vai ter uma outra reunião
1602 extraordinária? Isso já está decidido? Eu fiquei um pouquinho fora, deixa eu explicar
1603 uma coisa, Comitê, pelo amor de Deus, ninguém do governo vai ter condições de se
1604 reunir mais agora em dezembro não. Nós estamos numa no atípico, na execução
1605 orçamentária, está todo mundo muito, muito a corrida para entrega da execução
1606 orçamentária que ficou parada esse tempo todo por conta da pandemia, eu acho
1607 que a representação do governo não tem condições de a gente se reunir agora em
1608 dezembro. Eu sugeriria quem sabe antecipar a primeira reunião de fevereiro para
1609 janeiro, a gente tentar se reunir em janeiro, nossa primeira reunião do ano em
1610 janeiro, a gente ganha tempo, mas a gente não ter uma extraordinária agora em
1611 dezembro e está impossível, e eu falo por mim, e por todos os representantes de
1612 governo aqui.

1613 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Perfeito. Ministra, até
1614 complementando a sua fala, eu estou de férias, não é? Agora, participei dessa
1615 reunião, porque continua em Brasília, mas já para a próxima não estarei em
1616 Brasília. Então, não posso participar. Já até antecipam aqui para os colegas
1617 também esse ponto aí. Tem uma inscrição aqui agora, não é? Última inscrição final



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1618 para a gente passar para o item 5.1, já com bastante atraso, já com 1h, 1h10, na
1619 verdade, de atraso sobre esse ponto.

1620 **Interlocutor não identificado** – Sávio, só um esclarecimento que veio de uma fala
1621 da Karol, é rapidinho, 2 segundos.

1622 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Claro, por favor.

1623 **Interlocutor não identificado** – Acabou de chegar no gabinete da Ministra, aqui na
1624 coordenação do gabinete essa proposta de resolução para homologação do
1625 resultado final, não estava no gabinete ainda, acabou de chegar agora nesse
1626 momento, e eu vou lá já ver como é que eu faço para despachar isso aí
1627 rapidamente, tá?

1628 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Perfeito, perfeito. Então, o item 5.1,
1629 definição da coordenação geral do Mecanismo nacional de prevenção e combate à
1630 tortura.

1631 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** –
1632 Sávio, questão de ordem, eu estou inscrita.

1633 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Ah, Vitória, desculpa, perdi aqui
1634 Vitória, não li aqui, por favor, Vitória.

1635 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** –
1636 Sem problema. Eu queria entender, eu agradeço na verdade, a sua atenção com o
1637 horário da pauta, mas eu estou quase ficando perdida na reunião, porque tem várias
1638 falas e não dá nenhum encaminhamento, não passamos a nenhuma votação
1639 depois das falas. Eu entendo a preocupação com o horário, mas essa não é uma
1640 reunião pro forma, essa é uma reunião do Comitê, a plenária reunida, com quórum
1641 definido aqui, e eu gostaria que a gente votasse depois dos itens, porque assim que



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1642 a gente tem feito, ou a gente está só falando aqui, isso aqui é uma grande conversa,
1643 sem nenhum encaminhamento. Isso está me preocupando, eu entendo o atraso,
1644 entendo sua preocupação, mas eu gostaria que ponto por ponto a gente votaria os
1645 encaminhamentos. A gente tem aqui a proposta da reunião extraordinária que já foi,
1646 que não entendi se foi posta em pauta várias vezes e adiada essa votação várias
1647 vezes, eu entendo a preocupação da Ministra, inclusive, com a agenda do governo,
1648 claro que o final do ano não é fácil para ninguém, mas é uma proposta nossa, e eu
1649 gostaria que fosse votada. E a proposta da Sylvia de uma nota, mas nada impede
1650 nós votarmos uma manifestação aqui de que o Comitê gostaria que fosse, se
1651 manifesta em algum sentido, a plenária se manifesta em algum sentido, isso não
1652 exige uma nota pública de nenhuma forma. Então, eu queria que as colegas que
1653 haviam proposto encaminhamentos voltassem a falar do microfone, para eu
1654 entender em que ponto que a gente parou, porque a gente vai para o item 5 e eu
1655 não sei o que está sendo falado ou votado.

1656 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Perfeito, perfeito. Vitória, agradeço
1657 sua intervenção. Os itens, sugestões de encaminhamento serão votadas sim, tá?
1658 Apenas isso é uma adaptação aqui, cada um tem uma forma de gestão, na verdade,
1659 a gestão está até com a Ministra agora. Então, todos os itens serão votados, eu não
1660 sei se você estava presente, mas eu pedi até para a equipe de apoio apreciar uma
1661 possível data dessa reunião extraordinária, fizeram algumas ponderações com
1662 relação a impossibilidade, eu já antecipo que aqui que também não estarei
1663 presente, estou de férias, não é? Mas será votado sim. O que eu não vou prejudicar
1664 é apenas um encaminhamento aqui da nossa pauta, tá? E o seguindo agora para a
1665 questão do Mecanismo, mas passando essa parte do Mecanismo, já com atraso
1666 nós vamos ter realmente esse tempo para votar a reunião extraordinária e a
1667 questão da manifestação pública, o que foi colocado aqui é que tem o
1668 procedimento, nós vamos seguir o procedimento da resolução 4, pode ser
1669 apresentado esse texto, eu acho que até a Sylvia ficou em fazer essa redação para



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1670 levar isso para a mesa diretora, consolidar e seguir o dispositivo da resolução 4.
1671 Então, eu passo agora para o item 5.1, definição da coordenação geral e logo na
1672 sequência, eu não sei, estou vendo aqui o Ribamar e está presente, se seria o
1673 Ribamar que vai fazer a parte depois da apresentação, o item 5.1, mas já passa,
1674 então, para o gabinete, para o item 5.1, por favor.

1675 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) –**
1676 Queridos, antes de a gente chegar ao 5.1, eu vou reiterar que a sociedade civil
1677 reconsidere a proposta de a gente ter a reunião em dezembro, colocar em votação,
1678 é um pedido, nós temos quatro secretários nacionais nesse Comitê. Esses
1679 secretários nacionais, gente, estão aí numa loucura. Eu tenho certeza que o
1680 governo não conseguirá fazer participar da próxima reunião extraordinária, ela vai
1681 ser prejudicada. Então, fica aí o apelo da presidente para que a gente nem traga
1682 essa proposta para votação eu traria aí uma sugestão, antecipamos a primeira, tem
1683 muita coisa para a gente fazer, vamos antecipar a primeira. Com relação ao item
1684 5.1, a definição da coordenação geral, segundo o artigo 10, parágrafo 4º do decreto
1685 8154 a designação cabe a Ministra e eu queria informar ao Comitê que a gente
1686 entende que o trabalho da Bárbara tem sido muito bom e a nossa perita Bárbara
1687 continuam na coordenação geral do Mecanismo.

1688 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) –** Perfeito Ministra. O Ribamar, eu
1689 consulto se você que faria essa apresentação das missões recentes do Mecanismo,
1690 item 5.2, colega Ribamar, pode?

1691 **Sr. Ribamar –** Bom-dia, bom-dia a todos. Primeiro uma observação sobre essa...

1692 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) –** O áudio está cortando, Ribamar, eu
1693 acho que os colegas também não estão escutando, não é? Alguém está escutando
1694 o Ribamar aqui?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1695 **Interlocutora não identificada – Não.**

1696 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) –** Ribamar, não sei se você está nos
1697 ouvindo, mas está com problema no áudio no seu dispositivo. Eu não sei se algum
1698 outro dos colegas do Mecanismo pode fazer as vezes.

1699 **Sr. Daniel Caldeira de Melo (Assessor do Mecanismo Nacional de Prevenção e**
1700 **Combate à Tortura) –** Daniela que também perito do Mecanismo, acompanhando
1701 desde o início na reunião, essa pauta da comunidade terapêutica foi feita inspeção
1702 está a cargo da minha apresentação, se o Ribamar quiser fazer um comentário na
1703 hora que ele restabelecer, eu compartilho a fala com ele, se for o caso, mas acho
1704 que para a gente não perder tanto tempo, e otimizar nossa trabalhos, gostaria de
1705 pedir o suporte da coordenação geral para colocar a apresentação que a gente fez e
1706 gostaria também de convidar a Andresa, que foi uma das pessoas que participou
1707 ativamente do processo de inspeção, inclusive, da coordenação dessa inspeção em
1708 minas, não é? Para também participar da fala da qual vou dividir com ela,
1709 entendendo que o Mecanismo participou dessa inspeção como convidado, não é?
1710 Só aguardando todos e todas poderem ver a apresentação, acho que agora já
1711 conseguem ver, não é? E aí, esse é um relatório de uma diligência de instrução
1712 realizado na comunidade terapêutica centro de recuperação álcool e drogas,
1713 Desafio Jovem Maanaim, projeto de vida movimento para recuperação humana foi
1714 realizado em outubro de 2020, bem no começo de outubro, a partir de uma
1715 articulação que eu vou esclarecer na sequência, peço por favor, para passar o slide.
1716 Essas são algumas falas que a gente pôde ouvir no momento que chegou nessa
1717 inspeção. Primeiro os adolescentes trazendo para a gente que depois de três anos
1718 a gente retorno nessa unidade, e até quando eles vão ficar nessa situação, e aí uma
1719 fala de um outro adolescente que traz que todas as manifestações desses
1720 adolescentes são tratadas com castigos de ficarem trancafiados nos seus quartos,
1721 por dias por qualquer descumprimento ou qualquer atitude que lembra mesmo



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1722 comportamento de um adolescente, pensando no que a psicologia já tem
1723 acumulado enquanto desenvolvimento humano. Eu peço para passar, por favor,
1724 Karol ou Luana, não sei quem está fazendo a passagem. A inspeção, ela foi fruto,
1725 então, dessa articulação do Mecanismo institucional, da frente mineira drogas e
1726 direitos humanos, na qual a Andresa representa, do conselho regional de psicologia
1727 de Minas Gerais, instituto de direitos humanos e pesquisa, promoção, intervenção
1728 direitos humanos e cidadania, IDH, o fórum mineiro de saúde mental e da diretoria
1729 de assistência de saúde mental, álcool e outras drogas de Minas Gerais. Então, é
1730 um grupo muito forte e atuante no estado que tive a honra e o prazer de poder
1731 trabalhar junto nessa inspeção. E também, reforçar que como era uma instrução de
1732 diligência, contou com a participação remota do procurador regional dos direitos do
1733 cidadão que facilitou a nossa entrada e desde 2007 tem acompanhado os
1734 desdobramentos da inspeção nacional que aconteceu em parceria entre o CFP, da
1735 PFDC e também do Mecanismo, eu peço por favor, para passar. Então, como eu já
1736 disse, é um relatório que tem como objetivo apresentar os resultados da diligência
1737 de instrução, nessa comunidade, Desafio Jovem Maanaim Itamonte e foi realizado
1738 no dia 2 de outubro de 2020, lembrando que essa comunidade já havia sido
1739 pressionada em 2017, e aí, em virtude da necessidade de novas informações
1740 dentro do processo instalada, a gente retorna à ela. Eu peço por favor para passar.
1741 É importante dizer que a gente não está fazendo individualização de casos, mas
1742 inscrição de uma realidade encontrada nesse espaço em que acontece em
1743 situações de privação de liberdade e, com características de muita violação de
1744 direitos, e com o intuito de provocar a oportunidade de reflexão sobre o cuidado em
1745 saúde mental ofertada aos adolescentes, com problemas relacionados ao uso e
1746 abuso de álcool e outras drogas, em especial em outras comunidades terapêuticas
1747 no país a fora que a gente, enquanto Mecanismo já tem recebido denúncias, tanto
1748 em Goiás, a parte de atuações, dirigentes do CRP de Goiás e também em São
1749 Paulo, a parte de atuação do núcleo da infância da defensoria de lá que são



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1750 situações muito comuns as que a gente vai relatar ao longo da apresentação de
1751 hoje, eu peço para passar, por favor. Essa é a estrutura básica do relatório, a gente
1752 faz uma apresentação, trata as informações sobre a estrutura, aspectos
1753 institucionais, sobre pessoal, a equipe profissional, sobre a rotina, a questão dos
1754 resgates, do uso da força e as penalidades, o processo de individualização,
1755 praticamente inexistente, várias irregularidades no cuidado em saúde, o uso
1756 desmedido de laborterapia, o controle externo também dos órgãos, enfim, como
1757 quase todos os relatórios do Mecanismo da inspeção nacional de comunidades
1758 terapêuticas seguem essa ordem de diálogo, lembrando que esse é um relatório
1759 público, a gente fez um relatório mais detalhado, contendo nomes, denúncias
1760 efetivas, foram encaminhadas as autoridades estaduais como forma de instrução
1761 dos procedimentos já em andamento. Pode passar, por favor. Um breve resgate que
1762 essa inspeção, ela também tem como ancoragem a inspeção realizada em 2017,
1763 como já havia dito, uma parceria entre o CFP, Mecanismo, MPF e PFDC que
1764 inspecionou uma cerca de 28 comunidades terapêuticas e contou também com a
1765 participação de outros órgãos públicos e organizações da sociedade civil, e
1766 movimentos sociais. Atendendo, então, onze estados além do distrito federal e
1767 várias violações foram encontradas, já em 2017 e no que tange também a criança e
1768 adolescente institucionalizado. Por favor, pode passar. Em especial sobre essa
1769 comunidade terapêutica, na época as principais irregularidades identificadas foram
1770 o uso do trabalho forçado, a internação de adolescentes e crianças sem o devido
1771 procedimento estabelecidas as normativas vigentes, a aplicação de castigos e a
1772 obrigação de participação em cultos religiosos, em especial daqueles que não
1773 professava a mesma religiosidade estabelecida pela comunidade terapêutica. Eu
1774 peço para passar, novamente. E na época, como já havia adiantado para vocês, foi
1775 montado um inquérito civil acompanhando, então, as situações denunciadas por
1776 esses quatro órgãos federais e o encaminhamento de recomendações oficiais, os
1777 diversos atores envolvidos no acompanhamento da questão da criança e do



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1778 adolescente que tenha passado por esse tipo de privação de liberdade, e as novas
1779 situações trazidas em 2020 e também a publicação da resolução do CONADE
1780 trouxe e também a questão da pandemia trouxe a necessidade de uma nova
1781 inspeção nessa comunidade terapêutica. Agora eu divido a partir de agora, eu peço
1782 para passar o slide e divido a fala com a Andresa, para ela seguir na sequência, ao
1783 final eu retorno.

1784 **Sra. Andresa** – Ok, obrigado Daniel. Agradeço a participação em nome da frente
1785 mineira drogas e direitos humanos, agradeço aí em nome do Comitê, o Sávio e a
1786 Ministra Damares que está nos acompanhando. Bom, sobre a questão da
1787 restituição, o que a gente percebe? Uma certa contradição entre o que a gente
1788 deflagra na instituição e os documentos que nos são passados, mas de uma forma
1789 geral a gente verifica uma comunidade terapêutica com um modelo asilar. Para
1790 vocês está aparecendo normal? Para mim está acontecendo algum problema.

1791 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – É, o slide... Pronto, pronto.

1792 **Sra. Andresa** – Voltou, voltou. Só para todo mundo acompanhar junto, não é? Bom,
1793 então, o que é de praxe, uma comunidade terapêutica com característica asilar, se
1794 entregando esses adolescentes do convívio social, do convívio comunitário e
1795 familiar, isso afrontando de forma direta da lei 10.216 e o próprio ECA e a RDC 29,
1796 aqui a apresentação de uma organização da sociedade civil de natureza privada,
1797 sem fins lucrativos, mas a gente verifica que na verdade, uma instituição de fachada
1798 sem fins lucrativos e, na verdade, todos os apontamentos, todas as provas que a
1799 gente levanta e indicam uma grande empresa familiar que vai pautar com base na
1800 religiosidade, na disciplina, em vários momentos isso é colocado, inclusive no
1801 projeto terapêutico global deles, quando se utiliza do disciplinamento, mas isso não
1802 é detalhado em nenhum dos documentos que nos é encaminhado, nos que a gente
1803 tem acesso, com base na abstinência e na privação de liberdade. E uma coisa muito



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1804 grave que a gente verifica é que nessa unidade terapêutica a gente verifica vínculos
1805 trabalhistas muito não explicados, mas direto com servidores públicos municipais,
1806 inclusive a gente deflagra o secretário municipal de assistência social é o assistente
1807 social que presta serviços nessa comunidade terapêutica. Então assim, apontando
1808 aí vínculos muito escusos e que vão desencadear uma certa suspeição sobre esses
1809 vínculos com a comunidade terapêutica ligada a órgãos públicos do município, pode
1810 passar, por favor. Ok, a que só para vocês terem uma noção, então, da localização,
1811 é um lugar bem afastado, ou seja, é difícil sair de lá e acessar a cidade próxima, o
1812 centro urbano próxima, fica bem na beira de uma rodovia e principalmente, o que
1813 nos assustou muito, do lado de um lugar de aterro sanitário da cidade Itamonte.
1814 Então assim, vocês vão perceber na nossa fala, em vários momentos a gente
1815 escuta relato dos adolescentes que durante a laborterapia eles trabalham, inclusive
1816 fazendo a capina com as próprias mãos nesse terreno que é um terreno
1817 contaminado, exatamente por essa exposição ao lado ali do aterro sanitário, pode
1818 passar, por favor. E aí nessa localização vocês vão verificar também que essa
1819 unidade, a comunidade terapêutica Desafio Jovem Maanaim, ela é formada de 4
1820 unidades, em 2017, essa inspeção nacional, ela esteve nas quatro unidades dessa
1821 vez a gente só conseguiu ir nas dos adolescentes devido à gravidade das relações
1822 que a gente encontrou in loco. E no dia a gente teve ciência de que havia
1823 adolescentes e meninas junto, internadas na comunidade de adultas feminina da
1824 restituição, mas a gente não conseguiu ir até lá. Aqui, só para vocês terem uma
1825 noção, um lugar extremamente íngreme, nenhuma facilidade para a questão da
1826 mobilidade, a acessibilidade, pessoas com deficiência física não conseguem
1827 circular nesse lugar com facilidade nenhuma, fiação exposta, as camas de ferro e
1828 muitas com ferrugem, as maçanetas quebradas, vidros quebrados. Pode passar,
1829 tem uma foto da piscina que é horrível, isso, a piscina assim, muito sujo, inclusive, a
1830 piscina era utilizada também para punir adolescentes. Tivemos relatos de
1831 adolescentes que inclusive estavam com a marca de queimaduras no rosto de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1832 exposição longa ao sol, eles são punidos, são colocados dentro da piscina e tem
1833 que ficar ali de castigo, expostos nessa piscina imunda desse jeito ao sol, sendo
1834 punidos, pode passar, por favor. Os quartos a gente tem duas modalidades, não é?
1835 Tem os quartos aí para seis adolescentes, quartos para 12 da infraestrutura vocês
1836 vão ver aí, a gente deflagrou vários botijões de gás e outros ali, sem nenhuma
1837 cobertura ao lado do alojamento dos adolescentes, no quarto onde os meninos
1838 dormem, vários botijões colocado dessa maneira, como eu falei as maçaneta
1839 quebradas, sobre a questão do pessoal, a gente flagra uma situação muito grave,
1840 onde há uma informalidade absurda com esses vínculos trabalhistas, a maioria são
1841 chamados obreiros que são ex-internos da comunidade terapêutica que se tornam
1842 trabalhadores voluntários nessa instituição e outras, vários dados que nos são
1843 colocados da administração das comunidades terapêuticas não casam com os
1844 relatos dos próprios trabalhadores, psicólogos que dizem ser voluntário, quando a
1845 gente verifica as planilhas, está colocado que ele é um prestador de serviço, o
1846 próprio médico não conseguiu dizer qual era o veículo dele com a entidade quando
1847 a gente conversa com ele. Ele: "Ah, eu acho que é voluntário." E a gente pega os
1848 documentos e no documento está colocado que ele é prestador de serviço, em
1849 outro documento é colocado que ele é contratado via CLT. Então assim, um
1850 desencontro absurdo de informações e muitos dos adolescentes, inclusive, que
1851 entram nessa comunidade terapêutica, e se eles apresentam um bom
1852 comportamento, eles passam a se tornar aos auxiliares, a seus próprios
1853 adolescentes, cuidando dos adolescentes que estão interno naquele local. Sobre a
1854 rotina, uma rotina pautada no isolamento, então, eles levantam, tomam café da
1855 manhã, vão para o movimento chamado do cuidar da espiritualidade, outros
1856 profissionais dizem que é um movimento de aula, não é? Mas que na verdade, pela
1857 conversa que a gente teve com todos os adolescentes, o psicólogo também é um
1858 desses que fazem esse trabalho em grupo, inclusive, junto com adultos,
1859 adolescentes são colocados num grande galpão que tem lá, que eles chamam de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1860 templo, junto com adultos, porque a comunidade terapêutica Desafio Jovem
1861 Maanaim unidade de adolescentes funciona no mesmo território da unidade que
1862 acolhe adultos masculinos. Então, a gente chega lá, tinha mais ou menos 70
1863 pessoas, todas dentro de um galpão, sem nenhuma medida protetiva, ao contágio
1864 do Covid-19 e misturando adultos, adolescentes como uma espécie de
1865 evangelização, a partir disso eles têm que fazer o trabalho do dia-a-dia, lavar
1866 roupas, limpar a unidade, uns vão para a cozinha ajudar a preparar os alimentos, à
1867 tarde eles ficam reclusos dentro do quarto após o almoço, são trancados dentro dos
1868 quartos, existe algum outro movimento de evangelização e por volta das 21...
1869 Temos o horário do almoço, o horário do café da tarde e aí eles voltam para os
1870 quartos, são trancados novamente nos quartos a partir das 21h. Pode passar, por
1871 favor. A questão do trabalho análogo ao trabalho escravo, a gente verifica até mais
1872 para frente vocês verão, a gente deflagra que houve um homicídio por volta de um
1873 mês e meio antes dessa data da inspeção, e acontece dentro da comunidade
1874 terapêutica, exatamente porque os meninos estavam trabalhando na chamada
1875 laborterapia, sem nenhum monitor, sem nenhum profissional os assistindo,
1876 inclusive, fazendo o uso de inchadas, de materiais perfuro cortantes e numa
1877 discussão entre três adolescentes que estavam trabalhando num chiqueiro da
1878 comunidade terapêutica, 1 dá uma enxadada na cabeça de um dos adolescentes
1879 que vêm a óbito naquele momento, não é? E ressaltando que esse fato não estava
1880 registrada em nenhum dos livros de ocorrência da comunidade terapêutica. Até
1881 recentemente descobrimos que um deles foi levado, um dos outros dois foi levado
1882 para casa por um obreiro da comunidade terapêutica e esse monitor, esse obreiro
1883 que leva esse adolescente para casa para devolvê-lo, essa fala é a fala do promotor
1884 que nos acompanha, para devolvê-lo para a mãe, esse monitor vai armado, e de
1885 certa forma ameaça à mãe a ter que recolher seu filho novamente. As primeiras
1886 violações, então, já coloquei aqui, a gente chega e não tem nenhum profissional
1887 responsável por aquela unidade, que nos recebe nessa comunidade terapêutica é



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1888 um jovem de 18 anos que consta na listagem dos internos ainda tendo sua
1889 internação paga por um convênio, ele se diz o responsável pela unidade naquele
1890 momento, é um monitor, fala aqui é involuntário, é um trabalhador voluntária, a partir
1891 daí é que ele aciona a coordenadora da unidade, o pastor que o proprietário da
1892 unidade, e os demais parentes dele, também queria ressaltar que quando eu falo de
1893 uma empresa familiar, a psicóloga que trabalha na unidade é filha, a enfermeira que
1894 trabalha da unidade é filha do pastor que é proprietário da unidade, o médico, ele é
1895 esposo da coordenadora do CAPS do município, o administrador da comunidade
1896 terapêutica é nada mais nada menos do que o presidente do conselho municipal
1897 dos direitos da criança e do adolescente do município. Então assim, facilita todo o
1898 acesso também aos recursos do FIA, isso é muito grave, sem contar como eu
1899 expliquei, sobre o caso da secretária também de assistência social do município
1900 que fazem esse trabalho, entre muitas outras voluntário após o expediente dele na
1901 prefeitura nessa comunidade terapêutica. O não cumprimento então, de nenhuma
1902 medida obrigatória conforme as autoridades sanitárias para não transmissão da
1903 Covid-19, a gente chega e ninguém usando o EPIs necessárias, as máscaras,
1904 mesmo que seja de tecido, não havia álcool gel, não havia nenhuma medida de
1905 afastamento e pelo contrário, a gente deflagra uma sala de isolamento que com
1906 muito custo eles abrem para a gente olhar e que era uma sala de isolamento de
1907 fachada, onde ficavam depositados vários materiais de limpeza e alimentação e
1908 uma coisa também muito grave é essa mistura entre adolescentes e adultos no
1909 mesmo espaço institucional para tratamento. Pode passar, por favor. Aqui algumas
1910 fotos que a gente tira sobre a questão da alimentação e risco nutricional que a gente
1911 deflagra no local durante a inspeção a gente aciona a vigilância sanitária e o
1912 conselho municipal... Perdão, o conselho tutelar de vida já de imediata a verificação
1913 de tamanhas irregularidades, eles vão até o local, permanecem conosco por volta
1914 de 1h, eles deflagram quando a gente verifica essa questão na cozinha, inclusive, a
1915 condicionamento inadequado de alimentação, alimentos com data de validade



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1916 vencida, alimentos sem saber qual a origem, muitos já perdidos, várias foram
1917 descartados naquele momento. A questão do risco nutricional, quando a gente
1918 verifica qual a dieta que eles utilizam, não há uma dieta singular. Então, se você tem
1919 problema de diabetes, se você tem problema de hipertensão, se você tem algum
1920 problema de resistência, intolerância a alguma alimentação, não interessa. A
1921 alimentação é padronizada, rica em carboidratos apenas. Então, a gente verifica aí
1922 um desse de nutricional, tanto de proteínas, quanto de vitaminas para esses
1923 adolescentes, lembrando que estão numa fase de desenvolvimento, não é? Aqui,
1924 uma falta de higiene, havia um único avental pendurado na prateleira dessa cozinha
1925 e sujo, inclusive, a questão do filtro, apesar de ter água gelada, o filtro sem nenhum
1926 indício de limpeza, de troca do filtro. Então assim, tudo muito arbitrário, prejudicado
1927 mesmo a saúde nutricional desses adolescentes colocando em risco a saúde deles,
1928 pode passar por favor. Pode passar. Ok, a que a gente faz um resumo das relações
1929 que vocês vão encontrar no relatório público que a gente está colocando à
1930 disposição. Então, de imediato internação arbitrária de adolescentes com indícios
1931 de transtorno mental, inclusive, a gente teve que retirar do local dois adolescentes
1932 ao final da inspeção e acompanhá-los até o CAPS do município de Itamonte, porque
1933 um estava em crise clássica de transtorno mental, extremamente agitado, confuso,
1934 desorientado, sem a devida medicação, lembrando que a RDC 29 não regulamenta,
1935 não possibilita internação de adolescentes, e proíbe a internação de pessoas com
1936 transtorno mental nesse tipo de instituição. Adolescentes com comorbidades
1937 clínicas sérias, um estava com medo de morte, porque ele tem um problema no
1938 canal da uretra e tem que fazer procedimentos cirúrgicos todo ano e não tinha
1939 conseguido acessar nesse ano, risco eminente de contágio por Covid, uma afronta
1940 direta ao ECA o ser mantidos no mesmo espaço institucional, submissão de
1941 contenção mecânica sem prescrição médica, a gente teve acesso a vários
1942 prontuário e vislumbramos adolescentes ali em clássico quadro de excesso de
1943 medicação, com corpo robotizado, e isso nos preocupou muito, inclusive, não



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1944 verificamos várias receitas, não haviam receitas nos prontuários e lembrando que a
1945 medicação era dada, é dada pelos monitores, não é? A quando a gente conversa
1946 com a enfermeira, que é filha do pastor proprietário da unidade, ela nos apresenta
1947 um treinamento que ela fez com esses monitores, lembrando, acolhido por um
1948 jovem de 18 anos, outros que não tem nem o ensino fundamental completo, essas
1949 pessoas Ministrando medicação para esses adolescentes que estavam no local,
1950 submissão, então, de contenção mecânica sem prescrição médica, administração
1951 de medicação a força, a administração de medicação psicotrópica que é o
1952 Haloperidol, que é uma medicação e gente, utilizada apenas, administrada apenas
1953 dentro dos CAPS, porque tem todo um procedimento para ser aplicada no paciente,
1954 porque ele pode trazer prejuízos sérios para a saúde dele, a dosagem tem que ser
1955 correta, a aplicação tem que ter 1 preparo correto e o profissional que aplica tem
1956 que ser um profissional qualificado, pode passar, por favor. Ok, violência física
1957 praticada por monitores, inclusive, os adolescentes mostram para a gente marcas
1958 de sangue na parede, mostram marcas nos corpos e mostram inclusive, as armas
1959 que são utilizadas, cabo de vassoura, pedaço de pau, onde eles preparam um
1960 cassetete para bater nos meninos, privação de convivência familiar, e disse que
1961 cárcere privado seguido de extorsão, a gente teve contato, tivemos contato com a
1962 mãe de um adolescente, ela diz desse medo de que a vontade era de buscar o filho,
1963 mas que ao retirá-lo fora do tempo previsto no contrato, ela teria que pagar uma
1964 multa rescisória, que ela não teria condições de pagar e esse relato também
1965 aparece a partir das entrevistas com os adolescentes, falta de privacidade nos
1966 contatos telefônicos com familiares, punições e castigos por descumprimento de
1967 regras, muitos deles falando desse tratamento, desse trancafiamento nos quartos, a
1968 imposição de credos e práticas religiosas, as pessoas não podem levar nenhuma
1969 aparato religioso que é da sua crendice para aquele lugar, eu acho interessante que
1970 um dos adolescentes andava com a bíblia para lá e para cá, ele mostra, inclusive o
1971 Daniel, que foi uma das pessoas que fez essa entrevista, ele mostra, quando ele



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1972 abre a bíblia, ele mostra uma foto da mãe e da irmã. Ou seja, a esperança dele era
1973 a família, mas o único lugar que ele poderia esconder a foto era dentro da bíblia.
1974 Trabalho obrigatório em local próximo ao aterro de resíduos sólidos, como já havia
1975 falado, pode passar, por favor. Risco de contágio de dsts por falta de dispensação
1976 de preservativos, de não acesso à educação sexual, de não acesso aos serviços de
1977 saúde local, registro de assédio e abuso sexual entre os próprios adolescentes,
1978 indícios de assédio e abuso sexual entre adolescentes e adultos no interior da
1979 unidade, eles estão no mesmo espaço, a insegurança jurídica das internações, a
1980 gente presenciou ali internações compulsórias sem data de término, inclusive, uma
1981 questão muito grave, no lugar de aplicação de medida socioeducativas, os
1982 adolescentes estavam ali cumprindo medida socioeducativas, extremamente
1983 arbitrário tudo isso, manuseio e contato de adolescentes internos de ferramentas de
1984 trabalho como eu já dei o exemplo inclusive, do homicídio que aconteceu lá dentro e
1985 vários relatos de fugas e tentativa de fuga, o que reforça os adolescentes que ficam
1986 internados na comunidade terapêutica sem o direito de ir e vir preservado, inclusive
1987 o resgate que é praticado quando eles fogem, teve um adolescente que fugiu dez
1988 vezes, a última vez ele foi pego na rodoviária do Rio de Janeiro. E todo um trabalho
1989 de captura desses adolescentes, quando eles conseguem fugir, inclusive, com
1990 conivência da polícia federal, porque como é na beira da rodovia, quando a polícia
1991 pega eles, a polícia federal pega eles na rodovia tentando fugir, eles não os
1992 escutam e os devolvem para esse lugar. Pode passar, mas eu acho que aqui a
1993 minha parte eu já sinalizei. Isso aqui são fotos mesmo, não é? Do que a gente já fez
1994 o relato, pode passar, por favor. Que a sala de isolamento que eu contei para vocês,
1995 esse adolescente, a gente chega, a orelha dele estava sangrando gente, ele estava
1996 com uma dermatite gravíssima em toda a cabeça e na parte de trás das duas
1997 orelhas, lembrando que o médico que atua na unidade, ele é um dermatologista,
1998 clínico geral e que de abril até outubro, isso aí a gente fez a comprovação a partir do
1999 livro de entrada e saída da instituição, ele esteve lá duas vezes. A terceira vez foi no



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2000 dia da nossa inspeção, que ele chega lá rapidamente a partir de um chamado da
2001 coordenação da unidade, e está aí então, uma comunidade terapêutica que se diz
2002 amparada por um médico dermatologista com um menino nessa situação, com uma
2003 dermatite gravíssima que a gente deflagra, fora as outras violações, pode passar,
2004 por favor. Eles não acessam a rede pública, não é? Quando eles têm alguma crise,
2005 precisa de medicação psiquiátrica, o médico que atua lá encaminha eles para a
2006 rede privada de uma cidade vizinha e a família tem de pagar pelas consultas, sobre
2007 o controle externo, então, como eu disse a gente aciona a vigilância e o conselho
2008 tutelar, eles dizem que já conhecem a instituição, que já fizeram inspeções, mas
2009 que eles acreditavam que algumas arbitrariedades que eles tinham pistas eram
2010 passíveis de se corrigir, não é? E que dava um período para eles resolverem,
2011 apesar de tudo que a gente demonstrou para eles, inclusive, instruindo esses
2012 representantes da vigilância sanitária e do conselho tutelar de que naquele
2013 momento a instituição poderia, teria fatos concretos para o fechamento daquela
2014 comunidade terapêutica, eles disseram que estavam com muitos trabalhos para
2015 fazer e foram embora, enquanto a equipe de inspeção continuou no local. Pode
2016 passar, a gente não viu nenhuma fiscalização do conselho municipal de saúde, o
2017 conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente, como eu disse, fica
2018 nas mãos do administrador da comunidade terapêutica, gostaria aqui de passar
2019 uma questão importante também sobre os repasses público, a maioria dos
2020 adolescentes que estão ali tem a sua estadia, sua internação subsidiadas com
2021 repasses públicos, principalmente a nível federal, a gente apresenta alguns dados,
2022 nós temos aqui para as quatro unidades, essa comunidade terapêutica só de
2023 empenho, do orçamento federal até de 19, de 2019 até agosto de 2020 o valor de
2024 R\$ 820.636,74 e até setembro de 2020 foram liquidados R\$255.695,00 lembrando
2025 que também eles são apreciados com emendas parlamentares, e aqui a gente
2026 apresenta, pode passar, por favor, que eles receberam uma ementa parlamentar
2027 para compra de uma van que a gente não verifica no local, quando há algum



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2028 problema, os meninos são deslocados do local nos carros dos próprios
2029 trabalhadores e tem um carro que é da unidade, essa van não aparece, apesar de
2030 ter recebido R\$150.000,00 por emenda parlamentar para o custeio dessa compra, e
2031 sem contar a isenção de tributos e contribuições fiscais pelos quais eles estão
2032 agraciados por registrarem essa instituição como sendo uma entidade filantrópica.
2033 Pode passar, por favor. Finalizando aqui para a gente ir para as recomendações,
2034 Daniel, você continua para a gente?

2035 **Sr. Daniel Caldeira de Melo (Assessor do Mecanismo Nacional de Prevenção e**
2036 **Combate à Tortura)** – Sim. Andresa, muito obrigado pela sua fala, eu acho que
2037 você traz um grande impacto de tudo que a gente conseguiu ver, eu fiquei aqui com
2038 meu estômago embrulhado, lembrando tudo que a gente vivenciou em outubro,
2039 depois a gente reverenciou fazendo o relatório, não é? E continua revivenciando
2040 toda vez que a gente vem a público para dizer sobre isso. E aqui a gente deixa
2041 algumas recomendações ao CNPCT, esperando encaminhamentos a partir delas,
2042 não é? Que a primeira, resumidamente seria fiscalização dos recursos públicos, em
2043 especial federais, no âmbito do governo federal para comunidades terapêuticas e
2044 também o acompanhamento, se são feitas fiscalizações pelos órgãos federais que
2045 fazem esse repasse em relação a essas unidades, visto o que a gente já identificou
2046 e o que tem chegado de outros estados, como São Paulo e Goiás. Então, essa é a
2047 primeira recomendação, peço por favor para passar para a segunda. A segunda é
2048 que o Comitê possa adotar medidas cabíveis para revogação dessa resolução do
2049 CONADE, nº 3, que fere princípios estabelecidos no ECA, que se fere as próprias
2050 regulamentações do SUS e não teve nenhuma consulta pública com a sociedade
2051 civil, ou mesmo com o CONANDA que se manifestou junto com o CNDH e o
2052 conselho nacional de saúde contrária a essa resolução. Acho que é muito
2053 importante que o Comitê que possa se posicionar sobre isso, seja na construção de
2054 um GT, grupo de trabalho que possa encaminhar uma resolução, uma
2055 recomendação dentro daquilo que os demais conselheiros acharem pertinentes, eu



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2056 peço para passar para as duas últimas. E aí, como eu já tinha adiantado, produção
2057 de uma resolução, uma recomendação destinada a disciplinar e vedar esse tipo de
2058 internação que não promove nada em assistência à saúde ou assistência social,
2059 pelo contrário, favorece a ruptura dos vínculos familiares e comunitários de um
2060 agravamento dos quadros clínicos, uma vez que interna irregularmente
2061 adolescentes nesses espaços, como agente identificou. E por fim, já que têm muitas
2062 situações de tortura, maus-tratos, tratamento desumanos, degradantes, e estamos
2063 num Comitê Nacional de prevenção e combate à tortura e outros tratamentos
2064 desumanos e degradantes, que o Comitê possa somar esforços junto com
2065 Mecanismos e com os atores estaduais cobrando dos órgãos responsáveis no
2066 âmbito federal e estadual a responsabilização e apuração dos casos apontados por
2067 esse relatório. Eu peço para pôr o último slide, que para quem não teve acesso, o
2068 relatório se encontra disponível, publicado no site do Mecanismo nacional de
2069 prevenção e combate à tortura para que vocês possam ter acesso a essa
2070 documentação, no mais, eu peço desculpa por a gente ter avançado um pouco
2071 mais, mas eu acho que é muito importante trazer esses registros para que a gente
2072 possa ter um debate profícuo, muito obrigado.

2073 **Sr. Ribamar** – Pessoal, eu entro logo na sequência para fazer um breve informe,
2074 pedindo desculpa que eu caí, não é? Como vocês perceberam, caiu aqui o meu
2075 sinal de Internet justo na hora que eu fui falar, justo eu que sou tão tímido. Mas eu
2076 queria fazer um breve informe sobre um processo que está em curso, que é a
2077 inspeção por primeira vez do Mecanismo nacional no sistema penitenciário federal,
2078 depois de concluirmos 24 estados, completados os dois últimos agora, não é? E
2079 estados do Acre e do Amapá, chegando a 24 estados e centenas de unidades, nós,
2080 então, abrimos um capítulo fundamental já planejado há muito que era a inspeção
2081 do sistema penitenciário federal com suas peculiaridades, queremos aqui de pronto,
2082 agradecer que isso foi uma articulação também do doutor Alexandre Kaiser, que
2083 dignamente representou, como dignamente é, foi substituído aqui pelo doutor



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2084 Antônio de Pádua, a DPU neste colegiado, e aí, então, ele fez uma ponte e nós
2085 estamos na verdade, numa missão conjunta com a defensoria pública da União, e
2086 isso fizemos de 20 a 23 de outubro, em Mossoró, de 5 e 6 de novembro em
2087 Catanduva e 16 e 18 de novembro em Campo Grande, MS e de 24 a 25 nessa
2088 última semana agora, nessa mesma semana, no distrito federal. E nos próximos
2089 dias 2 a 5 de dezembro, em Porto Velho, RO. Advirto que as nossas versões nunca
2090 são pré anunciadas, a gente está fazendo isso aqui, contudo os limites que a gente
2091 sabe da sigilosidade também do trato dessas informações que é uma coisa sobre
2092 aqui a gente queria falar posteriormente, queria registrar uma coisa
2093 importantíssima, primeiro, que nós vivenciamos um regime de segurança máxima
2094 do sistema penitenciário federal que ensina para o GDF o pleno exercício da nossas
2095 prerrogativas, não é favor nenhum, mas é preciso dizer que no sistema
2096 penitenciário federal as nossas prerrogativas foram respeitadas como não poderia
2097 ser diferente, mas infelizmente, isso pode dialogar e ensinar muito o governo do
2098 distrito federal e o tribunal de justiça do governo federal e territórios, porque nós
2099 temos tido problemas nesse particular, problemas aqui já relatados. Queremos
2100 registrar que podemos contar com a participação também de uma digna
2101 representante do do Comitê Nacional de prevenção e combate à tortura, a
2102 professora Cândida e esteve conosco em Mossoró, e ela também pode agregar
2103 alguma informação aqui de imediato. São breves informes, porque nós haveremos
2104 de tratar mais demoradamente sobre as recomendações do relatório em tempo,
2105 mas queria deixar alertado sobre o seguinte, não é? O sistema de segurança
2106 máxima previsto no sistema penitenciário federal, ele tem se destacado por
2107 enfrentar alguns fenômenos que precisam ser aprofundadas, e esse é o convite
2108 final que fazemos. E estão sendo questionado na prática pelos diversos sujeitos
2109 individuais e coletivos que interagem ou devem interagir no interior das unidades,
2110 no âmbito da política nacional e isso tem reflexos imediatos na política nacional de
2111 prevenção e combate à tortura. Como é de nossa metodologia, nós temos tido



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2112 oportunidade de dialogar com os distintos setores, direção, a equipe técnica,
2113 processos penais, apenados e até familiares quando nossa visita coincide com os
2114 dias de visita e a gente então, tem acompanhado o processo de ingresso e eles não
2115 unidade que está retomando-se agora, a visita com todos os limites da qual
2116 falaremos depois, e a gente se coloca à disposição para dialogar com eles, e eles
2117 têm, felizmente aquecido a necessidade de apresentar também as suas
2118 observações para nós. Como lembram e aqui está o primeiro grande problema que
2119 nós queremos debater no futuro próximo, apresenta no relatório, o sistema
2120 penitenciário federal, ele é, na sua concepção normativa legal um sistema de
2121 transição de implica numa permanência, inicialmente apontada como a humana e
2122 isso, tem sido que renovada indistintamente por infinitos anos, o que acaba, e esse
2123 é o mais grave problema, desonerando a responsabilidade dos estados de origem,
2124 ou seja essas pessoas têm que ser incluídas dentro de uma política que possa
2125 envolver e engajar também os estados de origem no enfrentamento do chamado
2126 para aquilo que ele estava vocacionado, combate o crime organizado, isolando
2127 suas lideranças e de alta periculosidade por meio de um regime eficaz de execução
2128 penal salvaguardando a legalidade e contribuindo para a ordem e a segurança da
2129 sociedade, conforme está previsto na sua concepção originária. Na medida que
2130 você simplesmente aparta suas lideranças, e isso aqui que eu estou relatando é
2131 admitido por diversão e por diversos atores que atuam dentro do sistema prisional
2132 federal, você abriu vaga nas diversas organizações criminosas. Então, o critério de
2133 seleção de inclusão, infelizmente das massas de pobres e pessoas de dependência
2134 de uso abusivo de álcool e drogas, entre outras, é tão grande que vocês olham uma
2135 liderança, se você não tem uma política de começo, meio e fim, inclusive, que
2136 continue trabalhando isso lá nos estados de base, você abre vaga para inúmeros
2137 outros, o que tem sido admitido que está acontecendo. Uma outra coisa que a gente
2138 precisa aprofundar o debate e é sobre a questão da incomunicabilidade, não é? E aí
2139 eu queria fazer, ressoar com toda força o que nos antecedeu aqui falando, o doutor



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2140 Pedro Paulo Bicalho quando dizia "Nenhuma pena ultrapassará o alcance da
2141 pessoa privada de liberdade." Isso está previsto... De 1984, mas nunca é demais
2142 gritar, acoar porque infelizmente esse grito, essa destinação legal não chega aos
2143 ouvidos de muito que tem a responsabilidade de execução penal. E aí com o pacote
2144 diante crime, com a pandemia houve graves restrições das visitas, primeiro da visita
2145 física, depois da visita presidencial, com contato físico. Hoje, onde está sendo
2146 normalizado a maioria delas começa a ser dentro dessa perspectiva normalizado,
2147 desde o mês passado, ela só é visita de parlatório, ou seja, sem nenhum contrato
2148 físico. E aí a gente entende que essa política de restrição da comunicação, ela
2149 guarda uma peculiaridade, porque a gente sabe que no sistema, e com isso a gente
2150 concorda, o principal objeto de barganha é a informação, não é? É eles não estarem
2151 na lógica comandando, ou dando ordem a partir do presídio, só que isso acaba, a
2152 ausência do contrato físico, ela acaba criminalizado as famílias e penalizando
2153 previamente o país, esposas, filhos, alguns dos pais se destacam, com muito
2154 sacrifício de longa distância, essa não é a realidade de todos, porque há uns
2155 também que se transferem para o município, revelando poder aquisitivo, mas
2156 mesmo aquele que se transfere para os municípios, eles não conseguem ter esse
2157 contato físico e isso acaba penalizando as famílias e não só as lideranças apenas.
2158 Depois o fenômeno da tortura psicológica, sobre o qual nós precisamos aprofundar
2159 muito, o fato que a maioria deles se encontra e isso foi agravado, isso não pode ser
2160 generalizado, mas foi agravado durante a pandemia, 24h sem banho de sol, fica
2161 24h dentro de uma cela. Com forte medicalização, e aqui a gente encontrou, isso de
2162 forma muito forte para mim, pessoalmente que sofro infelizmente, de insônia, da
2163 medicalização por um lado e a denúncia por outro, isso foi uma denúncia forte que
2164 nós recebemos, e eles recebem indutor de sono, eles recebem remédio para dormir
2165 e em alguns deles que são assim... Rotulados para serem mais perseguidos, eles
2166 são retirados dessa condição a cada meia hora para medir sinais vitais, imagina, a
2167 pessoa tem dificuldade para dormir, tomar remédio para dormir e a cada meia hora



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2168 vem lá alguém, que em nome da saúde dele, vai medir os sinais vitais, acordando o
2169 sono nem profundo que ele acabou de ter. Então, isso aqui, entre outros indicadores
2170 de tortura psicológica como a incomunicabilidade merece ser visto, outro fator a ser,
2171 fenômeno a ser analisado é o da prisionização, como alguns veem, que passa por
2172 um adoecimento profundo, de apenados e policiais penais, e aí são graves
2173 indicadores a esse respeito que precisam ser aprofundadas, não é? Primeiro, há
2174 indicadores de 40% de licença médica de algumas unidades da população de
2175 policiais penais, ou seja, um ano, 40% do efetivo já entrou de licença médica. Uma
2176 forte medicalização e isso tudo acompanhado daquilo que praticamente todos nós
2177 acompanhamos na imprensa, e que nós que estivemos em Catanduvas mês
2178 passado, fomos saudados na véspera da nossa inspeção com um suicídio
2179 antecedido de um feminicídio. Mas como aquela casa naquela própria unidade já
2180 tinha havido um suicídio. Então, todos os colegas passam todos os dias pelo
2181 mesmo lugar, onde um colega seu suicidou-se o que é pior, a maioria deles vinha
2182 num processo de adoecimento, não havia devido acompanhamento ou sinais
2183 emitidos eram muito poucos, o que exige que nós vencemos na saúde dessa
2184 população prisional sim, mas também na saúde dos trabalhadores que ali sofrem
2185 desse fenômeno de adoecimento, e é interessante dizer, quando a gente visita o
2186 sistema prisional estadual, eles sempre olham para o sistema prisional federal com
2187 uma excelência, e aqui nesse particular a gente não vê esse mesmo volume de
2188 adoecimento, a esse nível que a gente vê no sistema penitenciário federal, é preciso
2189 lembrar que aqui o nosso chamado de atenção, que nós temos dois convidados
2190 permanentes, um dos quais nós estamos dialogando sobre essa matéria, que é o
2191 DEPEN e o outro é o CNPCT... CNPCP que já receberam no final de 2018 da
2192 diretoria do sindicato dos agentes penitenciários, porque nós tivemos a
2193 oportunidade também de dialogar a convite deles lá em Catanduvas, uma proposta
2194 de programa de atenção à saúde ocupacional dos servidores penitenciários, sobre
2195 isso nós lembraremos de falar mais demoradamente. Finalmente, intensionamos e



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2196 oxalá conseguiremos no início de 2021, fazer um relatório temático, porque para o
2197 Mecanismo isso tem uma perspectiva não das visitas regulares, mas uma visita
2198 temática e merecerá um relatório temático de parceria com a DPU, como outros que
2199 já fizemos com a comunidade terapêutica de hospitais psiquiátricos com a
2200 defensoria do Ministério público do trabalho, a defensoria... Perdão, o Conselho
2201 Federal de Psicologia e, a veremos de ter esse relatório pronto no início de 2021 e
2202 queria recomendar que a exemplo dos demais a gente possa fazer um lançamento
2203 aqui com o CNPCT primeiro, como de praxe, apresentar ao CNPCT, a procuradoria
2204 geral da república, como é previsto na lei, e para o nosso prazer com esses
2205 parceiros estratégicos, podemos agendar uma série de audiências públicas de
2206 debate sobre esses diversos fenômenos, não é? Organizações criminosas, tortura
2207 psicológica, saúde mental no sistema prisional e nos mais diferentes espaços, e
2208 assim poder aprofundar aquilo que através da DPF 347 o STF já admitiu e que
2209 infelizmente essa vacina também não chegou no sistema penitenciário federal, nós
2210 dizemos também o sistema penitenciário federal, guardadas as devidas proporções
2211 e um estado de coisas inconstitucionais, muito obrigado, que esculpe minha falta de
2212 síntese, eu passo agora a palavra Tarcila que me sucederá o informe sobre a
2213 missão LGBTI.

2214 **Sra. Tarcila** – Bom-dia a todos e todas e todes, como o Ribamar mencionou, eu vim
2215 rapidamente para passar um informe o para esse Comitê sobre a perspectiva de
2216 uma missão nacional sobre a população LGBTI encarcerada, a necessidade dessa
2217 missão, dessa inspeção nacional, ela se deu em função do mapeamento que foi
2218 feito no ano passado pelo Ministério da mulher, família e direitos humanos com
2219 relação à situação prisional da população LGBTI, porém, com algumas questões
2220 muito graves no decorrer desse mapeamento e que foi a ausência de
2221 encaminhamentos das violações de direitos sofridas por essas pessoas LGBTI
2222 empresas no país e com relação a isso, como o Mecanismo tem essa função dentro
2223 de suas atribuições, não é? Que a de constatação das situações de tortura,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2224 violações de direitos, maus-tratos, tratamento degradante, desumano e cruel, nós
2225 entendemos que não são poucas as denúncias recebidas e também não são
2226 poucas as situações que vivenciamos in loco, quando estamos fazendo inspeções
2227 nos estados desde o início da minha experiência como perita em 2018, tenha
2228 vivenciado muitos casos de violência contra a população LGBTI e prisional, e
2229 portanto, a necessidade de que façamos uma avaliação nacional sobre essa
2230 população, essa ideia já está em gestação desde o final do ano passado, estamos
2231 numa parceria, numa coordenação nacional organizada pelo Mecanismo nacional
2232 de prevenção e combate à tortura junto da APT e também do Condege, colégio
2233 nacional dos defensores públicos gerais que tem nos apoiado de forma
2234 incondicional para que seja feita essa inspeção,1 inspeção conjunta com a
2235 participação também o de representantes da sociedade civil organizada com a
2236 experiência em inspeções no sistema prisional e também junto à comunidade
2237 LGBTI. Nesse sentido, foi criado um conselho consultivo de representantes do
2238 movimento LGBTI nacionalmente expressos e atuantes com grande participação
2239 em todo o território nacional e temos, então, feito reuniões quinzenais desse
2240 conselho consultivo para discussões de várias temáticas e estamos com a
2241 divulgação também de espaços formativos sobre essa temática que o Mecanismo
2242 nacional de prevenção e combate à tortura tem providenciado, tem organizado e
2243 convidado especialistas sobre a questão LGBTI e o sistema prisional para fazer a
2244 formação daqueles que vão participar dessa inspeção nacional. Então, deixa a aqui
2245 registrado esse planejamento, ele vai acontecer no ano que vem, no começo do ano
2246 e pretendemos depois, trazer com diagnóstico e principalmente, o encaminhamento
2247 dos casos de violação de direitos, tortura, tratamento cruel, desumano e degradante
2248 contra essa população, serão encaminhados e de certa maneira, se busca uma
2249 resolução imediata dessas situações, assim como também parceria com órgãos do
2250 sistema de justiça que visam esse atendimento da população LGBTI encarcerado,
2251 como é o caso do CNJ, que também é um dos parceiros MMPCT, da APT e do



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2252 Condege nessa localização da inspeção nacional e com quem temos dialogado
2253 desde o início do planejamento desse processo, aliás, é com muita preocupação
2254 que nós observamos um projeto de decreto legislativo que foi, anteontem lançado
2255 contra a resolução 348 de 2020 do CNJ, essa resolução que foi amplamente
2256 trabalhado, amplamente discutida, principalmente pelo departamento de
2257 monitoramento e fiscalização do CNJ, representado pelo doutor Carlos Gustavo e
2258 sua grandiosa equipe composta principalmente por mulheres, uma discussão muito
2259 bem feita junto à sociedade civil organizada, representante do movimento LGBTI
2260 também outros representantes e atores governamentais que se preocupam com
2261 essa pauta LGBTI prisional, essa resolução está completíssima, com vidro a todes
2262 para que conheçam o conteúdo dessa resolução, ela tem, ela trata desde a
2263 necessidade do reconhecimento e do respeito ao nome social das pessoas LGBTI
2264 aprisionados no país, e que se auto declaram assim, além da situação de
2265 encaminhamento dessas pessoas, a partir de sua própria vontade para unidades
2266 masculinas ou femininas e isso já é uma luta de anos do movimento LGBTI e
2267 brasileiro, que se deve reconhecer a partir também da resolução nº 1 de 2014,
2268 realizada pelo CNCD e também CNPCT, então, nesse sentido é que o Mecanismo
2269 nacional de prevenção e combate à tortura se mostra muito preocupado com a
2270 situação da população LGBTI encarcerado e se coloca à disposição para essa
2271 inspeção nacional que se pretende fazer e depois a se trazer aqui a discussão e
2272 apresentação dos casos e também das resoluções das situações de violência
2273 encontradas, muito obrigada.

2274 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Perfeito, agradeço a apresentação,
2275 Daniel, Andresa, Ribamar e Tarsila, trazendo vários dados aqui, enfim, imagens e
2276 informações para esse colegiado que ajudam na definição da política a ser adotada
2277 aqui no CNPCT. Tem algumas inscrições aqui, eu só quero registrar aqui que nós já
2278 estudamos bastante aqui o tempo da nossa previsão de reunião, tem um ponto ali
2279 de informes sobre o Amapá e Goiás, eu não sei, a Fernanda está inscrita, tem Caio,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2280 Fernanda, Sylvia e Márcia, pediram inscrição. Eu não sei se a Fernanda iria tratar
2281 sobre esse informe de Goiás, tem o Amapá também, ou era o Mecanismo, mas de
2282 qualquer forma, eu já passo, peço uma objetividade aqui para a gente já partir para
2283 os encaminhamentos, tá? E finalizar a nossa reunião.

2284 **Sr. Ribamar** – Só uma informação, Sávio, por favor. Nós decidimos mesmo deixar
2285 esses outros dois pontos de informe para a outra reunião extraordinária?

2286 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Agradeço, agradeço, Ribamar. Então,
2287 passo... Pronto.

2288 **Sra. Adriana** – Sávio, se me permite e Ribamar, talvez em relação ao Amapá, como
2289 era um informe breve, até porque nós tínhamos encaminhado para o Comitê
2290 Nacional de prevenção e combate à tortura um requerimento junto com, da mesma
2291 forma como fizemos com outros órgãos do sistema nacional e a situação e antes de
2292 ontem e parece estar regularizada, o que também poderíamos fazer para adiantar é
2293 um ofício para o Comitê informando o que aconteceu e a situação atual é para dar
2294 um pouco para vocês o panorama e o que foi feito. Porque eu acho que deixar para
2295 a próxima reunião, talvez não teria muito sentido.

2296 **Interlocutora não identificada** – Minutar um ofício, Adriana, é isso? Para o
2297 Comitê?

2298 **Sra. Adriana** – É, eu mesma posso fazer isso, o Mecanismo, porque o nosso
2299 informe era nesse sentido, de informar todas as ações que nós empreendemos
2300 tentando contribuir para a solução em relação ao sistema prisional, a questão do
2301 apagam.

2302 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Eu acho que até, viu? A sua proposta
2303 Adriana, auxilia para a próxima, caso tenha, para a próxima reunião seja



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2304 extraordinária ou ordinária, eu acho que auxilia, porque podemos extrair dessa
2305 comunicação do Mecanismo para inclusão na pauta e deliberação.

2306 **Interlocutora não identificada** – Sávio, só me permita. A proposta anterior é muito
2307 boa, mas eu queria pedir a condenação de novo, Adriana, mande um ofício para o
2308 Comitê, dê conhecimento a todos os membros, eu acho que todo mundo quer
2309 saber, Adriana. O conteúdo, o que está acontecendo, seu informe por meio de
2310 ofício. Então, a coordenação fica designada aí já para mandar imediatamente para
2311 todos os membros o ofício da Adriana.

2312 **Sra. Adriana** – Ficamos à disposição do Comitê, como preferirem.

2313 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Perfeito. Então, passa e peço um
2314 pouco de objetividade para os colegas ali, a sequência, o Caio é para tratar sobre os
2315 encaminhamentos, não é? Talvez seja mais interessante a gente apresentar os
2316 encaminhamentos. Eu não sei, Caio, a Fernanda poderia falar antes também.

2317 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Sim,
2318 Sávio. Eu acho que as gurias podem passar a minha frente, a Sylvia e a Fernanda.

2319 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Agradeço caio. Fernanda, por favor.

2320 **Sra. Fernanda** – Obrigada Sávio. Vou falar rapidamente, parabenizar o Mecanismo
2321 por essa inspeção feita em Minas Gerais, acho que foi a Andréia, que fez a
2322 apresentação, Andresa, perdão, extremamente qualificada, não é? E deu para
2323 perceber pela própria apresentação dela, uma pessoa sensível. Recentemente eu
2324 tive aqui em Goiás, na comunidade terapêutica do interior, e é interessante ver essa
2325 apresentação em relação a um outro estado, e o quão se assemelham às violações,
2326 mas chamam muito a atenção à tortura específica realizada em relação a
2327 adolescente que parece ser muito mais para vossa, não é? Questão dos obreiros,
2328 do trabalho escravo, da tortura especial contra os adolescentes. Então,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2329 rapidamente, Sávio, só para ressaltar o papel importantíssimo do Mecanismo. Essa
2330 apresentação que foi feita, eu não sei nem como esses integrantes do Mecanismo
2331 conseguem se deparar com tantas violações, são realmente muito graves, não é?
2332 Até pelo seu ponto de vista pessoal, mas a minha colocação aqui é para que de fato
2333 o Comitê encampe as recomendações que foram apresentadas ao final do relatório
2334 do Mecanismo, as quatro recomendações e foram especificamente direcionadas a
2335 esse Comitê, e em especial, que encaminhe um ofício às autoridades, tanto
2336 municipais, do conselho municipal de saúde de foi colocado aqui na apresentação
2337 que não se manifestou quanto as violações, mas também as autoridades do
2338 executivo estadual, municipal e aos órgãos responsáveis pela inspeção local como
2339 defensoria e Ministério público, sobre quais providências foram adotadas em
2340 relação às violações que foram encontradas. Tenho certeza que o relatório também
2341 foi encaminhado a eles. Então, brevemente são apenas essas duas, esses dois
2342 encaminhamentos, se possível para que sejam encorpadas as recomendações que
2343 foram específicas do Mecanismo para o Comitê. De repente não sei como ele prevê
2344 ações específicas com a criação de um grupo de trabalho no Comitê para dar
2345 andamento a essas recomendações, e 2º, sobre o encaminhamento de ofícios a
2346 autoridades locais, municipais e estaduais e defensoria pública e Ministério público
2347 sobre o que foi realizado, quais ações e medidas foram adotadas para interrupção
2348 das violações importantes, obrigado.

2349 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Perfeito Fernanda, agradeço pelo
2350 reforço dos pontos que foram apresentados, inclusive também, eu acho que um
2351 ponto importante do que foi colocado pelo Mecanismo, a forma que o Comitê pode
2352 ajudar na fiscalização relacionada aos recursos, porque penso que a mudança da
2353 estrutura dos locais de privação de liberdade, eles irão contribuir bastante e um
2354 ambiente propício para... Enfim, então, essa recomendação de fiscalização dos
2355 recursos, eu acho que o CNPCT deve pensar alguma forma concreta de que o
2356 colegiado pode colaborar nisso aí. Passo já para a Sylvia que a próxima inscrita, e



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2357 para finalizar a Márcia também e aí, já os encaminhamentos e as observações do
2358 Caio, se o Caio quiser fazer as observações primeiro. Sylvia, por favor.

2359 **Sra. Sylvia Dias (Delegada da Associação para Prevenção da Tortura no**
2360 **Brasil)** – Oi. Não, queria só trazer um comentário a respeito da fala da Tarsila e
2361 basicamente, bom, um é ressaltar também, ressaltar a importância dessas ações
2362 que o Mecanismo na saúde, prevenção e combate à tortura está levando adiante
2363 em relação da população LGBTI que se encontra encarcerado, a gente não tem
2364 dúvidas de essa, esse é um dos grupos que se encontram numa situação de maior
2365 abandono, principalmente agora, acho que com a pandemia isso ficou ainda mais
2366 evidente, não é? Que essa população, ela não tem já tradicionalmente, quando ela
2367 está encarcerado, ela já não tem o apoio de familiares, em geral essas pessoas já
2368 sofreram abandono por parte da família, mas ao menos em algumas prisões,
2369 algumas ongs e algumas entidades de caráter humanitário conseguem prestar
2370 algum tipo de apoio para esse grupo, e agora, com a pandemia, com as visitas
2371 suspensas, as entidades não conseguem mais ter esse acesso, inclusive em alguns
2372 estados que a gente soube que por exemplo, os familiares já puderam
2373 gradualmente voltar a ter acesso às unidades, as entidades da sociedade civil, por
2374 exemplo, não tiveram essa autorização. Então, assim, a população LGBTI se
2375 encontra realmente numa situação extremamente grave de abandono e é muito
2376 importante que o Mecanismo esteja lançando esse olhar específico, esteja, tenha
2377 colocado na sua pauta, na sua agenda como prioridade do órgão a questão da
2378 verificação das condições que essas pessoas se encontram privadas de liberdade e
2379 também uma inspeção e além disso, também momento informativos e de
2380 capacitação, de atores do sistema de justiça e também da sociedade civil sobre
2381 essa questão. Então, só queria mais uma vez ressaltar assim, realmente a
2382 importância, a liderança do protagonismo do MNPCT trabalhando nessa temática
2383 também, atores que estão Comitê, por exemplo o SOMOS, o Caio, mas a
2384 organização SOMOS que tem também trabalhado aí de maneira, aí já sistemática,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2385 de maneira ativa e também protagonista nessa pauta e colocar a travessa assim, o
2386 apoio da APT, que isso seja cada vez mais fortalecido, tanto no Comitê, como
2387 Mecanismo, parabéns aí Tarsila e Mecanismo por liderarem essa pauta.

2388 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Perfeito, obrigado Sylvia. Passo já,
2389 então, para a Márcia para fazer a última fala, depois Caio sobre os
2390 encaminhamentos, para finalizarmos a reunião.

2391 **Sr. Quirino Cordeiro Junior (Ministério da Cidadania)** – Sávio, Sávio, eu estou
2392 inscrito também, Quirino.

2393 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Ah, perfeito Quirino. Eu achei que
2394 essa mão que estava levantada aqui ainda era da inscrição anterior, mas que no
2395 também, para fechar após o Caio. Por favor, Márcia.

2396 **Sr. Quirino Cordeiro Junior (Ministério da Cidadania)** – Obrigado.

2397 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
2398 **Luta Antimanicomial)** – Ok, primeiramente parabenizar o trabalho do Mecanismo
2399 em relação... Eu vou falar mais especificamente em relação a inspeção que ocorreu
2400 em Minas e a importância da ação do Mecanismo com instâncias do estado, à frente
2401 mineira sobre drogas e outras entidades parceiras e que são de extrema
2402 importância e, inclusive, assim, no sentido da construção, a elaboração e
2403 contextualização dessa realidade local, não é? Específica de Minas. Não sei se
2404 vocês sabem, mas há alguns meses atrás, diversas entidades, mais de 100
2405 entidades da sociedade civil se manifestaram com relação contrária à internação de
2406 adolescentes em comunidades terapêuticas, essa já era uma preocupação imensa
2407 dessas entidades que atuam no sentido da militância, do controle social, na defesa
2408 dos direitos humanos, da defesa, no cuidado e dá a atenção psicossocial em
2409 liberdade, essas entidades se manifestaram no Brasil inteiro, inclusive, contrária à



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2410 internação de crianças... Aliás, adolescentes em comunidades terapêuticas e
2411 contrária à recurso público para essas entidades, e hoje a gente vê o relato de uma
2412 entidade específica de Minas, onde é fato, fato concreto de total violação de direitos
2413 humanos, eles relataram que passam de privação de liberdade dos adolescentes,
2414 os adolescentes proibidos de sair da instituição, homicídios dentro dessa entidade,
2415 total violação de direitos no que diz respeito ao cuidado e atenção. A gente faz
2416 inclusive, a defesa de que esse cuidado, ele precisa existir sim, mas em liberdade, a
2417 partir da rede de atenção social, mas em serviço substitutivo, em serviços abertos e
2418 comunitários e não em comunidades terapêuticas exatamente pela desassistência
2419 no que diz respeito a tudo, a proposta, mas também a fiscalização de recurso
2420 público, a fiscalização do controle social essas entidades, acho que o Daniel não
2421 falou, mas existe uma ação civil, uma ação do Ministério público federal contra essa
2422 entidade, essa ação do Ministério público, ela solicita a interdição dessa entidade
2423 que foi visitada, assim como a subseção dos recursos públicos. Então, eu acho que
2424 o nosso papel enquanto Comitê, quando apresentado um relato bem apresentado,
2425 tão explícito e tão concreta, onde situações são materializada pelo relato dos
2426 adolescentes, pelas provas apresentadas pelo Mecanismo, a gente, enquanto o
2427 Comitê, tem a responsabilidade sobre essa questão. Então, primeiro, os
2428 encaminhamentos do Comitê a gente acata as recomendações, o Mecanismo de
2429 prevenção e combate à tortura, mas vamos falar sobre cada um, mas rapidinho, eu
2430 concordo com o Sávio. Só complementando o encaminhamento da Fernanda, eu
2431 acho importantíssimo a gente solicitar a o histórico desse recurso público federal
2432 destinado à essa entidade, de que forma o senado, o Ministério da saúde caso
2433 tenha recurso público também do Ministério da saúde e de que forma essa entidade
2434 tem executado... Público eu acho que soma ao encaminhamento da Fernanda, mas
2435 eu queria também, para além desse, o Daniel coloca... O Mecanismo coloca como
2436 recomendação a elaboração de uma recomendação é extremamente importante,
2437 eu acato sim esse encaminhamento de exercício do Mecanismo de uma



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2438 recomendação, mas para a realização dessa recomendação nosso Regimento
2439 interno é necessário sim um debruçamento sobre esse trabalho, um relato
2440 minucioso sobre o que a gente realmente quer e o que a gente defende, que é a não
2441 internação desses adolescentes em comunidades terapêuticas, então, eu
2442 concordo, acho que é o encaminhamento. Agora, a forma como fazer, a estratégia
2443 para realizar essa recomendação que ela vai ser aprovada da criação de um GT
2444 que a gente possa criar esse GT para elaboração desse documento sim, da forma
2445 mais breve possível com a participação do Mecanismo, do Comitê e outras
2446 entidades que queiram somar a essa proposta, certo? Então, eu acho que é isso,
2447 deixa eu ver se tem mais alguma proposta de encaminhamento. Sim, e a solicitação
2448 nossa enquanto Comitê de prevenção e combate à tortura, diante do relato e da
2449 apresentação dos relatórios do Mecanismo, eu acho que a gente tem poder para
2450 isso, acho que a gente pode fazer isso, é nossa responsabilidade solicitar a
2451 suspensão do recurso público dessa entidade, e da interdição dessa entidade
2452 também, e se somar a uma ação que já existe no Ministério público federal,
2453 enquanto a gente ouvir esse relato de situações concretas onde as violações são
2454 materializadas e comprovadas e apresentadas e a gente não pediu, enquanto
2455 Mecanismo nosso Comitê a suspensão desse recurso, a interdição dessa entidade.
2456 Então, são esses os meus encaminhamentos.

2457 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Agradeço Márcia. Tem mais uma
2458 inscrição, mas realmente nós precisamos finalizar depois do Henrique aqui, o
2459 Daniel pediu também para fazer uma pequena observação e o Henrique e nós
2460 precisamos finalizar. Então, ao passo agora a fala inicial era do Caio, registrada
2461 depois temos Quirino, Daniel, e Henrique, para finalizar. Por favor, Caio.

2462 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** –
2463 Obrigado Sávio. Eu queria iniciar aqui uma proposta que tem a ver com o que foi
2464 colocado pela Sylvia, em relação às audiências de Custódia, não é? Nós temos,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2465 então, duas propostas,¹ era de encaminhamento de uma manifestação aqui do
2466 colegiado se posicionando em relação às audiências de Custódia em meio virtual, e
2467 a segunda era a realização de uma reunião extraordinária, que foi proposto pela
2468 Vitória, não é? Pensando aí no apelo da presidência, diante da dificuldade que o
2469 final do ano nos traz, da participação de todos aqui o Comitê, especialmente dos
2470 membros do governo e tendo em vista que essa reunião extraordinária, ela serviria
2471 para que a gente se posicionasse sobre essa questão que o CNJ trouxe
2472 recentemente, eu gostaria de propor e tentar um acordo aqui entre a sociedade civil
2473 e o governo, de que a gente pudesse fechar o nosso entendimento contrário à
2474 realização das audiências de Custódia em meio virtual, e que a gente fizesse isso,
2475 presidente e Sávio, enquanto uma recomendação que é um ato que a gente pode
2476 fazer, está lá na mesma resolução 4 que prevê os tipos de ato que a gente emite, a
2477 recomendação, ela pode ser feita em plenária, ela poderia ser feita agora, nesse
2478 exato momento. Nós não teríamos aquele dito todo, Ministra, de enviar o texto para
2479 fazer uma nota e tudo mais. Então, a minha colocação seria de a gente emitir uma
2480 recomendação, eu teria um texto aqui sucinto para propor, mas basicamente
2481 recomendando a não realização de audiências virtuais, e a gente poderia aprovar
2482 isso agora, e aprovando isso agora, nós não teríamos, Ministra, a necessidade aí de
2483 convocar uma reunião extraordinária em dezembro, o que poderia ficar bem difícil aí
2484 para conciliar a agenda da Ministra e dos membros dos colegas do governo. Acho
2485 que dessa forma a gente, tanto daria uma resposta enquanto colegiado a essa
2486 questão que é muito importante, e a gente também conseguiria aí manter a agenda
2487 como ela já estava definida. Essa seria a minha proposta.

2488 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Perfeito Caio. Eu não sei, Ministra, se
2489 eu sigo a ordem de inscrição, o gabinete gostaria de se posicionar agora ou
2490 podemos seguir a ordem de inscrição e manifestar ao final?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2491 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) –**

2492 Vamos seguir a ordem de inscrição, Sávio, o Quirino está inscrito, e a gente vota aí
2493 esse encaminhamento.

2494 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) –** Perfeito, então, agora a palavra está

2495 com o Quirino.

2496 **Sr. Quirino Cordeiro Junior (Ministério da Cidadania) –** Obrigado Sávio. Bem,

2497 antes de mais nada, eu gostaria de dizer que o governo federal tem trabalhado com

2498 importante parceria com as comunidades terapêuticas para recuperação de

2499 pessoas com dependência química no Brasil. Essas entidades vem prestando um

2500 trabalho de grande relevância para a sociedade brasileira, a mais de cinco décadas,

2501 mais de 50 anos, e infelizmente essas entidades vinham sendo colocadas de lado

2502 pelo poder público, ou seja, vinha tendo dificuldades para realizar seu importante

2503 trabalho por conta de posições ideológicas de últimas gestões do governo federal, o

2504 que diz respeito a esse caso específico de Itamonte, eu informam aqui aos

2505 senhores que nos dias 9 e 10 agora desse mês, nós tivemos, nossa secretaria que

2506 realiza o processo de fiscalização nas entidades que são credenciadas conosco e

2507 essa entidade específica, o Desafio Jovem Maanaim de Itamonte é uma delas, nós

2508 financiar os 25 vagas para acolhimento de adolescentes dessa entidade, nós

2509 fizemos, então, nos dias 9 e 10 desse mês de novembro, uma fiscalização lá, como

2510 é de praxe, enfim, estamos realizando agora o relatório. E assim que finalizarmos o

2511 relatório, como também nós fazemos, encaminhamos para as entidades e vamos

2512 fazer isso também com o Desafio Jovem Maanaim para que haja, então, a

2513 manifestação da entidade sobre questões que eventualmente possam ser

2514 levantadas pelos nossos fiscais nessa entidade para que haja a possibilidade da

2515 oferta do direito do contraditório para essa comunidade terapêutica que foi agora

2516 fiscalizada por nós. Eu vi algumas das falas aqui, enfim, só para adequar de corrigir

2517 alguns pontos, as comunidades terapêuticas fazem parte da rede de atenção



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2518 psicossocial, da RAPS desde a sua criação no ano de 2011 com a inscrição da
2519 política nacional de saúde mental essas entidades foram mantidas na RAPS. Então,
2520 quando nós falamos de um atendimento integral às pessoas que apresentam
2521 dependência química, as comunidades terapêuticas fazem parte dessa rede de
2522 atenção as pessoas com dependência química no âmbito do sistema único de
2523 saúde, e também no âmbito do sistema nacional de política sobre drogas, o
2524 SISNAD, por meio, então, do decreto presidencial publicado ano passado que
2525 instituiu a nova política nacional sobre drogas, essas questões são importantes que
2526 fiquem registradas aqui. Em relação às recomendações que foram apresentadas
2527 pelo Mecanismo, enfim, eu acho que nós precisamos no mínimo, no mínimo
2528 ofertarmos a possibilidade do direito do contraditório para essa entidade, nós
2529 ouvimos enfim, colocações que são bastante importantes, essas entidades todas
2530 bastante respeitadas. Porém, eu queria deixar bastante claro aqui que parte
2531 considerável dessas entidades que acompanharam o Mecanismo são entidades
2532 com posição francamente contrária, de maneira apriorística as comunidades
2533 terapêuticas, então enfim, eu acho que é importante primeiro: ofertarmos a
2534 possibilidade do direito do contraditório em relação às recomendações, acho que
2535 nenhuma recomendação nós podemos voltar agora sem no mínimo, ouvir o que
2536 aconteceu lá, nós estamos preparando também nosso relatório. Acho que
2537 importante, caso seja formado grupo de trabalho que foi aventado aqui que
2538 entidades, que entidades que trabalham com comunidades terapêuticas e que as
2539 próprias comunidades terapêuticas, por meio da sua confederação possam compor
2540 esse grupo, esse eventual grupo de trabalho para discutir essa temática. Eu só
2541 acho, enfim, que a gente precisa tomar um cuidado bastante grande em vários
2542 momentos essa ligação foi feita, ou seja, tentando se buscar um caso específico
2543 que a gente precisa investigar ainda, acho que a gente precisa investigar essa
2544 situação de um jeito mais pormenorizado, mas mesmo se concretizando todas as
2545 violações de direito, não é possível nós pegarmos um caso específico e



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2546 generalizarmos, foi trazido aqui, enfim, como possibilidade de generalização de
2547 eventuais violações de direitos de comunidades terapêuticas o relatório feito pelo
2548 Conselho Federal de Psicologia, pelo conselho, pelo Ministério público federal, um
2549 relatório que avaliou 28 entidades, o próprio relatório mesmo disse que nem todas
2550 as entidades são comunidades terapêuticas. Hoje no Brasil nós temos mais de 2000
2551 dessas entidades, ou seja, é um espaço amostral que não representa a totalidade
2552 das entidades, ou seja, a gente não pode fazer essas aferições, a gente não pode
2553 cair nessa tentativa do argumento fácil de criação de narrativa de generalizar a
2554 partir de experiências pontuais. Então, eu acho que em relação às recomendações,
2555 elas não fazem sentido serem votadas agora. Eu acho inclusive, um casuísmo nós
2556 pegarmos uma situação desse tipo e já fazemos um cliente que colocamos a
2557 possibilidade de revogação da resolução nº 3 do CONADE, que regulamenta o
2558 acolhimento das comunidades terapêuticas de adolescentes, aliás, só para ficar
2559 claro aqui, essa normativa, ela foi criada pelo CONADE, pelo conselho nacional de
2560 políticas sobre drogas justamente para proteger os adolescentes, justamente para
2561 evitar eventuais violações de direitos e para que todas as normativas legais fossem
2562 respeitadas quando do tratamento e recuperação de adolescentes em
2563 comunidades terapêuticas. Então, esse casuísmo, essa tentativa de criar uma
2564 narrativa, um discurso o faz a partir de uma situação específica generalizar e logo já
2565 fazer o link com uma recomendação para revogação dessa recomendação, eu acho
2566 totalmente inapropriado, eu julgo isso inclusive, de má-fé, mas eu fico aqui à
2567 disposição na criação de qualquer grupo de trabalho, quando nós fomos nos
2568 debruçar sobre isso, eu já me coloco à disposição, coloco a nossa secretaria,
2569 SENAPRED a disposição, que hoje no governo federal é o órgão responsável, o
2570 órgão competente para trabalhar com essas entidades, inclusive eu solicito aqui
2571 que o Mecanismo envie para a nossa secretaria o relatório dessa fiscalização que
2572 até agora nós não recebemos, muito obrigado.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2573 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Perfeito Quirino, passo a palavra
2574 agora para o Daniel, querido Daniel e para finalizar o Henrique, Conectas. Daniel,
2575 por favor.

2576 **Sr. Daniel Caldeira de Melo (Assessor do Mecanismo Nacional de Prevenção e**
2577 **Combate à Tortura)** – Sendo bem breve, eu acho que importante ressaltar aqui,
2578 Sávio, que o Mecanismo não faz um trabalho amador. Nós temos uma resolução
2579 que orienta as pressões, nós temos prerrogativa de lei de solicitação de
2580 informações e tudo que foi produzido e coletado foi com informações entregues e
2581 fornecidas, tanto pela comunidade, como pelos profissionais e usuários que lá se
2582 encontravam. E fico muito tranquilo com o contraditório, porque existem duas ações
2583 já acontecendo no âmbito do judiciário, na qual a comunidade vai ter a oportunidade
2584 de se explicar dentro do espaço legal, que é o espaço voltado para essa decisão, a
2585 gente fez uma constatação, uma constatação pautada inclusive nas rdcs que
2586 existem, na própria resolução do CONADE e o que a gente percebe um completo
2587 desconhecimento, descumprimento inclusive, das normativas citadas como
2588 orientadora desse trabalho e acho que esse Comitê precisa atuar de uma maneira
2589 muito incisiva diante de tamanha violação de direito que foi encontrada nessa
2590 comunidade, e assim enquanto Mecanismo, eu espero e espero também desse
2591 Comitê. Em relação a questão do orçamento, que era o dia gostaria de fato dizer
2592 Sávio, acredito que poderia ser um caminho, uma sugestão de caminho olhar,
2593 então, para o orçamento disponibilizado pelo governo federal para essa
2594 comunidade específica e também para as demais que foram inspecionadas em
2595 2017, porque aí a gente já teria uma escopo de começo de trabalho para não ficar
2596 com o universo muito ampliado e talvez esgotaria os limites, capacidade física e
2597 profissional daqueles que aqui se encontram, não é? E lembrar também que como o
2598 órgão de prevenção e combate à tortura, nosso objetivo é ir nos espaços onde
2599 chegam situações de tortura, e por isso o relato de uma ação tão pontual, que
2600 embora pareça pontual, ela encontra respaldo na fala do que a Fernanda trouxe,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2601 defensora do estado de Goiás e também de defensores do estado de São Paulo,
2602 que são estados que eu tenho acompanhado desde o início desse cenário de
2603 pandemia pelo Mecanismo que me traz em realidades muito parecidas e similares
2604 com essas. Então, eu acho que o trabalho de fiscalização que se propõe o
2605 Ministério da Cidadania é importante, espero também que ele seja idôneo e não
2606 ideológico na condução e análise efetiva das situações que a gente conseguiu
2607 identificar pelo menos nessa comunidade terapêutica. Muito obrigado pela
2608 oportunidade de falar mais uma vez.

2609 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Daniel, agradeço os destaques que
2610 foram feitas aos trabalhos de Minas Gerais, e agora passo direto para o Henrique
2611 Conectas, por favor Henrique.

2612 **Sr. Henrique (Conectas)** – Bom, muito obrigado Sávio. Você bem breve, realmente
2613 eu acho que a minha principal sugestão já foi trazida, trazida até pelo próprio
2614 secretário que é a inspeção e a fiscalização dessa CT, pela SENAPRED estiveram
2615 lá, eu acho que a gente já pode deixar... Bom, talvez não discutir a recomendação
2616 hoje, os membros do CNPCT quiserem pedir vista e trazer o contraditório que a
2617 SENAPRED faz a seus próprios investimentos, eu acho razoável, mas eu acho que
2618 sim, o CNPCT tem todo interesse em acompanhar essa apuração e ver o que a
2619 própria SENAPRED acha dessa a CT, onde foram flagradas a meu ver, violações
2620 de direitos gravíssimas, não só violações de direitos de maneira geral, é relação a
2621 própria política de drogas, que a gente fala pela voluntariedade, e se é voluntário, aí
2622 a pessoa foge a meu ver é uma questão incompatível. Então, violações de diversos
2623 níveis apontados no relatório. Eu sou muito favorável à construção do GT e
2624 disponibilizo para participar do GT e a questão realmente precisa ser debruçada
2625 sobre esse Comitê, acho que temos aqui um caso concreto, até o fim, sou a favor
2626 também da recomendação da SENAPRED de congelar imediatamente o recurso
2627 dessa CT especificamente, porque casos isolados, até dois meses atrás apareceu



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2628 por exemplo, o caso CT também, aparentemente por exemplo, me parece
2629 financiado pelo governo federal no que os membros estavam se vestindo de
2630 policiais, com um carro com sirene. Bom, foi alvo de investigação pelo Ministério
2631 público, assinou com TAC o Ministério público local...

2632 **Sr. Quirino Cordeiro Junior (Ministério da Cidadania)** – SENAPRED não
2633 financia nenhuma entidade que trabalha dessa maneira.

2634 **Sr. Daniel Caldeira de Melo (Assessor do Mecanismo Nacional de Prevenção e**
2635 **Combate à Tortura)** – Ótimo, foi um engano, então, inclusive vou olhar de novo,
2636 isso está acontecendo no Ministério público lá, porque houve esse engano, mas é
2637 bom saber. É bom saber também que a SENAPRED sabe sobre essa CT,
2638 especificamente onde foi encontrado isso. Então, é assim que eu faço meus
2639 encaminhamentos.

2640 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Agradeço Henrique, é importante
2641 essa dupla checagem aí até da manifestação do Quirino também, é um ambiente
2642 que a gente pode realmente trocar as informações de chegar a informação mais
2643 precisa, não é? Então, tem colegas já que estão manifestando que precisam já sair,
2644 nós passamos, estourando os 1h da nossa reunião aqui, eu vou pedir para a Karol
2645 lançar aqui no Chat esses encaminhamentos... E aí...

2646 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Só
2647 uma questão de ordem, Sávio.

2648 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Cândida, nós já finalizamos...

2649 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – É
2650 porque a nossa reunião estava marcada até 1h. Não até meio-dia, nossa reunião foi
2651 convocada para até 1h, não até meio-dia, é uma correção.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2652 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Na pauta que eu recebi aqui, pode ser
2653 que esteja errado, está 11h30. Aí eu não sei...

2654 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – 11h30
2655 é o começo da outra pauta...

2656 **Interlocutora não identificada** – É o começo do último item da pauta.

2657 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – E até que horas? 11h30 até? De
2658 qualquer forma, acho que para todos os colegas, alguns têm de sair, vamos buscar
2659 essa conclusão. Cândida, eu não sei, alguma outra observação de cunho geral para
2660 finalizar?

2661 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Não,
2662 não. É só essa correção mesmo, não é? Porque a gente já tem pouco tempo, a
2663 gente não pode restringir ainda mais o pouco tempo que a gente tem.

2664 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Perfeito. Então... A Karol está
2665 consolidando isso, ela vai jogar aqui agora e aí nós vamos objetivar para finalizar.
2666 Então, apenas com relação a observação do Caio que foi tratada antes, a proposta
2667 do Caio que foi tratada antes pela Sylvia também, em que pese todos os
2668 argumentos que foram colocados, são argumentos consistentes sobre as
2669 particularidades relacionadas à audiência de Custódia, a audiência de Custódia tem
2670 o modelo, tem particularidades, e realmente, essa situação toda, ela está alterando
2671 uma particularidade, mas quero colocar dois pontos aqui e uma proposta, dois
2672 pontos primeiro, todos aqui estão acompanhando essa possível segunda onda de
2673 contaminação, possível segunda um da de contaminação, já tem registro em vários
2674 outros países, aqui aumento de casos e nós temos observações sanitárias muito
2675 contundentes para buscar frear essa segunda onda de contaminação. Então, o
2676 CNJ, muito provavelmente coloca esse ato respaldado, essa parte teórica todo de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2677 observações sanitárias, e aí a minha proposta que eu acho que a gente poderia
2678 trabalhar é marcar uma reunião com o CNJ, de imediato, se possível, já uma
2679 equipe, ou com a presidência, o órgão executivo do CNJ para alinhar realmente
2680 sobre esse ato aí de audiência de Custódia. Então, eu acho que seria mais efetivo
2681 do que o Comitê apresentar uma resolução sem esse diálogo com o CNJ e buscar
2682 uma alternativa. Essa é a proposta, com relação a resolução. E aí finalizo, Ministra.
2683 Eu não sei... Vamos partir agora...

2684 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) –**
2685 Eu concordo Sávio. Eu queria chamar a atenção em um de todos os membros do
2686 Comitê, qualquer decisão que a gente fizer agora, a gente pode estar indo na
2687 contramão de uma outra orientação sanitária que daqui a três semanas pode surgir.
2688 Então, se a gente pudesse fechar com essa sugestão de uma reunião com o CNJ, a
2689 presidência se responsabiliza de pedir uma reunião ou com o presidente do CNJ,
2690 com o secretário-executivo e começar a discutir com eles sobre isso antes de a
2691 gente se manifestar publicamente, e a nossa manifestação daqui três semanas
2692 estar contra uma regra sanitária, a gente não tem ainda certeza do que vai
2693 acontecer com essa possibilidade de uma segunda onda aí. Só para a gente não
2694 aprovar uma coisa agora, e daqui a pouco a gente voltar atrás. Eu acho bem
2695 prudente a proposta do Sávio.

2696 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) –** Perfeito. A Sylvia fez a inscrição aqui,
2697 nós... Porque nós vamos para o encaminhamento, não é Sylvia? Se puder até tratar
2698 dessa parte do encaminhamento.

2699 **Sra. Sylvia Dias (Delegada da Associação para Prevenção da Tortura no**
2700 **Brasil) –** Bom, assim, meu posicionamento como coloquei no início, a gente
2701 entende que não há essa questão, digamos, tentar avaliar, porque a questão é que
2702 audiência de Custódia pressupõe a presença física. Então, a gente não tem como



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2703 autorizar uma audiência de Custódia presencial, e o segundo ponto é que existem
2704 medidas de biossegurança, não é? Já existem, já está, já foram identificadas pelas
2705 autoridades sanitárias nove estados estão implantando as audiências de Custódia
2706 presenciais. Então, não é que há uma impossibilidade, então, é não realizar
2707 audiência de custódia ou realizar virtual. A questão é que é possível realizar
2708 virtualmente... Virtualmente não, presencialmente. Já existem protocolos de
2709 segurança. Então, que os outros estados podem replicar a partir da experiência
2710 desses 9 estados, porque uma audiência de Custódia virtual, ela não é audiência de
2711 Custódia, ela pode ser qualquer outra coisa, mas audiência de Custódia não é.
2712 Então assim, posicionamento assim, eu não sei, acho que o diálogo claro que é
2713 sempre bom, mas eu acho que o Comitê como Comitê deveria ter um
2714 posicionamento claro. Eu acho que o Comitê de prevenção e combate à tortura,
2715 aceitar uma audiência de Custódia virtual, principalmente agora, a gente já está há
2716 dez meses na pandemia. Assim, já passaram dez meses, já existem medidas
2717 identificadas. Então, não estamos falando de uma pandemia que começou ontem.
2718 Estamos falando de uma pandemia que já tem dez meses, tem reuniões presenciais
2719 acontecendo, ontem mesmo a plenário do CNJ, anteontem vários conselheiros
2720 estavam fisicamente ali, com medidas de biossegurança. Então, existem essas
2721 medidas. Então, o Comitê de prevenção e combate à tortura, eu acho que a nossa...
2722 Nossa é ótimo. Eu estou aqui como convidado permanente. Seria de buscar
2723 exatamente que prevaleça as medidas de biossegurança e reforçar que a audiência
2724 de Custódia é um ato presencial, é uma condução da pessoa em contenção.

2725 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) –**
2726 Se você entende necessária uma manifestação pública, a gente podia conduzir
2727 assim, o Comitê está decidido por conversar com o CNJ sobre essa situação, pelo
2728 menos a gente faz uma manifestação pública, estamos preocupados e vamos
2729 conversar. Eu acho que já daria uma resposta à sociedade que a gente está
2730 preocupado, mas sem aprovar nada agora. Eu confesso, Sylvia, eu estou



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2731 preocupada. Daqui a pouco o número da segunda onda aumente e tudo muda.
2732 Então, a gente pode se manifestar publicamente que estamos preocupados de que
2733 vamos conversar com o CNJ, já seria uma resposta pública da nossa preocupação.
2734 Podemos encaminhar assim?

2735 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Por favor, Sylvia.

2736 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Ministra,
2737 mas para a gente encaminhar assim, a gente precisa saber que ato a gente está
2738 fazendo, qualquer manifestação pública que a gente faça, é um ato do Comitê.
2739 Então, o que que ele é? Ele é uma nota? Uma recomendação?

2740 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)** –
2741 Pode ser uma nota pública do Comitê no sentido que nós vamos buscar o diálogo
2742 com o CNJ sobre essa recomendação.

2743 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Ótimo. E
2744 a gente vai fazer essa nota pública agora?

2745 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Não, não. Aí a minha observação,
2746 Caio, é a mesma que eu fiz antes, vamos mandar esse texto lá, a mesa pode
2747 aprovar, vai ter reunião. Karol, qual é o dia da reunião da mesa?

2748 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – 14 de
2749 dezembro.

2750 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Ainda em tempo, não é?
2751 Temporâneo. Então assim, podemos a Sylvia ajudar nessa redação, que a Sylvia
2752 está por dentro...

2753 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – A
2754 redação está pronta. Eu vou retirar meu requerimento, então, de uma



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2755 recomendação eu vou enviar esse texto como uma proposta de nota pública, daí eu
2756 espero um esforço, inclusive, um compromisso da presidente, de orientar os
2757 membros do governo na mesa diretora para que a gente aprove na reunião da mesa
2758 diretora no dia 14 e que tão logo ela seja expedida e publicada. Pode ser?

2759 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) –**
2760 Sem o prejuízo de a gente já buscar uma audiência com o CNJ, uma conversa.

2761 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade) –** Então,
2762 quem sabe a gente faz assim: eu retiro meu encaminhamento, é o envio o texto para
2763 nota pública e agora, agora a gente vota o seguinte encaminhamento, que o
2764 gabinete irá marcar uma reunião com o CNJ, pode ser?

2765 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) –**
2766 Ok. Todo mundo concorda? Podemos assim?

2767 **Interlocutora não identificada –** Pela ordem, estar sendo usada a palavra a gente,
2768 a gente vai conversar com o CNJ. Quem é a gente? O Comitê?

2769 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) –**
2770 O Comitê.

2771 **Interlocutora não identificada –** Os doze integrantes da sociedade civil e do
2772 governo?

2773 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) –**
2774 A reunião sendo marcada, a gente faz como a gente fez com o tribunal do DF. A
2775 gente dar conhecimento a todos os membros, quem puder e tiver interesse em
2776 participar da reunião, participa com a gente, ok?

2777 **Interlocutora não identificada –** Está ótimo, obrigada a Ministra.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2778 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Caio, eu só peço, então, para seguir
2779 aquele procedimento, mandar para a mesa diretora o texto, não é? Esse texto pode
2780 ser compartilhada...

2781 **Interlocutora não identificada** – Dessa reunião com o CNJ, porque...

2782 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Só um momentinho, compartilhado
2783 com todos o texto, não é? E aí manda para a mesa diretora, a mesa diretora já vai
2784 com esse indicativo de fechar o texto para publicação, perfeito?

2785 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** –
2786 Obrigado Sávio, vou fazer esse encaminhamento. E daí a Cândida pediu a palavra,
2787 mas, que a gente coloque aqui que a gente votou então, a marcação de uma
2788 reunião com a presidência do CNJ...

2789 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Eu
2790 quero um esclarecimento sobre isso, é exatamente essa a minha fala.

2791 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Por favor Cândida. Por favor.

2792 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Eu
2793 quero saber qual é o objetivo dessa reunião com o CNJ, porque o CNJ já se
2794 posicionou publicamente até é onde eu sei, aí vocês me corrijam, se eu estiver
2795 errada. Não tem sentido a gente, enquanto Comitê conversar com o órgão que já se
2796 posicionou publicamente sobre isso da qual a nossa posição é contrária. Assim, eu
2797 não entendo.

2798 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Eu posso estar errado, mas assim, o
2799 que eu entendi é a gente construir uma ponte com o CNJ e colocar algumas
2800 considerações, para que eles possam rever esse ato. A ideia é a revisão, não é?
2801 Não significa que nossa publicação de resolução vai gerar uma revisão do ato do



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2802 CNJ. Então, o diálogo junto ao CNJ para construir essa ponte, apresentar algumas
2803 ponderações para ver se eles fazem, possam fazer essa revisão de ofício.

2804 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) – Ok,**
2805 ok. Obrigada pelo esclarecimento.

2806 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade) – Sávio, tu**
2807 pode colocar isso em votação, então?

2808 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) –** Eu acho que já está aprovado, não é?
2809 Pelo adiantado da hora, não precisamos passar, salvo alguma ressalva aí de
2810 alguém, mas eu acho que já está aprovada. Ministra, podemos encaminhar assim?

2811 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) –**
2812 Eu creio que sim,, a gente podia, não sei se vai precisar do voto individual, mas eu
2813 creio que sim. Tudo bem?

2814 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade) –** Só pedir
2815 para a Ministra, então, da por aprovada a marcação da reunião.

2816 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) –**
2817 Ok. Aprovada a marcação da reunião, comunicado a todos os membros do Comitê,
2818 levando a nossa preocupação e o nosso posicionamento sobre a resolução CNJ,
2819 ok?

2820 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) –** Bom, perfeito. Para finalizar, Karol...
2821 Só momento. Quem? Sylvia, não é? Sylvia primeiro, depois Márcia, por favor.

2822 **Sra. Sylvia Dias (Delegada da Associação para Prevenção da Tortura no**
2823 **Brasil) –** Sim, só para o encaminhamento que a Ministra eu na reunião, só para
2824 esclarecer, marcar a reunião e convidando a todos os membros do CNPCT, mas eu
2825 queria também que entrasse aí convidados permanentes também, assim como na



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2826 outra que nós estivemos, também que eles possam estar, serem informados que
2827 estar presentes.

2828 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) –**
2829 Ok.

2830 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) –** Registrado Sylvia. Como um mesmo
2831 modelo com o TJ DF, não é? Que teve a participação dos convidados. Então,
2832 Márcia, para finalizar eu vou pedir para ser bem breve, para a Karol poder
2833 apresentar ainda, tá? Por favor.

2834 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
2835 **Luta Antimanicomial) –** Tá, Sávio. Não, a minha proposta, só para esclarecer que
2836 a minha proposta, dia 4, é a mesma proposta do Mecanismo, está lá, eu repeti na
2837 minha fala, que é exatamente publicar uma resolução que... Atendimento de
2838 crianças e adolescentes... Não é o GT, eu falei assim, que o GT pode ser uma
2839 estratégia para a gente dialogar melhor, para elaborar a resolução, mas a proposta
2840 não é criação do GT. É a publicação da resolução. Só isso Sávio.

2841 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) –** Vamos pedir o ajuste, então, viu
2842 Karol? Então, Karol, se pudesse ter de usar esses encaminhamentos para a gente
2843 apreciar e finalizar a reunião.

2844 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
2845 **Tortura e Violência Institucional) –** É, eu registrei 9 encaminhamentos, sendo que
2846 o primeiro já foi aprovado. 9? Isso. 9 encaminhamentos, sendo que o primeiro foi
2847 aprovado. O segundo encaminhamento é um encaminhamento que a Fernanda fez,
2848 o primeiro, um ponto que ela pede é para encampar as quatro recomendações que
2849 o Mecanismo fez, na apresentação do Daniel, e aí eu coleí as recomendações que o
2850 Daniel colocou no slide no Chat, a terceira recomendação da Fernanda... O terceiro



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2851 encaminhamento feito pela Fernanda: encaminhar ofícios a autoridades do
2852 executivo municipal e estadual, bem como Ministério público e defensoria pública
2853 para que informem quais medidas foram adotadas para interromper as violações
2854 enunciadas no relatório do Mecanismo, proposta de encaminhamento 4 feita pela
2855 Márcia: conforme relatório apresentado pelo Mecanismo, e que apresenta a prática
2856 de maus-tratos, torturas e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes,
2857 solicitamos esclarecimentos à SENAD e ao Ministério da saúde, a aplicação dos
2858 recursos destinados à essa entidade apresentando um relatório sobre a execução
2859 desses repasses a entidade, encaminhamento 5 feito pela Márcia: publicar uma
2860 resolução que v se ede atendimento de criança e adolescente em comunidade
2861 terapêutica, encaminhamento 6, Márcia: conforme relatório apresentado pelo
2862 Mecanismo que apresenta a prática de maus-tratos, torturas e outros tratamentos
2863 cruéis, desumanos e degradantes, solicitamos a suspensão do repasse de recurso
2864 público e interdição da entidade da entidade, encaminhamento 7...
2865 Encaminhamento sete eram dois do Caio dois, na verdade, que a proposta da
2866 recomendação que caiu com a aprovação da reunião e a retirada da reunião
2867 extraordinária de dezembro. Encaminhamento 8 Quirino: não votar os
2868 encaminhamentos sem ouvir a comunidade terapêutica, considerando o direito ao
2869 contraditório, encaminhamento 9, do Quirino: se tiver CT, incluir representantes das
2870 comunidades terapêuticas. O Henrique falou, mas eu não consegui também, não
2871 consegui fazer o registro, foi muito rápido. Então, eu queria, essas anotações que
2872 eu consegui fazer, e aí consulto então, a Ministra e ao Sávio como a gente faz,
2873 como que a gente procede essa deliberação?

2874 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Eu retirei
2875 os meus encaminhamentos, está bem?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2876 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
2877 **Tortura e Violência Institucional)** – Tá, então retiro essa questão da reunião
2878 extraordinária.

2879 **Interlocutora não identificada** – Karol, você poderia colocar no Chat na ordem,
2880 esses encaminhamentos, por gentileza?

2881 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
2882 **Tortura e Violência Institucional)** – Claro.

2883 **Interlocutora não identificada** – Como um documento, não sei Karol, para colocar
2884 no word e abrir aqui não, para todo mundo? Não sei. O Chat fica para ler.

2885 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
2886 **Tortura e Violência Institucional)** – Um momento, então, que eu vou abrir aqui.

2887 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** –
2888 Karol, uma questão que eu fiquei em dúvida, nós tivemos a pauta temática da
2889 questão dos Comitês estaduais e sobre isso, e encerramos? Não houve nenhum
2890 encaminhamento sobre isso?

2891 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
2892 **Tortura e Violência Institucional)** – Só um instante.

2893 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** –
2894 Para. Porque eu não entendi se essa pauta terminou.

2895 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Esse ponto, Vitória, me parece, esse.
2896 Me parece, Vitória, que a ideia era trazer aqui para o Comitê, porque o próximo ano
2897 e o CNPCT pensou em fazer esse trabalho estadual e já é uma demanda antiga
2898 buscar realmente a implementação de Comitês e Mecanismos estaduais. Então,
2899 nós trouxemos isso para essa reunião, para os colegas pensarem medidas



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2900 estaduais nessa visita institucional. Então, isso pode ser trazido na próxima reunião,
2901 ok? Isso vai ser um plano para o próximo ano todo. Então, os colegas podem
2902 pensar, quem tem contato nos estados, sugerir uma pauta no estado para tratar
2903 sobre esses temas.

2904 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
2905 **Tortura e Violência Institucional) –** Vocês receberam?

2906 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) –**
2907 Sávio, eu entendi e aí eu colocaria, então, minha proposta de que alguém da
2908 sociedade civil faça parte dessas, sempre dessa comitiva de governo que vai fazer
2909 essas agendas estaduais, porque o Comitê é isso, não é? Se a gente está indo
2910 como Comitê, o Comitê é governo e sociedade civil. Então, eu sugiro que sempre
2911 tenha alguém da sociedade civil presente, para que não vire apenas uma visita
2912 governamental e outro. Karol, é que a minha sugestão da reunião extraordinária
2913 permanece. De preferência, para depois da reunião do CNJ.

2914 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
2915 **Tortura e Violência Institucional) –** Antes... Gente, eu estou operando só em um
2916 canal. Então, eu gravei o arquivo, eu encaminhei. Vocês receberam? Aqui no Chat?

2917 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) –** Karol assim, eu não sei se você tem
2918 aquela opção para projetar esse arquivo aqui para os encaminhamentos, acho que
2919 foi esse o pedido da Sylvia, não é?

2920 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
2921 **Tortura e Violência Institucional) –** Projetar tudo bem, é só que tinham pedido
2922 para mandar em documento. Eu estava seguindo a sugestão, só um instante, então,
2923 pessoal.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2924 **Sra. Sylvia Dias (Delegada da Associação para Prevenção da Tortura no**
2925 **Brasil)** – Não Karol, meu pedido foi exatamente esse do Sávio, projetar aqui, exato,
2926 fica mais fácil que no Chat.

2927 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
2928 **Tortura e Violência Institucional)** – Eu aprendi a seguir a literalidade com
2929 algumas coisas aqui do Comitê. Então, pede para mandar o arquivo, a gente manda
2930 arquivo. Não tem problema. Vocês estão conseguindo visualizar? Vou aumentar
2931 aqui, mais uma vez peço desculpa...

2932 **Sr. Quirino Cordeiro Junior (Ministério da Cidadania)** – Eu tenho uma questão
2933 de ordem aqui, se eu pudesse falar um pouquinho em algum momento, eu
2934 agradeço. Quirino quem fala.

2935 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Sobre os encaminhamentos já
2936 também, Quirino?

2937 **Sr. Quirino Cordeiro Junior (Ministério da Cidadania)** – É exatamente.

2938 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Tá, por favor, então, que nós vamos
2939 entrar na fase aqui da votação, se caso tenha alguma divergência, por favor.

2940 **Sr. Quirino Cordeiro Junior (Ministério da Cidadania)** – Em relação às pautas aí
2941 das comunidades terapêuticas, tem dois encaminhamentos que colocaram aí como,
2942 enfim, como sendo eu que fiz, são os dois últimos. E tem outros dois anteriores, eu
2943 acho que eles entram numa certa contradição aí. Eu queria só, questão de
2944 entendimento aí, de esclarecimento que eu coloco é: está se propondo a criação de
2945 um grupo para avaliar, para avaliar essa fiscalização específica, essa vistoria que
2946 foi feita na comunidade na comunidade terapêutica de Itamonte, que também esse
2947 grupo vai avaliar outras questões concernentes ao acolhimento de adolescentes em
2948 comunidades terapêuticas, mas aí enfim, tem duas recomendações, 2



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2949 encaminhamentos. Um deles já para que haja a suspensão dos recursos dessa
2950 entidade, enfim, obviamente que por mais respeitoso que possa ser o relatório
2951 apresentado aqui, a gente precisa no mínimo averiguar essas questões, ou seja, a
2952 nossa secretaria que é responsável no governo federal por essa política pública nós
2953 se quer recebemos esse relatório, ou seja, foi apresentado agora o resultado da
2954 fiscalização, nós não recebemos isso de maneira antecipada e já tem o
2955 encaminhamento para suspender o recurso, ou seja, eu acho esse
2956 encaminhamento totalmente inapropriado, mas enfim, eu só quero colocar essa
2957 questão, inclusive, para o colega que o apresentou, para ver se é isso mesmo,
2958 enfim, ou seja, sem nenhum tipo de contraditório, se não, tiver averiguação
2959 adicional, só com o que foi apresentado aqui, inclusive, nenhum membro desse
2960 coletivo aqui recebeu o relatório da vistoria. Então, eu queria saber se dessa
2961 maneira mesmo, de maneira arbitrária, vai ter uma resolução com suspensão do
2962 recurso, essa é a primeira coisa. E a segunda coisa também, enfim, a gente tem um
2963 outro encaminhamento, que é para a criação de uma resolução que se manifesta
2964 pela revogação da resolução nº 3 do CONADE, ou seja, então, é isso daí que eu
2965 estou querendo entender para ver que é isso mesmo, ou seja, se cria uma situação
2966 aqui, se apresenta um caso e aí já se faz um link com a resolução e se vota pela
2967 revogação dela, então, eu só estou querendo entender essa questão se esses
2968 encaminhamentos vão ser tomados mesmo sem a criação do grupo de trabalho,
2969 porque também se não, não precisa nem criar o grupo de trabalho, não é? Ou seja,
2970 se já vai tocar o pau em cima disso sem a criação do grupo de trabalho atropelando
2971 qualquer tipo de avaliação mais pormenorizada sobre a questão, eu só queria
2972 entender essa situação, por isso eu coloquei essa questão de ordem.

2973 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Perfeito. O Daniel que fez a sugestão.
2974 Daniel, já até questiono se essa sugestão, ela pode ser transformada em um
2975 encaminhamento lá para o órgão competente, para analisar se a situação é uma



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2976 situação de suspensão realmente desses recursos, não é? Imediato. O Daniel pediu
2977 a palavra, por favor Daniel.

2978 **Sr. Daniel Caldeira de Melo (Assessor do Mecanismo Nacional de Prevenção e**
2979 **Combate à Tortura)** – Sávio, todas as entidades citadas no relatório, inclusive, o
2980 CNPCT receberam ofício com o relatório, nem que de acesso, PDF ele que de
2981 acesso do nosso site no dia 18 de outubro. Então, desde o dia 18 esse relatório já foi
2982 público, como informei antes, no dia 15 de outubro a gente informou para as
2983 autoridades competentes estaduais o relatório completo, com mais detalhes,
2984 citando nomes e tudo mais, que estão no campo das ações judiciais que foram
2985 formadas, do Ministério público estadual de Minas Gerais e pela procuradoria do
2986 estado de Minas Gerais. Então, no dia 15, esses já receberam que são as
2987 autoridades, assim como defensoria e os conselhos de classe, e para o relatório
2988 público, foram todas as entidades já citadas no dia 18. Inclusive, com a
2989 movimentação no SEI do Comitê de recebimento desse documento. Então assim,
2990 foi encaminhado para o Comitê, e aí a gente entende que cabe ao Comitê a
2991 distribuição, inclusive, encaminhado de maneira errônea, peço até desculpas aqui
2992 presencialmente, que ainda mandei para a vitória, Sávio, porque ainda não tinha me
2993 atinado que você já estava ocupando a vice-presidência e, e foi avisado pela Karol
2994 sobre isso, em resposta sobre essa informação. Então sim, o Comitê já estava
2995 ciente. Se não chegou a todos os membros, eu acho que diz desse histórico que
2996 tem sido pontuado desde o início da reunião de algumas lacunas no trabalho, que
2997 acredito que a falta de profissionais possa ser um dos vetores, mas longe de mim de
2998 caber essa avaliação, não me cabe essa avaliação. Então, deixando esses
2999 esclarecimentos, inclusive, encaminhei para o senhor Quirino, como responsável
3000 pela secretaria que ele ocupa. Então, se não ouviu recebimento, eu acho que é
3001 importante verificar dentro dos sistemas de cada entidade, ou agora eu posso
3002 reencaminhar, se o doutor Quirino assim quiser um ofício para ele, ele me
3003 disponibilizando e-mail que talvez possa ter sido errado.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3004 **Sr. Quirino Cordeiro Junior (Ministério da Cidadania)** – Claro, acho isso
3005 extremamente importante.

3006 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Tá, perfeito, então, para a gente
3007 passar para a votação... Só um momentinho, Márcia, como o Daniel fez a proposta,
3008 nós vamos passar para a votação agora. Então...

3009 **Interlocutora não identificada** – A proposta foi feita por mim.

3010 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Só um momento, Márcia.

3011 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)** –
3012 Suspensão de repasse de recurso público e interdição da entidade. Eu quero que
3013 vocês pensem bem na gravidade disso, a interdição da entidade. O nosso Comitê
3014 vai recomendar, solicitar a interdição da entidade, se está sub judice, pelo que o
3015 Daniel falou, o Ministério público já entrou com ação, é exatamente isso que a gente
3016 vai votar? A interdição da entidade? Eu não estou entendendo.

3017 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Pois é. Questiono Daniel, podemos
3018 fazer, não sei se a proposta foi da Márcia ou Daniel, podemos fazer uma adequação
3019 nesse encaminhamento aqui? Para apreciação.

3020 **Sr. Daniel Caldeira de Melo (Assessor do Mecanismo Nacional de Prevenção e**
3021 **Combate à Tortura)** – Acredito que a Márcia, viu Sávio? Porque eu não sou
3022 membro, não é? A gente entra como convidado, apresentando a pauta, claro.
3023 Então, eu acredito que a Márcia...

3024 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – É verdade. Márcia, por favor, a Márcia
3025 pediu a palavra. Por favor, Márcia.

3026 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
3027 **Luta Antimanicomial)** – Sim, a proposta... Dos recursos, levando em consideração



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3028 o que foi apresentado pelo relatório do Mecanismo, o relatório, ele aponta o fato
3029 concreto, inclusive, no que diz respeito à total violação de direitos dentro da
3030 entidade, todos esses casos estão sendo sim apontados e investigados pelo
3031 Ministério público federal, inclusive já pediu a suspensão, o Daniel pode até me
3032 esclarecer, eles pediram também a interdição da entidade, o meu encaminhamento
3033 é esse. Suspensão de recurso e que esse Comitê, é exatamente que esse Comitê
3034 possa enviar um ofício para as entidades que regulam recursos pedindo a
3035 suspensão interdição dessas entidades, esse é o meu encaminhamento...

3036 **Sr. Quirino Cordeiro Junior (Ministério da Cidadania)** – Sávio, Sávio, na
3037 manutenção dos dois encaminhamentos, eu peço vistas. Eu acho que a gente não
3038 tem condições de votar a isso, a gente não recebeu nenhum material. Isso foi
3039 trazido nessa reunião e são dois encaminhamentos que podem causar graves
3040 problemas de assistência para as pessoas, eu peço vistas a esses dois
3041 encaminhamentos, acho que a gente não está, como o grupo aqui, preparado para
3042 fazer essa votação com essa gravidade.

3043 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Tá, perfeito. Dentro da ponderação do
3044 pedido de vista do representante do Ministério da Cidadania, pergunto, Márcia, se
3045 podemos encaminhar esse documento para análise, fazer uma adequação, mandar
3046 para o órgão competente, apenas para fazer uma análise sobre a viabilidade de
3047 suspensão de enfim, comunicar, salvo engano até essa interdição é estadual, não
3048 é? Não é nem federal. Então assim, teria ainda que conversar com o estado, posso
3049 estar equivocado, não é?

3050 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
3051 **Luta Antimanicomial)** – O encaminhamento é exatamente para essa proposta,
3052 que seja enviado como ofício para os órgãos competentes que regulam o
3053 Mecanismo para que seja proposto, para que seja realizada essa proposta de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3054 suspensão, é algo que cabe ao governo federal ou estadual a suspensão, a gente
3055 não pode definir isso, quem define como é o judiciário, ou é o próprio governo do
3056 estado, a gente está sugerindo, a gente está aqui propondo encaminhamentos que
3057 sejam feitas a partir dos relatos, não é? Que foram apresentados aqui e que esse
3058 Comitê, ele tem essa prerrogativa sim. Como é a constatação de violação de
3059 direitos em entidades de privação de liberdade, isso é regido por lei, pela lei que
3060 regulamenta inclusive, o sistema de prevenção e combate à tortura e esse órgão...
3061 Também, a solicitação de suspensão de recurso público de entidade de privação de
3062 liberdade que se tenha comprovado situações relacionadas a maus-tratos, torturas,
3063 situações desumanas. Então, é uma atribuição desse Comitê.

3064 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Perfeito, até para dar ciência
3065 adequada que foi alegado pelo colega membro do Comitê, então, tem o deferimento
3066 dessa vista para análise do material, agora que foi apresentado aqui, e pedir para
3067 regimentalmente para trazer na próxima Reunião Ordinária. Perfeito? Ministra, é
3068 isso mesmo? Eu estou aqui apenas tentando alinhar aqui, mas o deferimento da
3069 vista é da presidência.

3070 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)** –
3071 Vistas concedidas.

3072 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
3073 **Luta Antimanicomial)** – Só para complementar, Sávio, a gente não interdita, a
3074 gente recomenda. É um ofício solicitando a interdição, o nosso Comitê não tem
3075 poder para interditar. Só quem faz isso é o Ministério público federal e o judiciário, o
3076 sistema de justiça. Nosso papel é de recomendação, é de enviar um ofício falando
3077 da gravidade da situação, é isso. Eu acho que o encaminhamento é para isso. A
3078 gente não tem poder de interditar, para que fique claro, ok?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3079 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Obrigado, viu Márcia pelo
3080 esclarecimento? Karol, podemos tirar, então, esse ponto de foi deferido à vista para
3081 o doutor Quirino a analisar o caso de trazer na próxima Reunião Ordinária.
3082 Podemos passar para os próximos?

3083 **Sr. Quirino Cordeiro Junior (Ministério da Cidadania)** – Na verdade Sávio, são 2
3084 pedidos de vista, para esse ponto de pauta e também aquele que solicita e que
3085 recomenda a revogação da resolução de acolhimento de adolescentes em
3086 comunidades terapêuticas, resolução essa do CONADE.

3087 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3088 **Tortura e Violência Institucional)** – Só para organização. Então, considerando
3089 esse pedido de vista do doutor Quirino, na minha avaliação fica prejudicada a
3090 análise do encaminhamento 2, uma vez que tem, que consta essa questão da
3091 resolução do CONADE que ele mencionou agora, fica prejudicado o
3092 encaminhamento nº 6. Vou só retomar aqui, o encaminhamento número 2 da
3093 Fernanda era: que o Comitê encampe e as quatro recomendações realizadas pelo
3094 Mecanismo, conforme apresentação foi feita, quais são essas quatro
3095 recomendações? Só para deixar bem fresco na, o que o Daniel apresentou agora
3096 mais cedo. 1, fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, apresentar... Estou
3097 sintetizando, tá? Apresentar relatórios sobre a execução. Parará, parará... 2, adotar
3098 as medidas administrativas e judiciais para que a resolução do CONADE nº 3 seja
3099 revogada e... Pararam, pararam... Item 3: produzir e publicar resolução,
3100 recomendação que vede o atendimento de crianças e adolescentes em
3101 comunidades terapêuticas, item 4 apurar situações de maus-tratos apresentadas no
3102 relatório. Considerando essa fala do Dr. Quirino, eu entendo que por conta do item
3103 dois das recomendações do Mecanismo fica prejudicado a adoção do item, do
3104 encaminhamento 4. Confere?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3105 **Sra. Fernanda** – Karol, termina sendo muito prejudicial esse pedido de vista, tendo
3106 em vista que foi colocado aqui de uma forma muito objetiva e séria pelo Mecanismo
3107 nacional, não é? A gente ainda está, a encampação das recomendações e ainda
3108 que posteriormente, se abre espaço e tal, para eventualmente se fazer ali a defesa
3109 da comunidade terapêutica eventualmente queira, mas você impedir de imediato a
3110 fiscalização de aplicação de recursos, o impedimento das violações que foram
3111 detectadas, isso na verdade, é atuar contra a prevenção de tortura. Isso é muito
3112 grave, a gente ouviu aqui um Mecanismo trazendo considerações de adolescente
3113 que é colocado em piscina ao sol o dia inteiro como forma de punição, adolescente
3114 que é privado de liberdade, e a gente ouvir isso e simplesmente não adotar
3115 nenhuma recomendação? Isso é muito grave como postura do Comitê Nacional de
3116 prevenção e combate à tortura.

3117 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3118 **Tortura e Violência Institucional)** – Fernanda, eu queria sugerir, então, às vezes
3119 desmembrar seu encaminhamento, que aí fique o encaminhamento de cada item
3120 que o Daniel colocou.

3121 **Sra. Fernanda** – Sinceramente, eu acho muito complicado isso, não é? A assim...

3122 **Sr. Quirino Cordeiro Junior (Ministério da Cidadania)** – Só fazer um
3123 esclarecimento aqui, ninguém está querendo apaziguar uma situação, a gente não
3124 está querendo. Tanto é que os nossos fiscais da SENAPRED foram...

3125 **Interlocutora não identificada** – Questão de ordem, por favor, porque essa
3126 reunião está virando um bate-boca do Quirino com o Mecanismo e a gente tem...
3127 Para fazer.

3128 **Sr. Quirino Cordeiro Junior (Ministério da Cidadania)** – Inclusive, sem a gente
3129 ter o relatório, é tomar decisões dessa magnitude. É simplesmente isso.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3130 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) –**

3131 Eu acho, então, que eu vou ignorar a inscrição, porque eu acho que como o Quirino
3132 pode falar à vontade, eu vou me sentir também à vontade para falar o momento que
3133 eu quiser falar que é nesse momento. No nosso artigo 14 diz que consegue vista,
3134 cabe a presidência do Comitê conceder vista a matéria não votada, com
3135 determinação de prazo para essa matéria. Então, a gente consegue vista ou não
3136 consegue a uma matéria, não é? E não ao encaminhamento. A matéria é a matéria
3137 geral do Comitê. Não existe pedido de vista em relação a encaminhamentos
3138 específicos, é isso a nossa normativa. Então, qual é a matéria que houve aqui um
3139 deferimento da vista? E eu fiquei confusa em relação a isso. Que matéria que o
3140 Quirino precisa de mais tempo para analisar, sendo que os relatórios do Mecanismo
3141 foram enviados em 18 de outubro, se não me engano, mas há mais de um mês
3142 atrás. Eu queria entender melhor que matéria é essa? Porque não existe vista de
3143 encaminhamento. Se não é óbvio, o nosso Regimento não prevê isso, se não, iria
3144 paralisar completamente todas as votações, cada vez, se cabe encaminhamento
3145 emitisse avista. Então, se não há uma matéria específica, ele está se opondo a
3146 apresentação do relatório? A resolução específica? Não existe uma matéria que
3147 não tem materialidade nenhuma dessa vista. Então, a gente vai votar o
3148 encaminhamento, não existe vista de encaminhamento.

3149 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3150 **Tortura e Violência Institucional) –** É, ele tinha feito três indicações, eu até ajudei
3151 a agora: suspensão dos repasses, interdição e suspensão da resolução.

3152 **Interlocutora não identificada –** É, então, justamente, ele está fazendo
3153 adequações dentro de um pedido de encaminhamento. Então, ou ele faz o pedido, a
3154 proposta de encaminhamento dele, que seria por não votar em nada disso e a gente
3155 vota, então, o encaminhamento dele, mas não existe adequação de votação dentro
3156 de encaminhamento de outra pessoa. O encaminhamento da Márcia e da Fernanda



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3157 é claro. A gente vota nisso, não existe pedido de vista de um encaminhamento, o
3158 nosso Regimento é bem claro em relação a isso.

3159 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3160 **Tortura e Violência Institucional)** – Então, considerando essa observação, eu
3161 acho que tem um pedido, não é? Do Sávio em relação ao tempo. A gente tem
3162 alguns encaminhamentos pendentes aqui para avaliação, e aí eu gostaria de
3163 consultar, então, ou Sávio com a Ministra, se ela puder nos orientar em relação à
3164 condução como que a gente faz esse segmento, se a gente, então, dá vistas a toda
3165 a matéria que seria esse ponto de pauta do Mecanismo, na minha compreensão, ou
3166 se a gente entra então, na votação ponto a ponto e aí seguimos com o debate.

3167 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)** –
3168 Doutor Sávio, quer falar?

3169 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Por favor, Ministra. A palavra está
3170 com a senhora.

3171 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)** –
3172 Olha, eu acho que o assunto é por demais delicado. Como é que nós vamos, gente,
3173 adotar medidas administrativas e jurídicas cabíveis contra a resolução do CONADE,
3174 como é que a gente vai montar isso agora? As recomendações do Mecanismo, elas
3175 estão no relatório, a gente recebe o relatório, mas a gente não tem que adotar todas
3176 as recomendações do Mecanismo. Então, a minha preocupação é de trazer no
3177 pacote as recomendações do Mecanismo, nem o CONANDA tem... Olha, uma
3178 sugestão aqui para o Mecanismo, não existe resolução do CONANDA proibindo
3179 crianças em comunidades terapêuticas. Onde tenha um ofício do CONANDA, há
3180 uma secretaria, vamos no site do CONANDA, não tem nenhuma resolução, se nem
3181 o CONANDA decidiu ainda sobre isso, como é que nós Comitê vamos decidir isso
3182 agora? Eu acho que é delicado a gente voltar essas recomendações todas, a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3183 proposta do Quirino lá embaixo, quando ele traz que cria-se um grupo de trabalho
3184 para a gente discutir esse relatório, a gente não vai se opor, e tem mais gente, a
3185 Andresa está informando aí quantas medidas já foram tomadas, conselhos de
3186 classe estão se posicionando, Ministério público tem ação cível, as medidas
3187 jurídicas com relação a essas violações de direitos, todas já foram tomadas, o que
3188 mais a gente vai fazer? Vamos acompanhar aí a sugestão do repasse de recursos,
3189 que a SENAPRED verifica a possibilidade da suspensão do repasse de recurso,
3190 esse sim vou enviar para encaminhamento que verifique, mas a gente não
3191 recomende, é eles que têm um Mecanismo para verificar se vai continuar ou não o
3192 repasse. Então, eu estou achando pode mais delicado esse ponto para a gente
3193 votar agora no final de uma reunião, assuntos que nem o CONANDA se manifestou
3194 ainda.

3195 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Ministra, eu quero fazer o coro
3196 também com relação às medidas que já foram, em que pese Fernanda, você como
3197 defensora, eu sei que você busca sempre as ações, mais límpidas possíveis, não
3198 é? Mas nesse caso, nós temos medidas judiciais que já foram adotadas, nós temos
3199 medidas judiciais que já foram promovidas, não é? Então, entendo também seria
3200 pertinente, um colega conceder, é um relatório de Mecanismo, relatório de
3201 Mecanismo para apreciar não só como um membro do Comitê, mas como um
3202 representante que trata da matéria para apreciar e trazer isso para o colegiado, eu
3203 sou fã do trabalho dos peritos do Mecanismo, mas também entendo que o Comitê
3204 deve sim fazer um filtro, o Comitê deve pegar essa matéria, apreciar, dialogar com o
3205 Mecanismo, dialogar com as contas que nós temos dentro do Comitê, seja
3206 sociedade civil ou governo. Então, esse é o momento de dialogar com o órgão e
3207 perguntar, trazer mais informações. Então, a minha proposta é que conforme foi
3208 pedido vista já deferido, aguardemos um parecer, uma manifestação do colega
3209 Quirino para a próxima reunião sobre esse assunto.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3210 **Interlocutora não identificada** – Então, todos os pontos, a gente passaria para o
3211 doutor Quirino, para inclusive, análise dele de sugestões de encaminhamentos para
3212 a reunião?

3213 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – O
3214 relatório em outubro, dia 18 de outubro, e a gente podia colocar em regime de
3215 votação, já que é uma obrigação da presidência colocar em regime de votação das
3216 matérias que são colocadas no plenário.

3217 **Interlocutora não identificada** – Isso que eu queria saber. Os encaminhamentos
3218 vão ser votados?

3219 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Só um esclarecimento, nós temos
3220 que voltar, como a gente sempre coloca para votação, de novo, esse Comitê aqui,
3221 nós estamos buscando um alinhamento ombro a ombro, um trabalho consistente,
3222 um trabalho seja sociedade civil ou governo, não é composição, nós estamos
3223 buscando a melhoria da prevenção e combate à tortura, todo mundo tem esse
3224 objetivo aqui. Então, colocar para votação, sim, tanto que foi apresentado aqui, nós
3225 estamos buscando uma redação, só que ao mesmo tempo todos aqui, nós temos
3226 que observar o princípio da legalidade. Existe uma previsão do pedido de vista, o
3227 colega que trata desse assunto quer se aprofundar nesse pedido de vista. Então, é
3228 pertinente o Comitê aguardar, aguardar essa manifestação.

3229 **Sra. Fernanda** – Sávio, só um esclarecimento, como a Vitória colocou, o nosso
3230 movimento, não há pedido de vistas para o encaminhamento. É só um
3231 esclarecimento que eu quero, os encaminhamentos impostos aqui pelo plenário vão
3232 ser votados agora? Todos os encaminhamentos, conforme nosso Regimento?
3233 Porque isso de matéria geral, a gente está voltando o encaminhamento, certo? Eu
3234 só quero esclarecer se eles vão ser votados agora.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3235 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) –**
3236 Vocês não entendem desses encaminhamentos como matéria? Vocês não apóiam
3237 essa encaminhamentos aqui, os relatórios do Mecanismo como matéria discutida
3238 hoje? E vocês não apóiam isso como matéria? Se é matéria, se foi discutida, cabe
3239 pedido de vista sim, gente. Fernanda, deixa eu falar uma coisa para você, a gente
3240 vai ficar agora discutindo, nós vamos votar, se decidir pela votação, um por um dos
3241 encaminhamentos do Mecanismo, nós não vamos terminar antes de 5 da tarde.
3242 Fernanda, causou indignação e preocupação em todos o relatório do Mecanismo.
3243 Nós não estamos aqui passando pano na entidade. Nós só estamos preocupados
3244 com a delicadeza de algumas recomendações, a pergunta é: você não tem sua
3245 recomendação, Fernanda ou a gente pode criar um grupo de trabalho, eu inclusive
3246 gostaria de ir nessas entidades, gente. Eu estou indignada com o que eu vi. É bom
3247 que isso fique muito claro, mas nós temos detalhes bem delicados aqui no
3248 encaminhamento do CONANDA... Do Mecanismo. Se a Fernanda pudesse gerar a
3249 indicação dela e a gente caminhar pela criação do grupo, a gente se debruçar sobre
3250 relatório do Mecanismo, porque é um relatório muito delicado, muito sério, gente.

3251 **Sra. Fernanda –** Ministra, obrigada pela consideração, não é? E por tentar essa
3252 conciliação, realmente é muito importante como a senhora falou nós ouvimos todos
3253 aqui as considerações da Andresa, são muito preocupantes, não é? Eu trabalho
3254 com infância e juventude e não consigo imaginar, sinceramente, chegando numa
3255 comunidade terapêutica e vendo todas essas violações, não é? Isso é, só de a
3256 gente ouvir, causa perturbação, imagina indo lá. Então, realmente, não tem como
3257 não se dar crédito ao que foi colocado aqui pelo Mecanismo nacional. O que eu vi
3258 quanto ao ponto da resolução do CONADE, que o Mecanismo trouxe aqui com
3259 muita propriedade foi a questão da ampla participação para reprodução dessa
3260 resolução, não é? Então, de toda forma, pelo que eu percebi das manifestações,
3261 dos integrantes do governo, há o senso quanto às demais recomendações,
3262 fiscalizar, produzir os relatórios, eu não estou conseguindo ver aqui as demais,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3263 desculpa Karol. Pode subir só um pouquinho? Enfim, eu acho que só o único ponto
3264 aqui que teve de desentendimento foi quando da segunda recomendação. Então,
3265 de repente...

3266 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) –**
3267 Produzido a resolução, recomendação que veda o atendimento de criança, essa
3268 pauta está sendo discutida lá no CONANDA. Eu acho que essa pauta a gente
3269 também não podia discutir ela agora. Não tem nem resolução do CONANDA sobre
3270 isso ainda.

3271 **Sra. Fernanda –** É, eu acho que... Eu acho que... Não sei. Eu queria ouvir o Daniel.

3272 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) –** O que a Ministra está trazendo aqui é
3273 a questão da especialidade. Se tem o órgão que vai fazer esse aprofundamento na
3274 matéria, seria prudente a gente aguardar o CONANDA publicar esse ato, o CNPCT
3275 também sim, ele tem o reflexo na questão, mas assim, tem um conselho específico
3276 para fazer esse primeiro ato, não é?

3277 **Interlocutora não identificada –** Eu acho que nada se impede que se faça um
3278 encaminhamento nesse sentido também para ser votado, não é? Tirando as
3279 recomendações, então, que se coloque para votação ao final. O que você acha
3280 Karol? Porque eu acho que é esse o encaminhamento, então, dos integrantes do
3281 governo, para que se tire essas duas, de maneira que sejam votadas todas as
3282 propostas que foram feitas pelo menos, até para que se contemple as propostas
3283 que foram apresentadas.

3284 **Sra. Fernanda –** É, eu acho que fica mais fácil para votação.

3285 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) –** Fernanda, até agradecer, viu
3286 Fernanda? Sua sempre compreensão e diálogo aí. Eu fico muito feliz saber que



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3287 você está atuando no meu estado de Goiás aí, e realizando um excelente trabalho.

3288 Então, agradeço aí o diálogo.

3289 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) –**

3290 Ok. A gente fica com o item 2 e o 4 todo mundo concorda, e o 2 e o 3 Fernanda, não

3291 quer dizer que a gente vai ignorar, Fernanda. A gente vai continuar conversando,

3292 mas junto com o CONANDA, junto com a SENAPRED, vamos votar o 1 e o 4?

3293 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**

3294 **Tortura e Violência Institucional) –** Então, fica o encaminhamento 2, encampe as

3295 recomendações...

3296 **Interlocutora não identificada –** Tem inscrição aí.

3297 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**

3298 **Tortura e Violência Institucional) –** Deixa eu só terminar o registro, só terminar a

3299 leitura, para que todos tenham a mesma compreensão. Então, o encaminhamento

3300 número 2 ficou que Comitê encampe as recomendações realizadas pelo

3301 Mecanismo, recomendações 1 e 4, e se necessário, com a criação de um grupo de

3302 trabalho para executar as ações ali propostas. Quais foram as duas recomendações

3303 que o Mecanismo, que a gente destaca aqui do Mecanismo? 1, fiscalizar a

3304 aplicação de recursos públicos destacados a comunidades terapêuticas.

3305 Apresentar relatório sobre execução desses repasses, parará, parará... E conforme

3306 relatório apresentado, ponto 4, apurar situações de maus-tratos e torturas e outros

3307 tratamentos cruéis, desumanos e degradantes apresentados no relatório. Então,

3308 esse eu encaminhamento nº 2, proposto pela Fernanda, com uma discussão e com

3309 a adaptação agora, só para restringir esses dois itens das recomendações feitas na

3310 apresentação do Mecanismo. Na minha avaliação, isso já estaria pronto para

3311 votação, mas aí eu submeto, então, ao Sávio e a Ministra para consideração em

3312 relação à presidência da reunião.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3313 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
3314 **Luta Antimanicomial)** – Sávio, eu pedi inscrição, mas não foi contemplada na
3315 minha fala. É só para colocar e fazer o registro que eu não estou de acordo com
3316 essa proposta de pedir vistas de encaminhamento, não há, mais uma vez eu me
3317 refiro, não há isso no nosso Regimento, esperei autonomia do CNPCT. Eu quero
3318 que isso fique registrado, certo? Pedir vista de encaminhamento é a primeira vez
3319 que isso ocorre, eu acho que a gente precisa entender qual é a atribuição de
3320 competência desse Comitê, se a gente está aqui no sentido de prevenção,
3321 fortalecer ações de prevenção e combate à tortura, pedir a suspensão de recursos
3322 de entidades que comprovadamente violam direitos, não é algo que é feito só agora,
3323 outros relatórios inclusive do Mecanismo, com recomendações e
3324 encaminhamentos, eles pedem sim interdição de entidades, é solicitado isso,
3325 suspensão de recurso, não que a gente vá fazer, mas é uma recomendação desse
3326 órgão, do CNPCT. Não há motivo para pedir vistas de encaminhamento, eu deixo
3327 aqui claro o meu repúdio a essa decisão.

3328 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – A Cândida também pediu a palavra, a
3329 gente já está encaminhando aqui, mas Márcia, o pedido de vista, se você for e que
3330 parar com a questão judicial, o pedido de vista inclusive, ele é feito no julgamento.
3331 Então, o pedido pode ser prévio, pode ser no momento do julgamento, só que aqui
3332 nós estamos tratando de matéria, o Mecanismo traz uma matéria, um membro do
3333 Comitê tem a faculdade de pegar e querer aprofundar sobre essa matéria. Então, e
3334 isso hoje é um colega aqui que trata nessa área, mas amanhã pode ser algum
3335 representante da sociedade civil que tenha acúmulo e quer trazer sob o ponto.
3336 Então, eu não sei, Cândida, eu acho que você já está contemplada, Cândida? Você
3337 chegou a... Eu acho que a Cândida... Bom, está desligado. Por favor, continue,
3338 Karol.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3339 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) –**
3340 Olha, Karol e Sávio, tem uma questão de ordem aqui que essa matéria está com
3341 pedido de vista. Então, porque a gente está votando uma matéria que está com
3342 pedido de vista? Eu não estou entendendo.

3343 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) –** É, é, exatamente.

3344 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3345 **Tortura e Violência Institucional) –** O pedido de vista foi feito em relação a três
3346 assuntos.

3347 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) –**
3348 Não Karol. Não é feito em relação a encaminhamentos, o pedido de vista é em
3349 relação a matéria apresentada pelo Mecanismo do relatório das inspeções nessa
3350 unidade específica, o Quirino pediu vista. Ninguém vota encaminhamento depois de
3351 um pedido de vista. Então, esses encaminhamentos caem, eles vão ter que retornar
3352 na reunião extraordinária, todos eles, integralmente, depois da vista do Quirino, que
3353 ele vai estudar mais a matéria.

3354 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) –**
3355 Ok, a Vitória tem razão, caiu, o Quirino pediu vista da matéria. Então, realmente caiu
3356 todos os encaminhamentos, inclusive da Márcia, ok. A Vitória tem razão.

3357 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3358 **Tortura e Violência Institucional) –** Bom, então, para a organização, a
3359 coordenação de apoio ao Comitê vai encaminhar todos os encaminhamentos que
3360 nós conseguimos reunir aqui, vamos encaminhar para o doutor Quirino para
3361 consideração dele nesse pedido de vistas, todos de acordo?

3362 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade) –** Eu estou
3363 de acordo. Qual é o prazo da vista?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3364 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Caio chegou até a colocar aqui no
3365 Chat, não é Caio? É 30 dias ou na próxima reunião? Eu acho que tenho uma
3366 margem de 30 o próximo encontro, não é? Pode ser até antes do encontro, não é? A
3367 previsão no Regimento é essa, não é? Foi você quem colocou, não foi Caio? Foi
3368 isso mesmo?

3369 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Oi
3370 Sávio, sim, mas é até 30 dias.

3371 **Interlocutora não identificada** – A gente vai colocar em votação a reunião
3372 extraordinária ainda? Estou no aguardo assim, de entender melhor os
3373 encaminhamentos.

3374 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Caio, você colocou, qual é o
3375 dispositivo. Se puder facilitar aqui a consulta, só para a gente... Fechar, eu não
3376 achei o artigo, tenho que buscar.

3377 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – É nas
3378 prerrogativas da presidência, Sávio. Diz até disso.

3379 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Ok.

3380 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)** –
3381 É o artigo 14, inciso 3º do Regimento, não é?

3382 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3383 **Tortura e Violência Institucional)** – Bom, eu estava aqui editando o documento,
3384 tem alguma deliberação? Isso vai ser tratado na próxima reunião? E como que a
3385 previdência vai querer encaminhar essa questão dos 30 dias?

3386 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Pode incluir aí, Karol, deferido o
3387 pedido de vista nos termos do artigo 14, inciso terceiro do Regimento interno.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3388 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3389 **Tortura e Violência Institucional) –** Qual o inciso?

3390 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) –** Terceiro. Da resolução 1, que é o
3391 Regimento interno, não é?

3392 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3393 **Tortura e Violência Institucional) –** Em relação ao item, a esse item, a esse ponto
3394 de pauta 5 da nossa reunião, bom, nós tivemos as apresentações, temos o
3395 compromisso do Mecanismo que vai encaminhar ofícios com informações sobre a
3396 situação do Amapá, o encaminhamento 1 em relação a reunião do CNJ, na
3397 verdade, esse encaminhamento 1 aqui ficou fora de lugar, que é aquele da
3398 videoconferência e os encaminhamentos efetivamente do tema desse ponto de
3399 pauta, então, ficam adiados, aí a minha consulta à presidência e a vice-presidência
3400 é em relação a esse prazo, ponderando a questão que a vitória...

3401 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) –**
3402 No caso de 30 dias, retornando à matéria na próxima Reunião Ordinária.

3403 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3404 **Tortura e Violência Institucional) –** Tá, então, o doutor Quirino apresentaria essas
3405 considerações para o colegiado em até 30 dias, e as ponderações dele vão ser
3406 levadas na próxima reunião.

3407 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) –** Inclusive Karol, isso pode ser um
3408 ponto de pauta já obrigatório, em decorrência do pedido de vista, entra como conta
3409 de pauta obrigatório já para a próxima reunião.

3410 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3411 **Tortura e Violência Institucional) –** Vou colocar aqui: "As considerações deverão



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3412 ser encaminhadas aos membros do CNPCT até 26 de dezembro de 2020 e a
3413 matéria será objeto de ponto de pauta da próxima reunião, CNPCT." Então...

3414 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) –**
3415 Reunião Ordinária, tá Karol?

3416 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3417 **Tortura e Violência Institucional) –** Ok, ordinária do CNPCT.

3418 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) –** No
3419 caso, a gente não voltou a extraordinária ainda, não é? Então, na verdade, se ela for
3420 a antes como matéria urgente, provavelmente já vai ter passado os trinta dias, aí a
3421 gente já pode incluir na extraordinária, se for o caso.

3422 **Interlocutora não identificada –** O Regimento fala exclusivamente da Reunião
3423 Ordinária.

3424 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) –** Como
3425 assim? Sobre pedidos de vistas?

3426 **Interlocutora não identificada –** É que a transcrição literal do artigo 14, inciso
3427 terceiro, não é? Matéria não votada, com determinação do prazo do pedido
3428 proferido...

3429 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) –** Ah tá,
3430 entendi.

3431 **Interlocutora não identificada –** Reunião Ordinária subsequente.

3432 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3433 **Tortura e Violência Institucional) –** Uma vez, então, resolvida essa questão, eu
3434 gostaria de sugerir à presidência e a vice-presidência, que a gente desse uma



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3435 olhada em todos os encaminhamentos que foram feitos e verificar os
3436 encaminhamentos que não foram votados.

3437 **Sra. Sylvia Dias (Delegada da Associação para Prevenção da Tortura no**
3438 **Brasil)** – Karol, desculpa, uma questão de ordem. É que teve encaminhamento, eu
3439 vi encaminhamento 1 que é da reunião, mas não tinha também um
3440 encaminhamento da minuta de nota que vai ser enviada para a mesa diretora, não
3441 tinha isso?

3442 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Isso aí inclusive, foi até definido, foi
3443 aprovado, não é Sylvia? Que vai ser ou com o Caio, o Caio encaminhar...

3444 **Sra. Sylvia Dias (Delegada da Associação para Prevenção da Tortura no**
3445 **Brasil)** – É, a gente até já tem o texto, exato.

3446 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Isso. E aprovação já da próxima
3447 Reunião Ordinária, em fevereiro, 9 de fevereiro, enfim.

3448 **Sra. Sylvia Dias (Delegada da Associação para Prevenção da Tortura no**
3449 **Brasil)** – Não assim, eu acho que a ideia era que talvez, como está escrito naquele
3450 procedimentozinho, do artigo 14 eu acho, é que talvez até a própria mesa diretora
3451 possa aprovar, se for o caso, porque a Mesa Diretora tem essa competência. Então,
3452 eu acho que não tem que definir o que vai ser aprovado na reunião, acho que
3453 poderia ser aprovado na mesa diretora, até por causa da urgência da matéria.

3454 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Essa foi aquela aprovação conjunta
3455 de encaminhar para a mesa o texto que o caio vai encaminhar e a reunião que foi
3456 proposta pela Ministra com o CNJ, que foi aprovado por todo mundo.

3457 **Sra. Sylvia Dias (Delegada da Associação para Prevenção da Tortura no**
3458 **Brasil)** – Isso, mas ele não constou aí.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3459 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3460 **Tortura e Violência Institucional)** – Qual é a resolução, Sylvia? Desculpa.

3461 **Sra. Sylvia Dias (Delegada da Associação para Prevenção da Tortura no**
3462 **Brasil)** – Na verdade é um ato normativo, deixa eu ver o número da resolução, foi
3463 aprovado um ato normativo mudando uma resolução do CNJ, eu já te digo, vai
3464 avançando, e eu te explico.

3465 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3466 **Tortura e Violência Institucional)** – Caio vai enviar a proposta de nota pública a
3467 Mesa Diretora sobre o ato normativo XXX do CNJ.

3468 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Para
3469 ser aprovada pela mesa diretora, não é isso?

3470 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3471 **Tortura e Violência Institucional)** – A ser analisado pela mesa diretora, que
3472 aprovação é deliberação deles.

3473 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Claro,
3474 é isso, mas assim, que seja na mesa.

3475 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3476 **Tortura e Violência Institucional)** – Ok, eu vou deixar aqui, mais eu vou depois
3477 ajustar o texto direitinho, porque ficou meio deslocado aqui, está bom? Só para
3478 não... Para não perder. Bom, então, assim que a Sylvia mandar o item do ato
3479 normativo, eu faço complementação, e aí, consulto, então, à presidência e
3480 vice-presidência sobre essa leitura, já entrando no último item da pauta que de fato
3481 são a leitura dos encaminhamentos, a leitura dos encaminhamentos e a avaliação
3482 desses itens que não...



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3483 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) –**

3484 Seu microfone, Karol.

3485 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) –** Eu acho que travou a comunicação

3486 dela, é.

3487 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) –**

3488 Gente, a Karol caiu e está compartilhado esse texto aqui com ela, não tem como a

3489 gente mexer, não é? Dá um minutinho que eu vou ligar para a Karol.

3490 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) –**

3491 Ministra e Sávio, será que a gente poderia colocar em votação a nossa

3492 extraordinária? Porque era o meu primeiro ponto, no início da reunião e até agora

3493 não foi colocado para votação.

3494 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) –** E uma sugestão de data, Vitória, seria

3495 janeiro? Até porque tem esse prazo de trinta dias para análise, enfim. Vai para

3496 Reunião Ordinária outra, mas seria em janeiro essa proposta?

3497 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) –**

3498 Eu fico aberta para sugestões de vocês Sávio, para quando o governo tiver agenda,

3499 vocês têm mais dificuldade que a gente. Seria depois do prazo de trinta dias do

3500 concedido ao Quirino, com certeza.

3501 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) –**

3502 Vitória, quando a gente começou a reunião, você tinha pedido a extraordinária para

3503 a gente discutir a questão do CNJ, acho que essa era a pauta principal da

3504 extraordinária, não era isso? E aí a gente nem tinha chegado ainda a essa decisão

3505 de a gente ter a reunião com CNJ e ter a nota da mesa diretora. Você entende ainda

3506 necessário a gente fazer essa extraordinária antes da ordinária, se a gente

3507 encaminhar com o CNJ e com uma nota do Caio?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3508 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) –**
3509 Ministra, o pedido da extraordinária, na verdade, não era relativo a nenhum ponto
3510 específico, mas foi no contexto da fala da Márcia, em que o Comitê geralmente no
3511 final do ano, faz um apanhado das nossas atividades, recomendações, avaliação do
3512 relatório anual ou bianual do Mecanismo, então, são pontas que a gente deixou
3513 soltas nesse final de ano e que a gente teria que finalizar em algum momento, não
3514 é? Se vai ser em janeiro, não tem problema, mas em algum momento a gente vai ter
3515 que fazer esse tipo de avaliação. Então, eu insistiria na extraordinária, não é pela
3516 questão do CNJ, é por uma questão de uma série de pontas que estão soltas no
3517 Comitê que a gente tem que avaliar e amarrar.

3518 **Interlocutora não identificada –** Vitória, desculpa, ainda tendo a possibilidade de
3519 a gente ter reunião presencial com dois dias de agenda, de pauta, mesmo assim
3520 você acha que seria cabível essa extraordinária um mês antes?

3521 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) –**
3522 Olha, eu não sei, fico até desconfortável, porque eu não sei se temos a garantia de
3523 uma reunião de dois dias no ano que vem, presencial, em Brasília.

3524 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) –**
3525 A próxima Reunião Ordinária já está decidida que vai ser presencial. A minha
3526 sugestão seria, Vitória, eu vou repetir ela: ao invés de a gente fazer a nossa
3527 ordinária em fevereiro, a gente antecipasse à nossa ordinária para janeiro, porque
3528 acabaria atendendo suas expectativas de a gente correr com esses pontos todos
3529 que estão soltos e faríamos presencial em janeiro, é que para nós, dezembro,
3530 Vitória está muito complicado, muito complicado. Eu tenho quase certeza que
3531 ninguém aqui do governo participaria de uma extraordinária agora em dezembro,
3532 mas se a gente pudesse fazer a nossa ordinária em janeiro, com dois dias
3533 presenciais.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3534 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) –**
3535 Hum, hum eu entendo, Ministra, mas eu respeito o posicionamento de vocês,
3536 entendo a agenda do governo, mas eu gostaria muito de uma extraordinária ainda
3537 em dezembro para a gente poder finalizar as atividades do Comitê. Eu mantenho a
3538 minha proposta de encaminhamento de uma extraordinária em dezembro.

3539 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) –**
3540 Vamos votar a proposta, o encaminhamento da vitória.

3541 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) –** E só para esclarecer, essa
3542 extraordinária teria como pauta a apresentação, aquela apresentação anual do
3543 Mecanismo e qual que seria o outro ponto?

3544 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
3545 **Luta Antimanicomial) –** Acho que seria os encaminhamentos, não é? Ficaram
3546 para a próxima reunião.

3547 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) –**
3548 Eu posso já retomar aqui, Sávio, só um minuto, que ficou bem para cima aqui no
3549 meu computador, mas são os relatórios que a Márcia já havia mencionado no início
3550 da reunião, Márcia, que nós o planejamento de Mecanismo o planejamento do
3551 Comitê para o próximo ano. O nosso próprio relatório, Márcia, me ajude.

3552 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
3553 **Luta Antimanicomial) –** Sim, foi isso, mas essa proposta seria para a primeira
3554 Reunião Ordinária, se tiver extraordinária e poder ser contemplado... Eu só queria
3555 saber o seguinte...

3556 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa) –** O seu está muito baixo, Márcia. Aí.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3557 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
3558 **Luta Antimanicomial)** – Acho um ponto importante em relação à matéria que foi
3559 discutida aqui nessa reunião sobre o relatório, eu acho que um ponto de pauta para
3560 realmente... Pode ser? Para que não deixe a pauta somente nessa questão mais
3561 administrativa, no que diz respeito à questão dos relatórios e do planejamento do
3562 CNPCT, mas como é uma pauta urgente... Não é Vitória? Saber se dá tempo até lá

3563 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)** –
3564 Márcia, seu microfone está muito ruim querida, muito ruim.

3565 **Sra. Mayra** – De qualquer maneira o pedido de vista, só lembrando, encerra 26 de
3566 dezembro. E na previsão do Regimento, está expressamente lá que a reunião será
3567 reapreciada na próxima Reunião Ordinária.

3568 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** –
3569 Mayra, só um esclarecimento, o nosso Regimento, ele obriga a retornar à matéria
3570 que foi concedido vista na próxima Reunião Ordinária, é exatamente essa a
3571 interpretação. É uma obrigação de retornar à matéria na Reunião Ordinária
3572 subsequente. Ele não faz qualquer menção à caso haja uma extraordinária anterior,
3573 de que seja pautada pela mesa diretora, não depende da gente, na reunião
3574 extraordinária, a questão do inciso terceiro é obrigar que a matéria seja posta,
3575 retomada na ordinária subsequente. Não faz qualquer menção ou qualquer tipo de
3576 proibição a pautar em uma extraordinária. É assim que a gente tem interpretado ele
3577 no Comitê.

3578 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)** –
3579 Exatamente isso, na reunião extraordinária, essa matéria do Quirino não seria
3580 apreciada na reunião extraordinária seria os pontos que ficaram faltando aqui hoje,
3581 e esse balanço geral do Comitê. Vamos votar a sugestão aí, o encaminhamento da



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3582 vitória, a proposta de vitória de uma reunião extraordinária em dezembro. Pode
3583 encaminhar assim? Karol, encaminha a votação, por favor.

3584 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3585 **Tortura e Violência Institucional)** – Ministra, eu estou tentando entrar aqui para
3586 tentar compartilhar o sumário executivo com vocês novamente. Eu acho que se não
3587 tenho objeção de nenhum dos outros membros, a gente já faz essa votação direta
3588 da reunião extraordinária, e aí, depois retomamos a leitura dos outros
3589 encaminhamentos.

3590 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)** –
3591 Ok, para a gente ganhar tempo, vamos assim Karol.

3592 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3593 **Tortura e Violência Institucional)** – Está joia, então, aqui a gente vai fazer, então,
3594 vamos proceder a votação do encaminhamento feito pela vitória para a realização
3595 da reunião extraordinária ainda em dezembro, e para fins de registro a gente vai
3596 fazer a leitura dos membros que estão, dos representantes. E aí eu peço que os
3597 representantes, então, se manifestem favoráveis à reunião, a realização da reunião
3598 ou contrários à realização da reunião. Ministra Damares?

3599 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)** –
3600 Não, não pela reunião de dezembro.

3601 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3602 **Tortura e Violência Institucional)** – Mayra, representante da SNPG.

3603 **Sra. Mayra** – Contrária também.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3604 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3605 **Tortura e Violência Institucional)** – Representante da é CNPIR, não sei se o
3606 Rodrigo já conseguiu voltar, acho que não, não é? SG? Não? SEGOV?

3607 **Interlocutor não identificado** – SEGOV não.

3608 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3609 **Tortura e Violência Institucional)** – Representante do MJSP. Não está presente.
3610 Representante do Ministério da Cidadania, acho que o doutor Quirino, não é?

3611 **Sr. Quirino Cordeiro Junior (Ministério da Cidadania)** – Cidadania, contrário.

3612 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3613 **Tortura e Violência Institucional)** – Representante do Ministério da saúde, Maria
3614 Dilma?

3615 **Sra. Maria** – Contrária.

3616 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3617 **Tortura e Violência Institucional)** – Representante do MEC?

3618 **Interlocutor não identificado** – Contrário.

3619 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3620 **Tortura e Violência Institucional)** – Representante do Ministério da defesa,
3621 Sávio?

3622 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – É não.

3623 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3624 **Tortura e Violência Institucional)** – Representante do MRE?

3625 **Sr. Matheus** – Contrário.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3626 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3627 **Tortura e Violência Institucional)** – Então, passamos aos representantes...

3628 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** –
3629 Karol, uma questão de ordem, eu acho que o Matheus, o do MRE, eu queria
3630 entender se ele pode está votando ou não? Ele disse que não teria sido nomeado.

3631 **Sr. Matheus** – É verdade, ainda não saiu a nomeação, foi no automático agora.

3632 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** –
3633 Ah, Matheus, agora você lembrou? Entendi.

3634 **Sr. Matheus** – Foi no automático agora.

3635 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** –
3636 Hum, hum. Então, está bom.

3637 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3638 **Tortura e Violência Institucional)** – Isso, eu já tinha colocado uma observação
3639 aqui nas votações dele, Vitória. Então, representantes da sociedade civil, OAB?

3640 **Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** –
3641 Favorável.

3642 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3643 **Tortura e Violência Institucional)** – Pedro Paulo do CFP

3644 **Sr. Pedro Paulo (CFP)** – CFP favorável.

3645 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3646 **Tortura e Violência Institucional)** – Henrique da Conectas?

3647 **Sr. Henrique (Conectas)**– Favorável.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 3648 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3649 **Tortura e Violência Institucional) – Ok, Isabel da justiça global.**
- 3650 **Sra. Isabel (Justiça Global) – Favorável.**
- 3651 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3652 **Tortura e Violência Institucional) – Márcia pela RENILA.**
- 3653 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
3654 **Luta Antimanicomial) – Favorável.**
- 3655 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3656 **Tortura e Violência Institucional) – Márcia?**
- 3657 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
3658 **Luta Antimanicomial) – Favorável.**
- 3659 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3660 **Tortura e Violência Institucional) – O representante da UBM, eu ainda não**
3661 **aprendi o seu nome, desculpa. Seu voto?**
- 3662 **Interlocutor não identificado – Favorável.**
- 3663 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3664 **Tortura e Violência Institucional) – Frei Davi e pela Educafro? Representante da**
3665 **Educafro não está presente? Ok. Wanderson do MMU?**
- 3666 **Sr. Wanderson (MMU) – Favorável.**
- 3667 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3668 **Tortura e Violência Institucional) – Caio do SOMOS.**



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 3669 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade) – De**
3670 **acordo.**
- 3671 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3672 **Tortura e Violência Institucional) – Rodrigo do COADE.**
- 3673 **Sr. Rodrigo (COADE) – Favorável.**
- 3674 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3675 **Tortura e Violência Institucional) – Virginia da CUT.**
- 3676 **Sra. Virgínia (CUT) – Favorável.**
- 3677 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3678 **Tortura e Violência Institucional) – Cândida da UFRN. Cândida saiu? Então,**
3679 **temos...**
- 3680 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) –**
3681 **Gente, eu não saí, perdão.**
- 3682 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3683 **Tortura e Violência Institucional) – Ah, tá. Cândida desculpa, qual o seu voto?**
- 3684 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) –**
3685 **Favorável.**
- 3686 **Sr. Rodrigo (COADE) – Karol, meu voto também, Rodrigo contrário.**
- 3687 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3688 **Tortura e Violência Institucional) – É Rodrigo?**
- 3689 **Sr. Rodrigo (COADE) – Isso.**



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3690 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3691 **Tortura e Violência Institucional)** – Então, votos a favor, foram 11 votos a favor e
3692 votos contrários, foram... 9. Não, desculpa, 8. Então, a reunião extraordinária, a
3693 deliberação para a realização da reunião extraordinária passa por 11 votos a 8
3694 votos. Estão escutando?

3695 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)** –
3696 Sim, estamos escutando.

3697 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3698 **Tortura e Violência Institucional)** – Está certo. Então, podemos, podemos
3699 proceder a leitura da resolução? E desculpa, desculpa, dos encaminhamentos do
3700 sumário executivo?

3701 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)** –
3702 Que susto, Karol! Podemos.

3703 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3704 **Tortura e Violência Institucional)** – Ok. Não, é que nessa hora, sem comer, eu já
3705 peço desculpas, que...

3706 **Sra. Damares Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)** –
3707 Bora lá.

3708 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3709 **Tortura e Violência Institucional)** – Só um instante que eu já vou. Vocês estão
3710 com o sumário executivo aberto? A Luana está compartilhando ou a Natália está
3711 compartilhando com vocês?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3712 **Sr. Sávio Andrade (Ministério da Defesa)** – Karol, eu acho que como já passou
3713 pela votação, pode fazer uma leitura dinâmica aí, só para ciência final, não é? E
3714 alguém tiver que fazer alguma ponderação, se apresente.

3715 **Sra. Karolina Alves Pereira de Castro (Coordenadora-Geral de Combate à**
3716 **Tortura e Violência Institucional)** – Está joia. Eu vou, então, é que eu estou
3717 tentando, eu estou tentando... Espera aí.

3718

3719 **30 RO CNPCT**

3720

3721 **Interlocutora não identificada** – É o último e item da pauta.

3722 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** –E até que horas?
3723 11h30 até... Mas de qualquer forma, de qualquer forma eu acho que para todos os
3724 colegas, alguns têm que sair, vamos buscar essa conclusão. Cândida, eu não sei,
3725 alguma outra observação de pomba geral para finalizar?

3726 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Não,
3727 não, essa correção mesmo, porque a gente já tem pouco tempo, a gente não pode
3728 restringir ainda mais o pouco tempo que a gente tem.

3729 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Não, perfeito.
3730 Então, para finalizar... A Karol está consolidando isso, ela vai jogar aqui agora e nós
3731 vamos objetivar para finalizar. Então, apenas com relação observação do Caio que
3732 foi tratada antes, a proposta do Caio que foi tratada antes pela Sylvania também, em
3733 que pese todos os argumentos foram colocados, argumentos com assistentes
3734 sobre as particularidades relacionadas à Audiência de Custódia, a Audiência de
3735 Custódia tem o modelo, tem particularidade e realmente essa situação toda ela está



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3736 alterando uma particularidade, mas quero colocar dois pontos aqui e uma proposta,
3737 está bem? Dois pontos, primeiro todos aqui estão acompanhando essa possível
3738 segunda onda de contaminação, possível onda de contaminação, já têm registros
3739 em vários outros países, aqui aumento de casos, não é? O que nós temos
3740 observações sanitárias e muito contundentes para buscar, frear essa segunda onda
3741 de contaminação. Então, CNJ muito provavelmente coloca esse ato respaldado
3742 nessa parte teórica toda de observações sanitárias. E aí a minha proposta que eu
3743 acho que a gente a poderia trabalhar, marcar uma reunião com o CNJ de imediato,
3744 se possível já vou me equipe ou com a presidência, ou o órgão executivo do CNJ
3745 para a alinhar realmente sobre esse ato aí de Audiência de Custódia. Então, eu
3746 acho que seria mais efetivo do que o comitê apresentar uma resolução sem esse
3747 diálogo com o CNJ e buscar uma alternativa, essa é a proposta correlação a
3748 resolução. E aí finalizar Ministra, não sei se vamos partir agora...

3749 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**
3750 **Humanos)** – Eu concordo, eu concordo Sávio, queria chamar a atenção de todos os
3751 membros do comitê, qualquer decisão que a gente fizera agora, a gente pode estar
3752 indo na contramão de uma outra orientação sanitárias que daqui a três semanas
3753 pode surgir. Então, se a gente pudesse fechar não essa sugestão de uma reunião
3754 com o CNJ, presidência se responsabiliza de pedir uma reunião com presidência do
3755 CNJ ou com o secretário executivo, e a gente começar a discutir com ele sobre isso
3756 antes da gente se manifestar publicamente e a nossa manifestação daqui a três
3757 semanas está contra uma meta sanitária, a gente não tem ainda a certeza do que
3758 vai acontecer com essa possibilidade na segunda onda aí, só para a gente não
3759 aprovar uma coisa agora, e daqui a pouco a gente voltar atrás. Eu acho bem
3760 prudente a proposta do Sávio.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3761 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem, perfeito.
3762 A Silva fez uma inscrição aqui, porque nós vamos para o encaminhamento, não é
3763 Sylvia? Se poderia até tratar já essa parte do encaminhamento.

3764 **Sra. Sylvia Dias (Delegada da Associação para Prevenção da Tortura no**
3765 **Brasil)** – Bom, assim, o meu posicionamento como eu coloquei no início assim, a
3766 gente entende que não há essa questão de, digamos, sentar, avaliar, porque a
3767 questão é que Audiência de Custódia pressupõe a presença física. Então, a gente
3768 não tem como autorizar uma Audiência de Custódia e presencial, e o segundo ponto
3769 é que existem medidas de biossegurança, já existem, já foram identificadas pelas
3770 autoridades sanitárias,9 estados estão implantando as audiências de Custódia
3771 presenciais. Então, não é que há uma impossibilidade, então não é que, é não
3772 realizar a Audiência de Custódia ou realizar virtual, a questão é que é possível
3773 realizar virtualmente... Virtualmente não, a presencialmente, já existem protocolos
3774 de segurança. Então, que os outros estados podem replicar a partir da experiência
3775 desses nove estados, porque uma Audiência de Custódia virtual ela não à
3776 Audiência de Custódia, ela pode ser até a outra coisa, mas Audiência de Custódia
3777 não é. Então assim, um posicionamento, não sei, um diálogo é claro que é sempre
3778 bom, não sei, mas assim, eu acho que o comitê, como o comitê deveria ter um
3779 posicionamento claro, eu acho que o Comitê de Prevenção de Combate à Tortura,
3780 acho que... Assim, aceitar uma Audiência de Custódia virtual, principalmente agora,
3781 a gente já está há dez meses na pandemia, já passaram dez meses, já existem
3782 medidas identificadas, a gente não está falando de uma pandemia que começou
3783 ontem, estamos falando de uma pandemia que já tem dez meses, tem reuniões
3784 presenciais acontecendo, ontem mesmo no plenário do CNJ, antes de ontem vários
3785 conselheiros estavam fisicamente ali com medidas de biossegurança. Então,
3786 existem essas medidas, então, acho que comitê como prevenção de combate à
3787 tortura, eu acho que a nossa... A nossa é ótimo, eu estou aqui como convidada
3788 permanente, seria de buscar exatamente o que prevalece a medida de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3789 biossegurança em e repassar que Audiência de Custódia é um ato presencial, é
3790 uma condução das...

3791 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**
3792 **Humanos)** – Se você entende necessária uma manifestação pública, a gente podia
3793 produzir assim, que o comitê está decidindo por conversar com o CNJ sobre essa
3794 situação. Então, primeira a gente faz uma manifestação pública, estamos
3795 preocupados e que vamos conversar, eu acho que já daria uma resposta da
3796 sociedade que a gente está preocupado, mas sem aprovar nada agora, o conversa
3797 Silva, eu estou preocupado que essa... Daqui a pouco a segunda onda aumente e
3798 tudo muda. Então, a gente pode se manifestar publicamente que estamos
3799 preocupados em que vamos conversar e com o CNJ, já seria uma resposta pública
3800 da nossa preocupação, podemos encaminhar assim?

3801 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Por favor Sylvia.

3802 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Ministra,
3803 mas para a gente encaminhar assim, a gente precisa saber que ato a gente está
3804 fazendo, qualquer manifestação pública que a gente faça, é um ato do comitê.
3805 Então, o que ele é? Ele é uma nota, ele é uma recomendação?

3806 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**
3807 **Humanos)** – Pode ser uma nota pública do comitê, no sentido de que nós vamos
3808 buscar um diálogo com o CNJ sobre essa recomendação.

3809 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Ótimo. E
3810 a gente vai fazer a nota pública agora?

3811 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Não, não, aí a
3812 minha observação Caio é a mesma que eu fiz antes, vamos mandar esse texto lá, a
3813 mesa pode aprovar, vai ter reunião... Karol, que dia que é a reunião da mesa?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3814 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – É dia 14
3815 de dezembro.

3816 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – 14 de dezembro.
3817 Ainda em tempo, não é? O contemporâneo. Então assim, podemos... A Sylvia
3818 ajudar nessa redação aí, que a Sylvia está por dentro...

3819 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – A
3820 redação está pronta, eu vou retirar o meu requerimento então de uma
3821 recomendação e eu vou enviar esse texto como uma proposta de nova pública, e aí
3822 eu espero um esforço, inclusive, aí um compromisso da presidência de orientar os
3823 membros do governo na Mesa Diretora para que a gente aprove na reunião da
3824 Mesa Diretora no dia 14, e que tão logo ela seja expedida e publicada, pode ser?

3825 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**
3826 **Humanos)** – Caio, sem o prejuízo da gente já buscar uma audiência com o CNJ, é
3827 uma conversa vem do está bem?

3828 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Claro.
3829 Então, quem sabe a gente faz assim, retirou o meu encaminhamento, eu envio o
3830 texto para a nota pública e agora, agora a gente vota o seguinte encaminhamento,
3831 que o gabinete e irá marcar uma reunião com o CNJ, pode ser?

3832 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**
3833 **Humanos)** – Ok. Podemos assim?

3834 **Interlocutora não identificada** – Pela ordem. Está sendo usada a palavra a gente,
3835 a gente, gente vai conversar com o CNJ, quem é a gente? O é o comitê?

3836 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**
3837 **Humanos)** – Comitê.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3838 **Interlocutora não identificada** – Então, os doze integrantes da sociedade civil vão
3839 conversar?

3840 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**
3841 **Humanos)** – Os integrantes. A reunião sendo marcada, a gente faz como a gente
3842 fez com o tribunal do DF, a gente dá conhecimento a todos os membros, quem
3843 puder que tiver interesse de participar da reunião, participa com a gente, ok?

3844 **Interlocutora não identificada** – Está ótimo, obrigada Ministra.

3845 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Oh Caio, eu só
3846 peço então para seguir aquele procedimento, mandar para a Mesa Diretora o texto,
3847 esse texto pode ser compartilhado...

3848 **Interlocutora não identificada** – Qual é o objetivo dessa reunião com o CNJ,
3849 porque...

3850 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Compartilhada...
3851 Só um momentinho, compartilhada com todos do texto, e aí manda para a Mesa
3852 Diretora, a Mesa Diretora já vai com esse indicativo de fechar o texto para
3853 publicação, prefeito?

3854 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** –
3855 Obrigado o Sávio, eu vou fazer esse encaminhamento, e daí a Cândida pediu a
3856 palavra, mas que a gente o calote é que que a gente votou então a marcação de
3857 uma reunião com a presidência do CNJ.

3858 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Só
3859 quero um esclarecimento sobre isso. Exatamente essa é a minha fala.

3860 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Por favor cândida.
3861 Por favor, pode...



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3862 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Eu
3863 quero saber qual é o objetivo dessa reunião com o CNJ, porque o CNJ já se
3864 posicionou publicamente até onde eu sei. Aí vocês me corrijam se eu estiver errada,
3865 não tem sentido a gente enquanto comitê conversar com o órgão que já se
3866 posicionou publicamente sobre isso, da qual a nossa posição é contrária. Assim, eu
3867 não entendo.

3868 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu posso estar
3869 errado, mas assim, eu entendi é a gente construir uma ponte lá com o CNJ, e
3870 colocar algumas considerações, para que eles possam reverter esse ato, a ideia é a
3871 revisão, não é? Não significa que nossa publicação de uma resolução vai gerar uma
3872 revisão do ato pelo CNJ. Então, diálogo junto ao CNJ para construir essa ponte,
3873 apresentar algumas ponderações para ver se eles possam fazer essa revisão de
3874 ofício.

3875 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Ok,
3876 ok, obrigada pelo esclarecimento.

3877 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Sávio, tu
3878 pode colocar em votação isso então?

3879 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu acho que já está
3880 aprovado, não é? Pelo o adiantado da hora eu acho que não precisamos passar...
3881 Salvo alguma ressalva aí de alguém, mas eu acho que já está aprovada essa...
3882 Ministra, podemos encaminhar assim?

3883 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos
3884 Humanos)** – Eu creio que sim, a gente podia... Não sei se vai precisar do voto
3885 individual, mas eu creio que sim.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3886 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Então,
3887 só pedir para a Ministra então da pauta aprovada a marcação da reunião.

3888 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**
3889 **Humanos)** – Ok. Aprovado a marcação da reunião, comunicado a todos os
3890 membros do comitê, e logo a nossa preocupação e o nosso posicionamento sobre a
3891 resolução do CNJ, ok?

3892 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Bom, perfeito. Para
3893 finalizar Karol...

3894 **Interlocutora não identificada** – Sávio, desculpa, questão de ordem, desculpa.
3895 Sobre esse...

3896 **Interlocutora não identificada** – Queria fazer só um esclarecimento, passa
3897 rapidinho?

3898 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Só um momento.
3899 Quem que... Sylvia, não é? Sylvia primeiro, depois Márcia, por favor.

3900 **Sra. Sylvia Dias (Delegada da Associação para Prevenção da Tortura no**
3901 **Brasil)** – O encaminhamento que a Ministra deu um na reunião, só para esclarecer,
3902 porque falou de marcar a reunião e convidando todos os membros do CNPCT, mas
3903 eu queria também que entrassem aí convidados permanentes também, creio que
3904 assim como na outra que nós estivemos também que a gente possa estar... Ser
3905 informados e estar presentes nessa reunião.

3906 **Sra. Damares Regina Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos**
3907 **Humanos)** – Ok.

3908 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Registrado Sylvia.
3909 Foi o mesmo modelo com o TJ DF, não é? Que teve a participação dos convidados.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3910 Então, Márcia para finalizar eu vou pedir para ser bem breve, para a Karol poder
3911 ainda apresentar... Por favor.

3912 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lutosa Cabral (Rede Nacional Internúcleos da**
3913 **Luta Antimanicomial) –** Está bem. Não, minha proposta é só para esclarecer que a
3914 minha proposta que eu faço, ela é a mesma proposta do mecanismo, está lá, eu
3915 repeti na minha fala, que é exatamente o quê? Publicar uma resolução que preza o
3916 atendimento... DO CNPCT, não é o GT, eu falei...